

O FENÔMENO URBANO

GEORG SIMMEL
ROBERT E. PARK
MAX WEBER
LOUIS WIRTH
P. H. CHOMBART DE LAUWE

O FENÔMENO URBANO

Organização e Introdução de
OTÁVIO GUILHERME VELHO

1967
Rio de Janeiro

ÍNDICE

INTRODUÇÃO.....	3
A METRÓPOLE E A VIDA MENTAL — GEORG SIMMEL Tradução de SÉRGIO MARQUES DOS REIS.....	10
A CIDADE: SUGESTÕES PARA A INVESTIGAÇÃO DO COMPORTAMENTO HUMANO NO MEIO URBANO — ROBERT EZRA PARK Tradução de SÉRGIO MAGALHÃES SANTEIRO.....	25
CONCEITO E CATEGORIAS DA CIDADE — MAX WEBER Tradução de ANTÔNIO CARLOS PINTO PEIXOTO.....	67
O URBANISMO COMO MODO DE VIDA — Louis WIRTH Tradução de MARINA CORRÊA TREUHERZ.....	89
A ORGANIZAÇÃO SOCIAL NO MEIO URBANO — PAUL-HENRY CHOMBART DE LAUWE Tradução de MOACIR PALMEIRA.....	113

INTRODUÇÃO

Este volume reúne alguns dos estudos mais significativos já publicados até hoje sobre o *fenômeno urbano*. Não o intitulamos Sociologia Urbana, pois que tal rótulo não daria uma idéia fiel da orientação seguida por todos os autores aqui apresentados. Isso porque a noção de uma Sociologia Urbana parece estar ligada em geral a uma certa primazia que se conferiria ao urbano *per se*, e conseqüentemente também ao rural, em termos de seu valor explicativo para uma grande série de fenômenos sociais. Muitos autores não concordariam com essa posição, e pretenderiam conferir o *status* de “variável independente” básica a outros fatores, tais como o nível tecnológico, organização econômica, poder social, valores culturais e assim por diante. Outros prefeririam deslocar a questão para a exigência da caracterização de totalidades históricas em que, aí sim, inserir-se-iam as manifestações concretas do urbano e do rural. Outros, ainda, simplesmente pretenderiam estudar certos fenômenos sociológicos específicos tal como se dão no cenário urbano, admitindo que este possua um poder de determinação relativa, mas que não chega a esgotar o conteúdo dos fatos sociológicos examinados, os quais, em si, nada teriam de necessária e exclusivamente urbanos.

Ao que parece, a idéia de uma Sociologia Urbana teria surgido não de uma preocupação acentuada de elaboração teórica, o que exigiria um extremo rigor lógico na definição da ciência, mas da necessidade de enfrentar certos problemas “práticos” urgentes ligados ao enorme crescimento das grandes cidades que acompanha a industrialização e o desenvolvimento capitalista, especialmente nos Estados Unidos, com a imigração em massa de contingentes europeus em fins do século XIX e início do XX.

Esse crescimento traz consigo uma série de fenômenos desconhecidos até então, pelo menos em tal escala, inclusive manifestações de “patologia social” tais como sub-habitação, delinqüência, marginalismo e choque cultural, bem como problemas de planejamento urbano em geral. É em resposta a esses desafios que se desenvolve a Sociologia Urbana. Tanto assim que tendeu em princípio a manter-se presa a suas origens nos estudos basicamente subsociais de ecologia humana levados a efeito principalmente a partir da década de vinte pela chamada Escola de Chicago.

O maior representante da Escola de Chicago é sem dúvida Robert E. Park, e seu artigo mais significativo é o que aqui apresentamos, espécie de manifesto ou roteiro de estudos publica do pela primeira vez em 1916 e que orientaria seus próprios trabalhos futuros, bem como os de outros ecólogos, como Ernest Burgess e Roderick McKenzie. Ao estudar a cidade como um “organismo social”, Park ora se coloca em um nível estritamente ecológico, ora incursiona pelo campo mais propriamente do sociológico. Sua presença nesse volume justifica-se fundamentalmente pela influência que ele e seus seguidores exerceram e ainda exercem sobre os estudos urbanos nos Estados Unidos.

Louis Wirth surge como o maior teórico de estudos urbanos norte-americanos. É o “sociólogo urbano” por excelência, utilizando-se do urbano — como sua ênfase em grupos secundários, na segmentação de papéis, no aumento da mobilidade social etc. — como categoria explicativa *per se*. Egresso da Ecologia, Wirth assimilou a influência de alguns cientistas sociais europeus, especialmente Georg Simmel, aproximando-se no final da década de trinta da formulação, no artigo aqui reproduzido, de uma teoria sociológica e sócio-psicológica do urbanismo.

Georg Simmel, o teórico da Sociologia formal, exerceu grande influência, talvez maior nos Estados Unidos que na Europa. Aqui, interessa-nos uma conferência proferida no início do século a respeito da “vida mental metropolitana”, onde coloca certos *insights* sócio-psicológicos bastante brilhantes — como suas considerações em torno da sofisticada atitude *blasé* do típico habitante da metrópole moderna e seus determinantes —, que seriam retomados mais tarde por outros estudiosos, especialmente por Wirth.

Como em tantos tópicos, também no estudo da cidade aparece o nome do grande cientista social alemão Max Weber. Todavia, para Weber o estudo da cidade insere-se num plano mais ambicioso, e que é o estudo da origem e desenvolvimento da moderna economia ocidental, ou seja, do capitalismo, inclusive lançando mão de dados comparativos oriundos de ou transformações históricas. Com isso ele é capaz de assimilar aquilo que julga válido nos trabalhos de outros teóricos, como Simmel e Maitland, combinando tudo, porém, numa síntese mais vasta e original. Como se pode depreender de seu monumental *Wirtschaft und Gesellschaft*, no que diz respeito ao estudo do capitalismo Weber não se restringiu, tal como popularmente se pensa, à análise da influência da ética calvinista. Pelo contrário, suas preocupações levaram-no a incursionar pelos campos os mais variados, retornando sempre, porém, ao seu tema fundamental. A cidade, tal como ele a define, aparece nesse quadro justamente como um dos resultados e ao mesmo tempo como um pressuposto do desenvolvimento capitalista. O capitalismo não teria surgido na Ásia, entre outras razões, é evidente, exatamente porque com raras exceções lá não se desenvolveram *ciudades* no sentido weberiano — que implica a existência de comunidades, com um alto grau de autonomia, tanto no plano do “objetivo”, com administração, mercado, fortificações, exército, justiça e leis em boa parte próprias, quanto no do “subjetivo”, como foco fundamental de lealdades. Assim, poder-se-ia dizer que na medida em que a “cidade” se incorpora a Estados nacionais, inserindo-se numa unidade mais ampla, deixa de esgotar-se em si mesma, perde muito de sua capacidade de auto-explicar-se; rompe-se, nega-se, e não pode mais ser captada e estudada como uma totalidade.¹

Finalmente, Chombart de Lauwe, cientista social contemporâneo, faz um apanhado geral dos estudos urbanos e de suas tendências. Em Chombart, e na maneira pela qual ele situa os estudos que vão sendo feitos, nota-se uma tendência a definir a cidade como um *locus* possível de estudo, e que possui, ainda, um certo poder explicativo por si; mas apenas até certo ponto. Chombart preocupa-se com o estudo de grupos, numa espécie de Sociologia *na cidade*, e não *da cidade*, reintegrando o estudo do fenômeno urbano na teoria sociológica geral.

¹ Ver Martindale, Don, “Prefatory Remarks: The Theory of the City”, em *The City*, de Max Weber, trad. e org. por Don Martindale e Gertrud Neuwirth, The Free Press, Glencoe, Illinois, 1958.

Creemos que os autores selecionados dão uma idéia aproximada da evolução dos estudos urbanos. Por falta de espaço deixamos de incluir outros tipos de abordagem, como por exemplo, as de cunho mais antropológico e que se refiram explicitamente ao *continuum* rural-urbano (ou *folk-rural-urbano*) e às manifestações culturais típicas de seus pontos extremos,² ou as que tentam explorar o conteúdo simbólico das cidades enquanto representação do universo pelo homem e mediação na integração do homem nesse universo,³ ou as de autores que buscam outras “variáveis” para servir de fio condutor no estudo da cidade.⁴

Todos esses estudiosos, entretanto, aceitem ou não o urbano como categoria explicativa básica, estão de acordo quanto a sua enorme importância, mormente na época atual. Isso porque, mesmo no caso desses últimos, a cidade sempre é considerada como o *locus* de convergência das grandes correntes e interesses econômicos, políticos e ideológicos. E se anteriormente à Revolução Industrial tal se dava sobretudo como instrumento do poder social por excelência que ainda residia no campo e que imprimia profundamente sua marca sobre a própria cidade, com a Revolução Industrial desloca-se efetivamente o centro real do poder, o que inverte a tendência básica, fazendo com que o “modo de vida urbano” — e mais ainda o “metropolitano” —, levado pela técnica moderna, pelos meios de comunicação e de transporte, vá tendendo a permear cada vez mais todos os níveis da vida social nos mais remotos rincões do globo. Assim, mesmo aqueles que não aceitam a primazia explicativa do urbano como tal concordam com a importância da categoria inclusive de sociedade *urbano-industrial*, em que o “industrial” permite ao “urbano” atualizar todas as suas virtualidades, em oposição à sociedade agrária tradicional, em que ocorre o inverso. Para o estudo da cidade isso implica que se abandone a caracterização “abstrata” do urbano e que, descendo mais ao concreto e ao histórico, aceite-se, como ponto de partida, uma distinção básica entre cidades inseridas em sistemas pré-industriais e industriais, e em todas as suas variantes organizacionais.⁵

² Ver Redfield, Robert, *Civilização e Cultura de Folk*, Livraria Martins Ed., 1949 (esg.).

³ Ver Leroi-Gourhan, André, *Le Gest et la Parole*, Ed. Albin Michel, 1965, cap. XIII, “Les symboles de la société”.

⁴ Ver Sjoberg, Gideon, *The Preindustrial City; Past and Present*, The Free Press, Glencoe, Illinois, 1960, esp. “Introduction”.

⁵ Ver Sjoberg, Gideon, op. cit.

Por fim, queremos alertar o leitor para o fato de que os artigos estão apresentados em ordem cronológica, o que não deixa, como todo critério, de ser até certo ponto arbitrário. Outra solução possível, e que pode ser adotada pelo leitor em termos de leitura, seria começar pelos dois clássicos europeus (Simmel e Weber), passando depois pelos norte-americanos (Park e Wirth) e terminando com Chombart de Lauwe, autor contemporâneo. O leitor menos familiarizado com as Ciências Sociais pode preferir, no entanto, seguir o caminho inverso.

Segue-se uma bibliografia selecionada de trabalhos existentes em português sobre o assunto. Chamamos a atenção para o fato de os livros de autores brasileiros não serem obra de sociólogos, mas de geógrafos⁶ e de um arquiteto, que no entanto não só possuem bastante valor dentro do que se propõem como fornecem boas indicações e os pressupostos para o estudo sociológico do fenômeno urbano brasileiro, que ainda está por ser feito.

BERNARDES, Lygia e outros, *A Cidade do Rio de Janeiro e sua Região*, Conselho Nacional de Geografia, 1964.

GEIGER, Pedro 'Pinchas, *Evolução da Rede Urbana Brasileira*, col. "O Brasil Urbano", Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, 1963.

GIST, Noel, P., e HALBERT, L. A., *A Cidade e o Homem* (2 vols.), Ed. Fundo de Cultura, 1966.

MUMFORD, Lewis, *A Cultura das Cidades*, Ed. Itatiaia, 1961. — *A Cidade na História; suas origens, suas transformações, suas perspectivas* (2 vols.), Ed. Itatiaia, 1965.

SANTOS, Milton, *A Cidade nos Países Subdesenvolvidos*, Ed. Civilização Brasileira S. A., 1965.

WILHEIM, Jorge, *São Paulo Metrópole 65; subsídios para seu plano diretor*, Difusão Européia do Livro, col. "Corpo e Alma do Brasil", 1965.

E mais:

⁶ Os geógrafos brasileiros, inspirados em mestres europeus como Pierre George, Pierre Monbeig e Michel Rochefort, aqui como em tantos outros terrenos têm-se constituído, muitas vezes, em pioneiros da pesquisa de campo em Ciências Sociais no Brasil, legando-nos importantes contribuições, especialmente descritivas, para o conhecimento da realidade brasileira.

COSTA Pinto, L. A., “A metrópole Rio de Janeiro; breve introdução ao seu estudo sociológico”, *Educação e Ciências Sociais*, Ano II, Vol. 2, n.º 4, março de 1957.

FERNANDES, Florestan, “Aspectos da evolução social de São Paulo”, Parte II em *Mudanças Sociais no Brasil*, Difusão Européia do Livro, col. “Corpo e Alma do Brasil”, 1960.

DELORENZO Neto, A., “O estudo sociológico da cidade”, *Sociologia*, 21 (1), março de 1959.

— “O aglomerado urbano de S. Paulo”, *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, n.º 6, julho de 1959.

OTÁVIO GUILHERME VELHO

A METRÓPOLE E A VIDA MENTAL

GEORG SIMMEL

Tradução de SÉRGIO MARQUES DOS REIS

Os problemas mais graves da vida moderna derivam da reivindicação que faz o indivíduo de preservar a autonomia e individualidade de sua existência em face das esmagadoras forças sociais, da herança histórica, da cultura externa e da técnica de vida. A luta que o homem primitivo tem de travar com a natureza pela sua existência *física* alcança sob esta forma moderna sua transformação mais recente. O século XVIII conclamou o homem a que se libertasse de todas as dependências históricas quanto ao Estado e à religião, à moral e à economia. A natureza do homem, originalmente boa e comum a todos, devia desenvolver-se sem peias. Juntamente com maior liberdade, o século XVIII exigiu a especialização funcional do homem e seu trabalho; esta especialização torna um indivíduo incomparável a outro e cada um deles indispensável na medida mais alta possível. Entretanto, esta mesma especialização torna cada homem proporcionalmente mais dependente de forma direta das atividades suplementares de todos os outros. Nietzsche vê o pleno desenvolvimento do indivíduo condicionado pela mais impiedosa luta de indivíduos; o socialismo acredita na supressão de toda competição pela mesma razão. Seja como for, em todas estas posições, a mesma motivação básica está agindo: a pessoa resiste a ser nivelada e uniformizada por um mecanismo sócio-tecnológico. Uma investigação que penetre no significado íntimo da vida especificamente moderna e seus produtos, que penetre na alma do corpo cultural, por assim dizer, deve buscar resolver a equação que estruturas como a metrópole dispõem entre os conteúdos individual e superindividual da

* Traduzido de “The Metropolis and Mental Life”, *The Sociology of Georg Simmel*, traduzido e editado por Kurt H. Wolff — The Free Press, Glencoe, Illinois, 1950. *Copyright: by* The University of Chicago Press. Publicado pela primeira vez em 1902.

vida. Tal investigação deve responder à pergunta de como a personalidade se acomoda nos ajustamentos às forças externas. Esta será minha tarefa de hoje.

A base psicológica do tipo metropolitano de individualidade consiste na *intensificação dos estímulos nervosos*, que resulta da alternância brusca e ininterrupta entre estímulos exteriores e interiores. O homem é uma criatura que procede a diferenciações. Sua mente é estimulada pela diferença entre a impressão de um dado momento e a que a precedeu. Impressões duradouras, impressões que diferem apenas ligeiramente uma da outra, impressões que assumem um curso regular e habitual e exibem contrastes regulares e habituais — todas essas formas de impressão gastam, por assim dizer, menos consciência do que a rápida convergência de imagens em mudança, a descontinuidade aguda contida na apreensão com uma única vista de olhos e o inesperado de impressões súbitas. Tais são as condições psicológicas que a metrópole cria. Com cada atravessar de rua, com o ritmo e a multiplicidade da vida econômica, ocupacional e social, a cidade faz um contraste profundo com a vida de cidade pequena e a vida rural no que se refere aos fundamentos sensoriais da vida psíquica. A metrópole extrai do homem, enquanto criatura que procede a discriminações, uma quantidade de consciência diferente da que a vida rural extrai. Nesta, o ritmo da vida e do conjunto sensorial de imagens mentais flui mais lentamente, de modo mais habitual e mais uniforme. É precisa mente nesta conexão que o caráter sofisticado da vida psíquica metropolitana se torna compreensível — enquanto oposição à vida de pequena cidade, que descansa mais sobre relacionamentos profundamente sentidos e emocionais. Estes últimos se enraízam nas camadas mais inconscientes do psiquismo e crescem sem grande dificuldade ao ritmo constante da aquisição ininterrupta de hábitos. O intelecto, entretanto, se situa nas camadas transparentes, conscientes, mais altas do psiquismo; é a mais adaptável de nossas forças interiores. Para acomodar-se à mudança e ao contraste de fenômenos, o intelecto não exige qualquer choque ou transtorno interior; ao passo que é somente através de tais transtornos que a mente mais conservadora se poderia acomodar ao ritmo metropolitano de acontecimentos. Assim, o tipo metropolitano de homem — que, naturalmente, existe em mil variantes individuais — desenvolve um órgão que o protege das correntes e discrepâncias ameaçadoras de sua ambientação externa, as quais, do contrário, o desenraizariam. Ele reage com a cabeça, ao invés de com o coração. Nisto, uma conscientização crescente vai assumindo a prerrogativa do psíquico. A vida

metropolitana, assim, implica uma consciência elevada e uma predominância da inteligência no homem metropolitano. A reação aos fenômenos metropolitanos é transferida àquele órgão que é menos sensível e bastante afastado da zona mais profunda da personalidade. A intelectualidade, assim, se destina a preservar a vida subjetiva contra o poder avassalador da vida metropolitana. E a intelectualidade se ramifica em muitas direções e se integra com numerosos fenômenos discretos.

A metrópole sempre foi a sede da economia monetária. Nela, a multiplicidade e concentração da troca econômica dão uma importância aos meios de troca que a fragilidade do comércio rural não teria permitido. A economia monetária e o domínio do intelecto estão intrinsecamente vinculados. Eles partilham uma atitude que vê como prosaico o lidar com homens e coisas; e, nesta atitude, uma justiça formal freqüentemente se combina com uma dureza desprovida de consideração. A pessoa intelectualmente sofisticada é indiferente a toda a individualidade genuína, porque dela resultam relacionamentos e reações que não podem ser exauridos com operações lógicas. Da mesma maneira, a individualidade dos fenômenos não é comensurável com o princípio pecuniário. O dinheiro se refere unicamente ao que é comum a tudo: ele pergunta pelo valor de troca, reduz toda qualidade e individualidade à questão: quanto? Todas as relações emocionais íntimas entre pessoas são fundadas em sua individualidade, ao passo que, nas relações racionais, trabalha-se com o homem como com um número, como um elemento que é em si mesmo indiferente. Apenas a realização objetiva, mensurável, é de interesse. Assim, o homem metropolitano negocia com seus fornecedores e clientes, seus empregados domésticos e freqüentemente até com pessoas com quem é obrigado a ter intercâmbio social. Estes aspectos da intelectualidade contrastam com a natureza do pequeno círculo, em que o inevitável conhecimento da individualidade produz, da mesma forma inevitavelmente, um tom mais cálido de comportamento, um comportamento que vai além de um mero balanceamento objetivo de serviços e retribuição. Na esfera da psicologia econômica do pequeno grupo, é importante que, sob condições primitivas, a produção sirva ao cliente que solicita a mercadoria, de modo que o produtor e o consumidor se conheçam. A metrópole moderna, entretanto, é provida quase que inteiramente pela produção para o mercado, isto é, para compradores inteiramente desconhecidos, que nunca entram pessoalmente no campo de visão propriamente dito do produtor. Através dessa anonimidade, os interesses de cada

parte adquirem um caráter impiedosamente prosaico; e os egoísmos econômicos intelectualmente calculistas de ambas as partes não precisam temer qualquer falha devida aos imponderáveis das relações pessoais. A economia do dinheiro domina a metrópole; ela desalojou as últimas sobrevivências da produção doméstica e a troca direta de mercadorias; ela reduz diariamente a quantidade de trabalho solicitado pelos clientes. A atitude que poderíamos chamar *prosaicista* está obviamente tão intimamente inter-relacionada com a economia do dinheiro, que é dominante na metrópole, que ninguém pode dizer se foi a mentalidade intelectualística que primeiro promoveu a economia do dinheiro ou se esta última determinou a primeira. A maneira metropolitana de vida é certamente o solo mais fértil para esta reciprocidade, ponto que documentarei pela mera citação do que foi dito por um dos mais eminentes historiadores constitucionais ingleses: ao longo de todo o curso da história inglesa, Londres nunca funcionou como o coração da Inglaterra, mas freqüentemente como seu intelecto e sempre como sua bolsa de dinheiro!

Em certos traços aparentemente insignificantes, que se situam sobre a superfície da vida, as mesmas correntes psíquicas se unificam caracteristicamente. A mente moderna se tornou mais e mais calculista. A exatidão calculista da vida prática, que a economia do dinheiro criou, corresponde ao ideal da ciência natural: transformar o mundo num problema aritmético, dispor todas as partes do mundo por meio de fórmulas matemáticas. Somente a economia do dinheiro chegou a encher os dias de tantas pessoas com pesar, calcular, com determinações numéricas, com uma redução de valores qualitativos a quantitativos. Através da natureza calculativa do dinheiro, uma nova precisão, uma certeza na definição de identidades e diferenças, uma ausência da ambigüidade nos acordos e combinações surgiram nas relações de elementos vitais — tal como externamente esta precisão foi efetuada pela difusão universal dos relógios de bolso. Entretanto, as condições da vida metropolitana são simultaneamente causa e efeito dessa característica. Os relacionamentos e afazeres do metropolitano típico são habitualmente tão variados e complexos que, sem a mais estrita pontualidade nos compromissos e serviços, toda a estrutura se romperia e cairia num caos inextrincável. Acima de tudo, esta necessidade é criada pela agregação de tantas pessoas com interesses tão diferenciados, que devem integrar suas relações e atividades em um organismo altamente complexo. Se todos os relógios de Berlim se pusessem a funcionar em sentidos diferentes, ainda que apenas por uma hora, toda a vida econômica e as

comunicações da cidade ficariam transtornadas por longo tempo. Acresce a isto um fator que aparentemente não é mais do que externo: as longas distâncias fariam com que toda a espera e os compromissos rompidos resultassem numa perda de tempo de conseqüências altamente nocivas. Assim, a técnica da vida metropolitana é inimaginável sem a mais pontual integração de todas as atividades e relações mútuas em um calendário estável e impessoal. Aqui, novamente, as conclusões gerais de toda a presente tarefa de reflexão se tornam óbvias, a saber, que, de cada ponto da superfície da existência — por mais intimamente vinculados que estejam à superfície — pode-se deixar cair um fio de prumo para o interior das profundezas do psiquismo, de tal modo que todas as exterioridades mais banais da vida estão, em última análise, ligadas às decisões últimas concernentes ao significado e estilo de vida. Pontualidade, calculabilidade, exatidão, são introduzidas à força na vida pela complexidade e extensão da existência metropolitana e não estão apenas muito intimamente ligadas à sua economia do dinheiro e caráter intelectualístico. Tais traços também devem colorir o conteúdo da vida e favorecer a exclusão daqueles traços e impulsos irracionais, instintivos, soberanos que visam a determinar o modo de vida de dentro, ao invés de receber a forma de vida geral e precisa mente esquematizada de fora. Muito embora tipos soberanos de personalidade, caracterizados pelos impulsos irracionais, não sejam absolutamente impossíveis na grande cidade, eles são, não obstante, opostos à vida típica da grande cidade. O ódio apaixonado de homens como Ruskin e Nietzsche pela metrópole é compreensível nestes termos. Suas naturezas descobriram o valor da vida a sós na existência fora de esquemas, que não poda ser definida com precisão para todos igualmente. Da mesma fonte desse ódio à metrópole brotou o ódio que tinham à economia do dinheiro e ao intelectualismo da existência moderna.

Os mesmos fatores que assim redundaram na exatidão e precisão minuciosa da forma de vida redundaram também em uma estrutura da mais alta impessoalidade; por outro lado, promoveram uma subjetividade altamente pessoal. Não há talvez fenômeno psíquico que tenha sido tão incondicionalmente reservado à metrópole quanto a atitude blasé. A atitude blasé resulta em primeiro lugar dos estímulos contrastantes que, em rápidas mudanças e compressão concentrada, são impostos aos nervos. Disto também parece originalmente jorrar a intensificação da intelectualidade metropolitana. Portanto, as pessoas estúpidas, que não têm existência intelectual, não são exatamente: blasé. Uma vida em perseguição

desregrada ao prazer torna uma: pessoa *blasé* porque agita os nervos até seu ponto de mais forte reatividade por um tempo tão longo que eles finalmente cessam completamente de reagir. Da mesma forma, através da rapidez: e contraditoriedade de suas mudanças, impressões menos ofensivas forçam reações tão violentas, estirando os nervos tão brutalmente em uma e outra direção, que suas últimas reservas são gastas; e, se a pessoa permanece no mesmo meio, eles não dispõem de tempo para recuperar a força. Surge assim a incapacidade de reagir a novas sensações com a energia apropriada. Isto constitui aquela atitude *blasé* que, na verdade, toda criança metropolitana demonstra quando comparada com crianças de meios mais tranqüilos e menos sujeitos a mudanças.

Essa fonte fisiológica da atitude *blasé* metropolitana é acrescida de outra fonte que flui da economia do dinheiro. A essência da atitude *blasé* consiste no embotamento do poder de discriminar. Isto não significa que os objetos não sejam percebidos, como é o caso dos débeis mentais, mas antes que o significado e valores diferenciais das coisas, e daí as próprias coisas, são experimentados como destituídos de substância. Elas aparecem à pessoa *blasé* num tom uniformemente plano e fosco; objeto algum merece preferência sobre outro. Esse estado de ânimo é o fiel reflexo subjetivo da economia do dinheiro completamente interiorizada. Sendo o equivalente a todas as múltiplas coisas de uma e mesma forma, o dinheiro torna-se o mais assustador dos niveladores. Pois expressa todas as diferenças qualitativas das coisas em termos de “quanto?” O dinheiro, com toda sua ausência de cor e indiferença, torna-se o denominador comum de todos os valores; arranca irreparavelmente a essência das coisas, sua individualidade, seu valor específico e sua incomparabilidade. Todas as coisas flutuam com igual gravidade específica na corrente constantemente em movimento do dinheiro. Todas as coisas jazem no mesmo nível e diferem umas das outras apenas quanto ao tamanho da área que cobrem. No caso individual, esta coloração, ou antes descoloração, das coisas através de sua equivalência em dinheiro pode ser diminuta ao ponto da imperceptibilidade. Entretanto, através das relações das riquezas com os objetos a serem obtidos em troca de dinheiro, talvez mesmo através do caráter total que a mentalidade do público contemporâneo em toda parte imprime a tais objetos, a avaliação exclusivamente pecuniária de objetos se tornou bastante considerável. As grandes cidades, principais sedes do intercâmbio monetário, acentuam a capacidade que as coisas têm de poderem ser adquiridas muito mais notavelmente do que as localidades

menores. É por isso que as grandes cidades também constituem a localização (genuína) da atitude *blasé*. Com a atitude *blasé* a concentração de homens e coisas estimula o sistema nervoso do indivíduo até seu mais alto ponto de realização, de modo que ele atinge seu ápice. Através da mera intensificação quantitativa dos mesmos fatores condicionantes, essa realização é transformada em seu contrário e aparece sob a adaptação peculiar da atitude *blasé*. Nesse fenômeno, os nervos encontram na recusa a reagir a seus estímulos a última possibilidade de acomodar-se ao conteúdo e à forma da vida metropolitana. A autopreservação de certas personalidades é comprada ao preço da desvalorização de todo o mundo objetivo, uma desvalorização que, no final, arrasta inevitavelmente a personalidade da própria pessoa para uma sensação de igual inutilidade.

Na medida em que o indivíduo submetido a esta forma de existência tem de chegar a termos com ela inteiramente por si mesmo, sua autopreservação em face da cidade grande exige dele um comportamento de natureza social não menos negativo. Essa atitude mental dos metropolitanos um para com o outro, podemos chamar, a partir de um ponto de vista formal, de reserva. Se houvesse, em resposta aos contínuos contatos externos com inúmeras pessoas, tantas reações interiores quanto as da cidade pequena, onde se conhece quase todo mundo que se encontra e onde se tem uma relação positiva com quase todos, a pessoa ficaria completamente atomizada internamente e chegaria a um estado psíquico inimaginável. Em parte esse fato psicológico, em parte o direito a desconfiar que os homens têm em face dos elementos superficiais da vida metropolitana, tornam necessária nossa reserva. Como resultado dessa reserva, freqüentemente nem sequer conhecemos de vista aqueles que, foram nossos vizinhos durante anos. E é esta reserva que, aos olhos da gente da cidade pequena, nos faz parecer frios e desalmados. Na verdade, se é que não estou enganado, o aspecto interior dessa reserva exterior é não apenas a indiferença, mas, mais freqüentemente do que nos damos conta, é uma leve aversão, uma estranheza e repulsão mútuas, que redundarão em ódio e luta no momento de um contato mais próximo, ainda que este tenha sido provocado. Toda a organização interior de uma vida comunicativa tão extensiva repousa sobre uma hierarquia extremamente variada de simpatias, indiferenças e aversões de natureza tanto a mais breve quanto a mais permanente. A esfera de indiferença nesta hierarquia não é tão grande quanto poderia parecer superficialmente. Nossa atividade psíquica ainda reage a quase toda impressão de outra pessoa com uma sensação de alguma

forma distinta. O caráter inconsciente, fluido e mutável dessa impressão parece resultar em um estado de indiferença. Na verdade, tal indiferença seria exatamente tão antinatural quanto a difusão de uma sugestão mútua indiscriminada seria insuportável. A antipatia nos protege de ambos esses perigos típicos da metrópole, a indiferença e a sugestibilidade indiscriminada. Uma antipatia latente e o estágio preparatório do antagonismo prático efetuam as distâncias e aversões sem as quais esse modo de vida não poderia absolutamente ser mantido. A extensão e composição desse estilo de vida, o ritmo de sua aparição e desaparecimento, as formas em que é satisfeito tudo isso, com os motivos unificadores no sentido mais estreito, formam o todo inseparável do estilo metropolitano de vida. O que aparece no estilo metropolitano de vida diretamente como dissociação na realidade é apenas uma de suas formas elementares de socialização.

Essa reserva, com seu tom exagerado de aversão oculta, aparece, por seu turno, sob a forma ou a capa de um fenômeno mais geral da metrópole: confere ao indivíduo uma qualidade e quantidade de liberdade pessoal que não tem qualquer analogia sob outras condições. A metrópole volta a uma das maiores tendências de desenvolvimento da vida social como tal, a uma das poucas tendências para as quais pode ser descoberta uma fórmula aproximadamente universal. A primeira fase das formações sociais encontradas nas estruturas sociais históricas bem como contemporâneas é a seguinte: um círculo relativamente pequeno firmemente fechado contra círculos vizinhos, estranhos ou sob qualquer forma antagonísticos. Entretanto, esse círculo é cerradamente coerente e só permite a seus membros individuais um campo estreito para o desenvolvimento de qualidades próprias e movimentos livres, responsáveis. Grupos políticos e de parentesco, associações partidárias e religiosas começam dessa forma. A autopreservação de associações muito jovens requer o estabelecimento de limites estritos e uma unidade centrípeta. Portanto, não podem permitir a liberdade individual e desenvolvimento interior e exterior próprios. Desse estágio, o desenvolvimento social procede simultaneamente em duas direções diferentes, ainda que correspondentes. A medida que o grupo cresce — numericamente, espacialmente, em significado e conteúdo de vida — na mesma medida, a unidade direta, interna, do grupo se afrouxa e a rigidez da demarcação original contra os outros é amaciada através das relações e conexões mútuas. Ao mesmo tempo, o indivíduo ganha liberdade de movimento, muito para além da primeira delimitação ciumenta. O

indivíduo também adquire uma individualidade específica para a qual a divisão de trabalho no grupo aumentado dá tanto ocasião quanto necessidade. O Estado e o cristianismo, corporações e partidos políticos e inúmeros outros grupos se desenvolveram de acordo com essa fórmula, por mais que, naturalmente, as condições e forças especiais dos respectivos grupos tenham modificado o esquema geral. Tal esquema me parece distintamente reconhecível também na evolução da individualidade no interior da vida urbana. A vida de cidade pequena na Antiguidade e na Idade Média erigiu barreiras contra o movimento e as relações do indivíduo no sentido do exterior e contra a independência individual e a diferenciação no interior do ser individual. Estas barreiras eram tais que, diante delas, o homem moderno não poderia respirar. Mesmo hoje em dia, um homem metropolitano que é colocado em uma cidade pequena sente uma restrição semelhante, ao menos, em qualidade. Quanto menor é o círculo que forma nosso meio e quanto mais restritas aquelas relações com os outros que dissolvem os limites do individual, tanto mais ansiosamente o círculo guarda as realizações, a conduta de vida e a perspectiva do indivíduo e tanto mais prontamente uma especialização quantitativa e qualitativa romperia a estrutura de todo o pequeno círculo.

A antiga *polis*, neste respeito, parece ter tido o próprio caráter de uma cidade pequena. A constante ameaça à sua existência em mãos de inimigos de perto e longe teve como resultado uma estrita coerência quanto aos aspectos políticos e militares, uma supervisão do cidadão pelo cidadão, um ciúme do todo contra o individual, cuja vida particular era suprimida a um tal grau que ele só podia compensar isto agindo como um déspota em seu próprio domínio doméstico. A tremenda agitação e excitação, o colorido único da vida ateniense, podem ser talvez compreendidos em termos do fato de que um povo de personalidades incomparavelmente individualizadas lutava contra a pressão constante, interna e externa, de uma cidade pequena desindividualizante. Isto produziu uma atmosfera tensa, em que os indivíduos mais fracos eram suprimidos e aqueles de naturezas mais fortes eram incitados a pôr-se à prova da maneira mais apaixonada. É precisamente por isso que floresceu em Atenas o que deve ser chamado, sem ser exatamente definido, de “o caráter humano geral” no desenvolvimento intelectual de nossa espécie. Pois sustentamos a validade tanto factual quanto histórica da seguinte conexão: os conteúdos e formas de vida mais extensivos e mais gerais estão intimamente ligados aos mais individuais. Eles têm um

estágio preparatório em comum, isto é, encontram seu inimigo nas formações e agrupamentos estreitos, a manutenção dos quais coloca a ambos em um estado de defensiva contra a expansão e a generalidade que jazem fora e a individualidade de livre movimento que há dentro. Tal qual na era feudal, o homem “livre” era o que permanecia sob a lei da terra, isto é, sob a lei da órbita social maior, e o homem não-livre era aquele cujo direito derivava meramente do círculo estreito de uma associação feudal e era excluído da órbita social maior — assim, hoje o homem metropolitano é “livre” em um sentido espiritualizado e refinado, em contraste com a pequenez e preconceitos que atrofiam o homem de cidade pequena. Pois a reserva e indiferença recíprocas e as condições de vida intelectual de grandes círculos nunca são sentidas mais fortemente pelo indivíduo, no impacto que causam em sua independência, do que na multidão mais concentrada na grande cidade. Isso porque a proximidade física e a estreiteza de espaço tornam a distância mental mais visível. Trata-se, obviamente, apenas do reverso dessa liberdade, se, sob certas circunstâncias, a pessoa em nenhum lugar se sente tão solitária e perdida quanto na multidão metropolitana. Pois aqui como em outra parte, não é absolutamente necessário que a liberdade do homem se reflita em sua vida emocional como conforto.

Não são apenas o tamanho imediato da área e o número de pessoas que, em função da correlação histórica universal entre o aumento do círculo e a liberdade pessoal interior e exterior, fizeram da metrópole o local da liberdade. É antes transcendendo essa expansão visível que qualquer cidade dada se torna a sede do cosmopolitismo. O horizonte da cidade se expande de uma maneira comparável ao modo pelo qual a riqueza se desenvolve; um certo volume de propriedade cresce de modo semi-automático em progressão sempre mais rápida. Tão logo um certo limite tenha sido ultrapassado, as relações econômicas, pessoais e intelectuais da população, a esfera da predominância intelectual da cidade sobre sua zona não-urbana crescem como em progressão geométrica. Cada avanço em extensão dinâmica torna-se um passo correspondente a uma extensão não igual, mas nova e maior. De cada fio que se estende para fora da cidade, sempre novos fios crescem como que sozinhos, tal como dentro da cidade o aumento imerecido do aluguel de um terreno, através do simples incremento das comunicações, traz ao proprietário proveitos automaticamente crescentes. A esta altura, o aspecto quantitativo da vida é transformado diretamente em traços qualitativos de caráter. A esfera de vida da cidade pequena é, no principal, contida em si mesma e

autárquica. Pois é da natureza característica da metrópole que sua vida interior transborde em ondas para uma vasta área nacional ou internacional. Weimar não é um exemplo do contrário, visto que sua significação foi atrelada a personalidades individuais e morreu com elas; ao passo que a metrópole é de fato caracterizada por sua independência essencial até das mais eminentes personalidades individuais. Isso é a contrapartida da independência e é o preço que o indivíduo paga pela independência que desfruta na metrópole. A característica mais significativa da metrópole é essa extensão funcional para além de suas fronteiras físicas. E essa eficácia reage por seu turno e dá peso, importância e responsabilidade à vida metropolitana. O homem não termina com os limites de seu corpo ou a área que compreende sua atividade imediata. O âmbito da pessoa é antes constituído pela soma de efeitos que emana dela temporal e espacialmente. Da mesma maneira, uma cidade consiste em seus efeitos totais, que se estendem para além de seus limites imediatos. Apenas esse âmbito é a verdadeira extensão da cidade, em que sua existência se expressa. Esse fato torna óbvio que a liberdade individual, complemento lógico e histórico de tal extensão, não deve ser entendida apenas no sentido negativo de mera liberdade de mobilidade e eliminação de preconceitos e filistinismo mesquinho. O ponto essencial é que a particularidade e incomparabilidade que, em última análise, todo ser humano possui, sejam de alguma forma expressas na elaboração de um modo de vida. O fato de estarmos seguindo as leis de nossa própria natureza — e isto, afinal, é liberdade — só se torna óbvio e convincente para nós mesmos e para os outros se as expressões dessa natureza diferirem das expressões de outras. Apenas nosso caráter inconfundível pode provar que nosso modo de vida não foi imposto por outros.

As cidades são, em primeiro lugar, sede da mais alta divisão econômica do trabalho. Produzem, portanto, fenômenos tão extremos quanto, em Paris, a ocupação remunerada do *quatorzième*. São pessoas que se identificam por meio de avisos em suas residências e que estão prontas, à hora do jantar, corretamente trajadas, de modo que possam ser rapidamente convocadas, caso um jantar consista em treze pessoas. Na medida de sua expansão, a cidade oferece mais e mais as condições decisivas da divisão de trabalho. Oferece um círculo que, através de seu tamanho, pode absorver uma variedade altamente diversificada de serviços. Ao mesmo tempo, a concentração de indivíduos e sua luta por consumidores compelem o indivíduo a especializar-se em uma função na qual não possa ser prontamente

substituído por outro. É um fato decisivo que a vida da cidade transformou a luta com a natureza pela vida em uma luta entre os homens pelo lucro, que aqui não é conferido pela natureza, mas pelos outros homens. Pois a especialização não flui apenas da competição pelo ganho, mas também do fato subjacente de que o vendedor precisa sempre buscar atender a novas e diferenciadas necessidades do consumidor atraído. Para encontrar uma fonte de renda que ainda não esteja exaurida e para encontrar uma função em que não possa ser prontamente substituído, é necessário especializar-se em seus serviços. Esse processo promove a diferenciação, o refinamento e o enriquecimento das necessidades do público, o que obviamente deve conduzir ao crescimento das diferenças pessoais no interior desse público.

Tudo isso forma a transição para a individualização de traços mentais e psíquicos que a cidade ocasiona em proporção a seu tamanho. Há toda uma série de causas óbvias subjacentes a esse processo. Primeiro, a pessoa precisa enfrentar a dificuldade de afirmar sua própria personalidade no campo abrangido pelas dimensões da vida metropolitana. Onde o aumento quantitativo em importância e o dispêndio de energia atingem seus limites, a pessoa se volta para diferenças qualitativas, de modo a atrair, por alguma forma, a atenção do círculo social, explorando sua sensibilidade a diferenças. Finalmente, o homem é tentado a adotar as peculiaridades mais tendenciosas, isto é, as extravagâncias especificamente metropolitanas do maneirismo, capricho e preciosismo. Agora, o significado dessas extravagâncias não jaz absolutamente no conteúdo de tal comportamento, mas antes na sua forma de “ser diferente”, de sobressair de forma notável e assim atrair atenção. Para muitos tipos característicos, em última análise o único meio de salvaguardar para si próprio um pouco de auto-estima e a consciência de preencher uma posição é indireto, através do conhecimento dos outros. No mesmo sentido, está operando um fator aparentemente insignificante, os efeitos cumulativos do qual são, entretanto, ainda notáveis. Refiro-me à brevidade e escassez dos contatos inter-humanos conferidos ao homem metropolitano, em comparação com o intercâmbio social na pequena cidade. A tentação a aparecer oportunamente, a surgir concentrado e notavelmente característico, fica muito mais próxima do indivíduo nos breves contatos metropolitanos do que em uma atmosfera em que a associação freqüente e prolongada assegura à personalidade uma imagem não ambígua de si mesma aos olhos dos outros.

A razão mais profunda, entretanto, pela qual a metrópole conduz ao impulso da existência pessoal mais individual — sem embargo de quão justificada e bem sucedida — parece-me ser a seguinte: o desenvolvimento da cultura moderna é caracterizado pela preponderância do que se poderia chamar de o “espírito objetivo” sobre o “espírito subjetivo”. Isso equivale a dizer que, na linguagem como na lei, na técnica de produção como na arte, na ciência como nos objetos do ambiente doméstico, está incorporada uma soma de espírito. O indivíduo, em seu desenvolvimento intelectual, segue o crescimento desse espírito muito imperfeitamente e a uma distância sempre crescente. Se, por exemplo, contemplarmos a imensa cultura que, durante os últimos séculos, se incorporou às coisas e ao conhecimento, às instituições e às comodidades, e se compararmos tudo isso com o progresso cultural do indivíduo durante o mesmo período — ao menos em grupos de alto *status* — uma desproporção em crescimento assustadora entre os dois se torna evidente. De fato, em alguns pontos notamos um retrocesso na cultura do indivíduo com relação a espiritualidade, delicadeza e idealismo. Essa discrepância resulta essencialmente da crescente divisão de trabalho. Pois a divisão de trabalho reclama do indivíduo um aperfeiçoamento cada vez mais unilateral. E um avanço grande no sentido de uma busca unilateral com muita frequência significa a morte para a personalidade do indivíduo. Em qualquer caso, ele cada vez menos pode equiparar-se ao supercrescimento da cultura objetiva. O indivíduo é reduzido a uma quantidade negligenciável, talvez menos em sua consciência do que em sua prática e na totalidade de seus obscuros estados emocionais derivados de sua prática. O indivíduo se tornou um mero elo em uma enorme organização de coisas e poderes que arrancam de suas mãos todo o progresso, espiritualidade e valores, para transformá-los de sua forma subjetiva na forma de uma vida puramente objetiva. Não é preciso mais do que apontar que a metrópole é o genuíno cenário dessa cultura que extravasa de toda vida pessoal. Aqui, nos edifícios e instituições educacionais, nas maravilhas e confortos da tecnologia da era da conquista do espaço, nas formações da vida comunitária e nas instituições visíveis do Estado, oferece-se uma tão esmagadora inteireza de espírito cristalizado e despersonalizado que a personalidade, por assim dizer, não se pode manter sob seu impacto. Por um lado, a vida se torna infinitamente fácil para a personalidade na medida em que os estímulos, interesses, empregos de tempo e consciência lhe são oferecidos de todos os lados. Eles conduzem a pessoa como se em uma corrente e

mal é preciso nadar por si mesma. Por outro lado, entretanto, a vida é composta mais e mais desses conteúdos e oferecimentos que tendem a desalojar as genuínas colorações e as características de incomparabilidade pessoais. Isso resulta em que o indivíduo apele para o extremo no que se refere à exclusividade e particularização, para preservar sua essência mais pessoal. Ele tem de exagerar esse elemento pessoal para permanecer perceptível até para si próprio. A atrofia da cultura individual através da hipertrofia da cultura objetiva é uma razão para o ódio amargo que os pregadores do mais extremado individualismo, Nietzsche acima de todos, votam à metrópole. Mas é, na verdade, também uma razão por que tais pregadores são tão apaixonadamente amados na metrópole e por que aparecem ao homem metropolitano como os profetas e conhecedores de seus mais insatisfeitos anseios.

Se se perguntar pela posição histórica dessas duas formas de individualismo que se nutrem da relação quantitativa da metrópole, a saber, a independência individual e a elaboração da própria individualidade, então a metrópole assume uma situação relativa inteiramente nova na história mundial do espírito. O século XVIII encontrou o indivíduo preso a vínculos opressivos que se haviam tornado destituídos de significação — vínculos de caráter político, agrário, corporativo e religioso. Eram restrições que impunham ao homem, por assim dizer, uma forma antinatural e desigualdades superadas, injustas. Nessa situação, ergueu-se o grito por liberdade e igualdade, a crença na plena liberdade de movimento do indivíduo em todos os relacionamentos sociais e intelectuais. A liberdade permitiria de imediato que a substância nobre comum a todos viesse à tona, uma substância que a natureza depositara em todo homem e que a sociedade e a história não haviam feito mais do que deformar. Ao lado desse ideal de liberalismo do século XVIII, no século XIX, através de Goethe e do romantismo, por um lado, e através da divisão econômica do trabalho, por outro, outro ideal se levantou: os indivíduos liberados de vínculos históricos agora desejavam distinguir-se um do outro. A escala dos valores humanos já não é constituída pelo “ser humano geral” em cada indivíduo, mas antes pela unicidade e insubstituibilidade qualitativas do homem. A história externa e interna de nosso tempo segue seu curso no interior da luta e nos entrelaçamentos em mudança dessas duas maneiras de definir o papel do indivíduo no todo da sociedade. É função da metrópole fornecer a arena para este combate e a reconciliação dos combatentes. Pois a metrópole apresenta as condições peculiares que nos são reveladas como as oportunidades e os estímulos para o

desenvolvimento de ambas essas maneiras de conferir papéis aos homens. Assim, tais condições adquirem uma posição única, prenes de significados inestimáveis para o desenvolvimento da existência psíquica. A metrópole se revela como uma daquelas grandes formações históricas em que correntes opostas que encerram a vida se desdobram, bem como se juntam às outras igual direito. Entretanto, neste processo, as correntes da vida, quer seus fenômenos individuais nos toquem de forma simpática, quer de forma antipática, transcendem inteiramente a esfera para a qual é adequada a atitude de juiz. Uma vez que tais forças da vida se estenderam para o interior das raízes e para o cume do todo da vida histórica a que nós, em nossa efêmera existência, como uma célula, só pertencemos como uma parte, não nos cabe acusar ou perdoar, senão compreender.*

* O conteúdo desta conferência, por sua própria natureza, não deriva de literatura suscetível de ser citada. A discussão e elaboração de suas principais idéias cultural-históricas estão contidas em minha *Philosophie des Geldes (A Filosofia do Dinheiro)*, Munique e Leipzig, Duncker und Humblot, 1900. (N, do A.)

A CIDADE: SUGESTÕES PARA A INVESTIGAÇÃO DO COMPORTAMENTO HUMANO NO MEIO URBANO

ROBERT EZRA PARK

Tradução de SÉRGIO MAGALHÃES SANTEIRO

Segundo o ponto de vista deste artigo, a cidade é algo mais do que um amontoado de homens individuais e de conveniências sociais, ruas, edifícios, luz elétrica, linhas de bonde, telefones etc.; algo mais também do que uma mera constelação de instituições e dispositivos administrativos — tribunais, hospitais, escolas, polícia e funcionários civis de vários tipos. Antes, a cidade é um estado de espírito, um corpo de costumes e tradições e dos sentimentos e atitudes organizados, inerentes a esses costumes e transmitidos por essa tradição. Em outras palavras, a cidade não é meramente um mecanismo físico e uma construção artificial. Está envolvida nos processos vitais das pessoas que a compõem; é um produto da natureza, e particularmente da natureza humana.

A cidade, como Oswald Spengler observou recentemente, tem sua cultura própria: “A cidade é, para o homem civilizado, o que é a casa para o camponês. Assim como a casa tem seus deuses lares, também a cidade tem sua divindade protetora, seu santo local. A cidade, como a choupana do camponês, também tem suas raízes no solo”.¹

Em tempos recentes a cidade tem sido estudada segundo o ponto de vista de sua geografia, e ainda mais recentemente segundo o ponto de vista de sua ecologia. Existem forças atuando dentro dos limites da comunidade urbana — na verdade, dentro dos limites de qualquer área de habitação humana — forças que tendem a ocasionar um agrupamento típico e ordenado de sua população e instituições. À ciência que procura isolar estes fatores, e descrever as constelações típicas de pessoas e instituições produzidas pela operação conjunta de tais forças, chamamos Ecologia Humana, que se distingue da Ecologia dos animais e plantas.

* Em *American Journal of Sociology*, XX (março, 1916), pp. 577-612.

¹ Oswald Spengler, *Der Untergang des Abendlandes*, IV (Munique, 1922), 105.

Transporte e comunicação, linhas de bonde e telefones, jornais e publicidade, construções de aço e elevadores — na verdade, todas as coisas que tendem a ocasionar a um mesmo tempo maior mobilidade e maior concentração de populações urbanas — são fatores primários na organização ecológica da cidade.

Entretanto, a cidade não é apenas uma unidade geográfica e ecológica; ao mesmo tempo, é uma unidade econômica. A organização econômica da cidade baseia-se na divisão do trabalho. A multiplicação de ocupações e profissões dentro dos limites da população urbana é um dos mais notáveis e menos entendidos aspectos da vida citadina moderna. Sob este ponto de vista podemos, se quisermos, pensar na cidade, vale dizer, o lugar e a gente, com todos os dispositivos de administração e maquinaria que compreendem, como sendo organicamente relacionada; uma espécie de mecanismo psicofísico no qual e através do qual os interesses políticos e particulares encontram expressão não só coletiva, mas também incorporada.

Muito do que normalmente consideramos como a cidade — seu estatuto, organização formal, edifícios, trilhos de rua, e assim por diante — é, ou parece ser, mero artefato. Mas essas coisas em si mesmas são utilidades, dispositivos advéncios que somente se tornam parte da cidade viva quando, e enquanto, se interligam através do uso e costume, como uma ferramenta na mão do homem, com as forças vitais residentes nos indivíduos e na comunidade.

Finalmente, a cidade é o habitat natural do homem civilizado. Por essa razão, ela é uma área cultural caracterizada pelo seu próprio tipo cultural peculiar:

“É um fato bastante certo, mas nunca inteiramente reconhecido”, diz Spengler, “que todas as grandes culturas nasceram na cidade. O homem proeminente da segunda geração é um animal construtor de cidades. Este é o critério efetivo da história mundial, distinta da história da humanidade: história mundial é a história dos homens da cidade. As nações, os Governos, a política e as religiões — todos se apóiam no fenômeno básico da existência humana, a cidade”.²

Até o presente, a Antropologia, a ciência do homem, tem-se preocupado principalmente com o estudo dos povos primitivos. Mas o homem civilizado é um objeto de investigação

² Oswald Spengler, *Der Untergang des Abendlandes*, IV, 106.

igualmente interessante, e ao mesmo tempo sua vida é mais aberta à observação e ao estudo. A vida e a cultura urbanas são mais variadas, sutis e complicadas, mas os motivos fundamentais são os mesmos nos dois casos. Os mesmos pacientes métodos de observação despendidos por antropólogos tais como Boas e Lowie no estudo da vida e maneiras do índio norte-americano deveriam ser empregados ainda com maior sucesso na investigação dos costumes, crenças, práticas sociais, e concepções gerais de vida que prevalecem em Little Italy, ou no baixo North Side de Chicago, ou no registro dos *folkways* mais sofisticados dos habitantes de Greenwich Village e da vizinhança de Washington Square em Nova York.

Estamos em débito principalmente com os escritores de ficção em nosso conhecimento mais íntimo da vida urbana contemporânea. Mas a vida de nossas cidades requer um estudo mais inquisidor e desinteressado do que mesmo o que nos deu Emile Zola nos seus romances “experimentais” e nos anais da família Rougon-Macquart.

Precisamos de tais estudos quando mais não seja para nos habilitar a ler os jornais inteligentemente. O motivo para que a crônica diária dos jornais seja tão chocante, e ao mesmo tempo tão fascinante, para o leitor médio, é que o leitor médio conhece muito pouco a vida da qual o jornal é o registro.

Pretendemos com as observações que seguem definir um ponto de vista e indicar um programa para o estudo da vida urbana: sua organização física, suas ocupações e sua cultura.

I. A PLANTA DA CIDADE E A ORGANIZAÇÃO LOCAL

A cidade, especialmente a cidade americana moderna, surpreende ao primeiro momento por ser tão pouco um produto dos processos sem artifícios da natureza e do crescimento, sendo difícil reconhecê-la como uma entidade viva. A planta do terreno da maioria das cidades americanas, por exemplo, é um tabuleiro de xadrez. A unidade de distância é o quarteirão. Essa forma geométrica sugere que a cidade seja uma construção puramente artificial que possivelmente poderia ser separada e reagrupada como uma casa de blocos.

A verdade, entretanto, é que a cidade está enraizada nos hábitos e costumes das pessoas que a habitam. A conseqüência é que a cidade possui uma organização moral bem como

uma organização física, e estas duas interagem mutuamente de modos característicos para se moldarem e modificarem uma a outra. É a estrutura da cidade que primeiro nos impressiona por sua vastidão e complexidade visíveis. Mas, não obstante, essa estrutura tem suas bases na natureza humana, de que é uma expressão. Por outro lado, essa enorme organização que se erigiu em resposta às necessidades de seus habitantes, uma vez formada, impõe-se a eles como um fato externo bruto, e por seu turno os forma de acordo com o projeto e interesses nela incorporados. Estrutura e tradição são aspectos apenas diferentes de um complexo cultural comum que determina o que é característico e peculiar na cidade, em contraste com a vida em aldeia, e a vida nos campos abertos.

A planta da cidade. — Por ter a cidade uma vida propriamente sua é que existe um limite para as modificações arbitrárias possíveis de se fazer: 1) em sua estrutura e 2) em sua ordem moral.

Por exemplo, a planta da cidade estabelece metas e limites, fixa de maneira geral a localização e o caráter das construções da cidade, e impõe aos edifícios levantados pela iniciativa privada bem como pela autoridade pública uma arrumação ordenada dentro da área citadina. Entretanto, dentro das limitações prescritas, os inevitáveis processos da natureza humana continuam a dar a essas regiões e a esses edifícios um caráter menos fácil de controlar. Sob nosso sistema de apropriação individual, por exemplo, não é possível determinar com antecedência a extensão da concentração da população capaz de ocorrer em qualquer área dada. A cidade não pode fixar o valor da terra, e deixamos ao empreendimento privado a maior parte da tarefa de determinar os limites da cidade e a localização de suas zonas industrial e residencial. Gostos e conveniência pessoais, interesses vocacionais e econômicos tendem infalivelmente a segregar e por conseguinte a classificar as populações das grandes cidades. Dessa forma a cidade adquire uma organização e distribuição da população que nem é projetada nem controlada.

A Bell Telephone Company está atualmente realizando, especialmente em Nova York e Chicago, elaboradas investigações, cujo propósito é determinar, além de suas mudanças efetivas, o crescimento e distribuição prováveis da população urbana dentro das áreas metropolitanas. A Russell Sage Foundation, no decorrer de seus estudos de planejamento de cidades, procurou descobrir fórmulas matemáticas que lhe habilitassem a prever a expansão e limites futuros da população da cidade de Nova York. O recente

desenvolvimento das cadeias de lojas tornou o problema de localização um assunto de preocupação para diversas empresas de cadeias de lojas. O resultado foi o aparecimento de uma nova profissão.

Existe atualmente uma classe de peritos cuja única ocupação consiste em descobrir e localizar, com, algo de acuidade científica, restaurantes, tabacarias, drogarias, e outras pequenas unidades de negócios varejistas menores cujo sucesso depende largamente da localização, levantando as mudanças que as tendências presentes parecem capazes de produzir. Com certa freqüência, os investidores se dispõem a financiar um negócio local desse tipo em localizações que acreditam serão proveitosas, aceitando como aluguel uma porcentagem nos lucros.

A geografia física, as vantagens e desvantagens naturais, inclusive meios de transporte, determinam com antecedência o esboço geral da planta urbana. Crescendo a cidade em população, as influências de simpatia, rivalidade e necessidade econômica mais sutis tendem a controlar a distribuição da população. Comércio e indústria buscam localizações vantajosas circundando-se de certas partes da população. Surgem quarteirões de residências elegantes, dos quais são excluídas as classes mais pobres em virtude do acrescido valor da terra. Crescem então cortiços que são habitados por grandes números das classes pobres incapazes de se defenderem da associação com marginais e viciados.

Através dos tempos, todo setor e quarteirão da cidade assume algo do caráter e das qualidades de seus habitantes. Cada parte da cidade tomada em separado inevitavelmente se cobre com os sentimentos peculiares à sua população. Como efeito disso, o que a princípio era simples expressão geográfica converte-se em vizinhança, isto é, uma localidade com sentimentos, tradições e uma história sua. Dentro dessa vizinhança a continuidade dos processos históricos é de alguma forma mantida. O passado se impõe ao presente, e a vida de qualquer localidade se movimenta com um certo momento próprio, mais ou menos independente do círculo da vida e interesses mais amplos a seu redor.

A organização da cidade, o caráter do meio urbano e da disciplina por ele imposta são em última análise determinados pelo tamanho da população, sua concentração e distribuição dentro da área citadina. Por esse motivo, é importante estudar o crescimento das cidades, comparar as idiossincrasias na distribuição das populações citadinas. Portanto, algumas das primeiras coisas que queremos saber a respeito da cidade são:

Quais os recursos da população da cidade?

Que parte de seu crescimento populacional é normal, isto é, devido a excesso de nascimentos sobre mortes?

Que parte é devida a migração: a) de contingentes nativos?; b) de contingentes estrangeiros?

Quais as áreas “naturais” notáveis, isto é, as áreas de segregação populacional?

Como a distribuição da população dentro da área citadina é afetada por: a) interesse econômico, isto é, valor da terra?; b) por interesse sentimental, raça, vocação etc.?

Onde, dentro da cidade, se observa declínio populacional? Onde se observa expansão?

Onde é que o crescimento populacional e o tamanho das famílias em diferentes áreas naturais da cidade se correlacionam com nascimentos e mortes, com casamentos e divórcios, com aluguéis de casa e padrões de vida?

A vizinhança. — Proximidade e contato entre vizinhos são as bases para a mais simples e elementar forma de associação com que lidamos na organização da vida citadina. Interesses e associações locais desenvolvem sentimento local e, sob um sistema que faz da residência a base da participação no Governo, a vizinhança passa a ser a base do controle político. Na organização social e política da cidade, é ela a menor unidade local.

Seguramente um dos mais notáveis de todos os fatos sociais é que, remontando a eras imemoriais, devesse existir esse entendimento instintivo de que o homem que estabelece seu lar a seu lado começa a fazer jus ao seu senso de camaradagem. . . A vizinhança é uma unidade social que, por sua clara definição de contornos, sua perfeição orgânica interna, suas reações imediatas, pode ser justamente considerada como funcionando à semelhança da mente social. . . O chefe local, apesar de poder ser autocrático na esfera mais ampla da cidade com o poder que adquire da vizinhança, deve sempre ser do povo e para o povo; e é muito cauteloso em não tentar decepcionar o povo local enquanto seus interesses locais estiverem em jogo. É difícil enganar uma vizinhança a respeito de seus próprios interesses.³

A vizinhança existe sem organização formal. A sociedade de aperfeiçoamento local é uma estrutura erigida nas bases da organização de vizinhança espontânea e existe com o propósito de dar expressão ao sentimento local face a assuntos de interesse local.

³ Robert A. Woods, “The Neighborhood in Social Reconstruction”, Papers and Proceedings of the Eighth Annual Meeting of the American Sociological Society, 1913.

Sob as complexas influências da vida de cidade, o que se pode chamar de sentimento normal de vizinhança tem sofrido muitas mudanças curiosas e interessantes, tendo produzido muitos tipos inusitados de comunidades locais. Mais do que isso, existem vizinhanças nascentes e vizinhanças em processo de dissolução. Considere-se, por exemplo, a Quinta Avenida em Nova York, que provavelmente nunca teve uma associação de aperfeiçoamento, e comparem-na com a Rua 135 no Bronx (onde a população negra está provavelmente mais concentrada do que em qualquer outro ponto do mundo), que rapidamente se transforma numa comunidade muito intensa e altamente organizada.

Na história de Nova York a significância do nome Harlem vem mudando do alemão para o irlandês, para o judeu e para o negro. Dessas mudanças a última se processou de modo bem mais rápido. Através da América de côm, de Massachusetts ao Mississípi, e atravessando o continente até Los Angeles e Seattle, seu nome, que nos últimos quinze anos raramente se ouvia, representa agora a metrópole negra. De fato, o Harlem é a grande Meca para o gozador, o curioso, o aventureiro, o empreendedor, o ambicioso e o talentoso do mundo negro; pois seu atrativo já atingiu todas as ilhas do mar das Antilhas, tendo penetrado mesmo na África.⁴

É importante saber quais são as forças que tendem a dissolver as tensões, os interesses e os sentimentos que conferem às vizinhanças seu caráter individual. Em geral, pode-se dizer que sejam tudo e qualquer coisa que tenda a deixar a população instável, a dividir e concentrar atenções sobre objetos de interesse amplamente separados.

Que parte da população é flutuante?

De que elementos, isto é, raças, classes etc. se compõe essa população?

Quantas pessoas moram em hotéis, apartamentos ou casas alugadas?

Quantas pessoas possuem casa própria?

Que proporção da população é constituída por nômades, biscateiros e ciganos?

Por outro lado, certas vizinhanças urbanas sofrem de isolamento. Em diferentes épocas têm sido feitos esforços no sentido de reconstituir e dinamizar a vida nas vizinhanças citadinas e de colocá-las em contato com os interesses mais amplos da comunidade. Este é, em parte, o propósito dos domicílios sociais. Estas e outras organizações, que tentam

⁴ James Weldon Johnson, "The Making of Harlem", *Survey Graphic*, março, 1925.

reconstituir a vida da cidade, têm desenvolvido certos métodos e uma técnica de estímulo e controle das comunidades locais. Em conexão com a investigação de tais agências, devemos estudar estes métodos e técnicas, uma vez que somente o método pelo qual os objetos são controláveis praticamente revela sua natureza essencial, o que vale dizer, seu caráter previsível (*Gesetzmässigkeit*).⁵

Em muitas das cidades européias, e até certo ponto nos EUA, a reconstituição da vida citadina levou até a edificação de subúrbios ajardinados, ou à substituição de habitações insalubres e decadentes por edifícios-modelo de propriedade e controle da municipalidade.

Em cidades americanas tem-se tentado renovar vizinhanças ruins pela construção de pátios de recreio e pela introdução da prática supervisionada de esportes de vários tipos, inclusive bailes municipais em salões de bailes municipais. Estas e outras atitudes, destinadas em primeiro lugar a elevar o tom moral das populações segregadas das grandes cidades, devem ser estudadas em conexão com a investigação da vizinhança em geral. Devem, em suma, ser estudadas não apenas em seu próprio benefício, mas pelo que nos podem revelar do comportamento humano e da natureza humana em geral.

Colônias e áreas segregadas. — No meio citadino, a vizinhança tende a perder muito da significância que possui em formas de sociedade mais simples e primitivas. A facilidade de meios de comunicação e transporte, que possibilita aos indivíduos distribuir sua atenção e viver ao mesmo tempo em vários mundos diferentes, tende a destruir a permanência e a intimidade da vizinhança. Por outro lado, o isolamento das colônias raciais e de imigrantes nos assim chamados guetos e as áreas de segregação populacional tendem a preservar e, onde exista preconceito racial, a intensificar a intimidade e solidariedade dos grupos locais e de vizinhança. Onde indivíduos da mesma raça ou da mesma vocação vivem juntos em grupos segregados, o sentimento de vizinhança tende a se fundir com antagonismos de raça e interesses de classe. Distâncias física e sentimental reforçam uma à outra, e as influências da distribuição local da população participam com as influências de classe e raça na evolução da organização social. Toda cidade grande tem suas colônias raciais, tais como as

⁵ “Wenn wir daher das Wort [Natur] als einen logischen Terminus in der Wissenschaftslehre gebrauchen wollen, so werden wir sagen dürfen, dass Natur die Wirklichkeit ist mit Rücksicht auf ihren gesetzmässigen Zusammenhang. Diese Bedeutung finden wir z.B. in dem Worte Naturgesetz. Dann aber können wir die Natur der Dinge auch das nennen was in die Begriffe eingeht, oder am kürzesten uns dahin ausdrücken: die Natur ist die Wirklichkeit mit Rücksicht auf das Allgemeine. So gewinnt dann das Wort erst eine logische Bedeutung” (H. Rickert, *Die Grenzen der naturwissenschaftlichen Begriffsbildung*, p. 212).

Chinatowns de São Francisco e Nova York, a *Little Sicily* de Chicago, e vários outros tipos menos pronunciados. Em acréscimo a estas, a maioria das cidades tem seus distritos de vício segregados, tais como o que até recentemente existiu em Chicago, seus pontos de encontro para criminosos de vários tipos. Toda cidade grande tem seus subúrbios ocupacionais, como os *Stockyards* em Chicago, e seus quistos residenciais, como *Brookline* em Boston, a assim chamada *Gold Coast* em Chicago, *Green Wich Village* em Nova York, cada um com o tamanho e caráter de uma aldeia, vila ou cidade completamente separadas, exceto quanto à população que é de tipo seletivo. A mais notável destas cidades dentro de cidades, sendo sua característica mais interessante o fato de ser composta por pessoas da mesma raça, ou por pessoas de raças diferentes, mas da mesma classe social, é sem dúvida *East London*, com uma população de 2.000.000 de trabalhadores.

O povo da *East London* original agora extravasou e atravessou o Lea, e se espalhou por sobre os pântanos e brejos abaixo. Esta população criou novas cidades que eram anteriormente vilas rurais. West Ham, com uma população de cerca de 300.000 habitantes; East Ham, com 90.000; Stratford, com suas “filhas”, 150.000; e outras “aldeias” similarmente supercrescidas. Incluindo estas novas populações temos um agregado de aproximadamente 2 milhões de pessoas. A população é maior que a de Berlim, Viena, S. Petersburgo ou Filadélfia.

É uma cidade cheia de igrejas e templos, entretanto não há catedrais, nem anglicanas, nem romanas; tem um número suficiente de escolas primárias, mas não tem escolas públicas ou ginásios, e não tem faculdades para educação superior nem universidade alguma; todo mundo lê jornais, entretanto não existe um jornal de *East London* à exceção dos de gênero menor e local. . . Nunca se vê nas ruas alguma carruagem particular; não há bairro elegante algum. . . Não se encontram senhoras nas artérias principais. Gente, lojas, casas, transportes — tudo marcado com o inconfundível selo da classe trabalhadora.

Talvez o mais estranho de tudo é que, numa cidade de dois milhões de pessoas, não há hotéis! O que significa, evidentemente, que não há visitantes.⁶

⁶ Walter Besant, *East London*, pp. 7-9.

Nas cidades européias mais antigas, onde os processos de segregação já foram mais além, as distinções de vizinhança devem ser mais marcadas do que o são na América. East London é uma cidade de uma única classe, mas no interior de seus limites a população é repetidamente segregada por interesses raciais, culturais e vocacionais. O sentimento de vizinhança, profundamente enraizado na tradição e costumes locais, exerce uma decisiva influência seletiva sobre as populações das cidades européias mais antigas e transparece em última análise de maneira marcante nas características dos habitantes.

O que queremos saber dessas vizinhanças, comunidades raciais e áreas citadinas segregadas, existentes dentro das grandes cidades e em suas orlas externas, é o que queremos saber de todos os demais grupos sociais:

Quais são os elementos de que se compõem?

Em que medida são eles o produto de um processo seletivo?

Como as pessoas entram e saem do grupo assim formado?

Quais são a permanência e estabilidade relativas de suas populações?

O que existe com relação à idade, sexo e condição social das pessoas?

O que existe com relação às crianças? Quantas nasceram e quantas permanecem?

Qual é a história da vizinhança? O que existe no subconsciente — nas experiências esquecidas ou fracamente lembradas — dessa vizinhança que determina seus sentimentos e atitudes?

O que existe perfeitamente consciente, isto é, quais são seus sentimentos, doutrinas etc... reconhecidos?

O que considera como situação de fato? O que é novo? Qual é o sentido geral de atenção? Que modelos imita e que representam eles dentro ou fora do grupo?

Qual é o ritual social, isto é, o que se deve fazer a fim de evitar ser encarado com suspeita ou ser considerado estranho?

Quem são os líderes? Que interesses da vizinhança eles incorporam em si mesmos e qual é a técnica através da qual exercem o controle?

II. A ORGANIZAÇÃO INDUSTRIAL E A ORDEM MORAL

A cidade antiga era principalmente uma fortaleza, um lugar de refúgio em tempo de guerra. A cidade moderna, pelo contrário, é principalmente uma conveniência de comércio, e deve sua existência à praça do mercado em volta da qual foi erigida. A competição industrial e a divisão do trabalho, que provavelmente mais fizeram pelo desenvolvimento dos poderes latentes da humanidade, somente são possíveis sob a condição da existência de mercados, dinheiro e outros expedientes para facilitar os negócios e o comércio.

Um velho adágio alemão reza que “o ar da cidade liberta os homens” (*Stadt Luft macht frei*). Essa é, sem dúvida, uma referência ao tempo em que as cidades-livres da Alemanha gozavam o patrocínio do imperador, e as leis faziam do servo fugitivo um homem livre, caso lograsse respirar o ar da cidade um ano e um dia. Entretanto, a lei, por si só, não poderia ter libertado o artesão. Um mercado aberto onde ele pudesse vender os produtos de seu trabalho era um incidente necessário de sua liberdade, e o que completou a emancipação do servo foi a aplicação da economia monetária às relações de mestre e empregado.

Classes vocacionais e tipos vocacionais. — O velho adágio que descreve a cidade como o ambiente natural do homem livre ainda permanece válido na medida em que o indivíduo encontra nas possibilidades, na diversidade de interesses e tarefas, e na vasta cooperação inconsciente da vida cidadina a oportunidade de escolher sua vocação própria e de desenvolver seus talentos individuais peculiares. A cidade oferece um mercado para os talentos específicos dos indivíduos. A competição pessoal tende a selecionar para cada tarefa específica o indivíduo mais adequado para desempenhá-la.

A diferença de talentos naturais em homens diferentes é, na verdade, muito menor do que podemos achar; e os gênios muito diferentes que surgem para distinguir os homens de profissões diferentes, quando desenvolvidos até a maturidade, não são em muitas ocasiões tanto a causa, mas o efeito da divisão do trabalho. A diferença entre as pessoas mais dessemelhantes, entre um filósofo e um porteiro comum de rua, por exemplo, parece surgir não tanto da natureza, mas do hábito, costume e educação. Quando vêm ao mundo, e durante os primeiros seis ou oito anos de sua existência, eles eram talvez bastante semelhantes, e tampouco seus pais ou companheiros de folguedo poderiam perceber qualquer diferença notável. Por volta dessa idade, ou logo depois, vieram a ser empregados em ocupações diferentes. A diferença de talentos veio então a ser notada, e se amplia por

graus, até que finalmente a vaidade do filósofo não deseja reconhecer praticamente semelhança alguma. Mas sem a disposição para o escambo, troca ou câmbio, todo homem deve ter buscado para si tudo o que era necessário e conveniente para a vida que desejava. Todos devem ter tido os mesmos deveres a desempenhar, e o mesmo trabalho a fazer, e não poderia ter havido tal diferença de emprego que pudesse sozinha dar ocasião a qualquer grande diferença de talento...

Sendo o poder de troca o que dá ocasião à divisão do trabalho, a extensão dessa divisão deve estar sempre limitada pela extensão daquele poder ou, em outras palavras, pela extensão do mercado. . . Há certas atividades que, mesmo no seu gênero mais rudimentar, em lugar algum podem ser desenvolvidas, a não ser numa grande cidade.⁷

O sucesso, sob condições de competição pessoal, depende da concentração sobre alguma tarefa simples, e esta concentração estimula a demanda de métodos racionais, dispositivos técnicos e habilidade excepcional. A habilidade excepcional, embora baseada no talento natural, requer uma preparação especial, tendo provocado a existência de escolas profissionais e comerciais, e finalmente de serviços de orientação vocacional. Todos estes, quer direta ou indiretamente, servem a um tempo para selecionar e acentuar as diferenças individuais.

Todo dispositivo que facilita o comércio e a indústria prepara o caminho para uma nova divisão do trabalho e dessa forma tende posteriormente a especializar as tarefas nas quais o homem encontra suas vocações.

A conseqüência desse processo é a quebra ou modificação da antiga organização social e econômica da sociedade, que se baseava em laços familiares, associações locais, na tradição, casta e *status*, e sua substituição por uma organização baseada em interesses ocupacionais e vocacionais.

Na cidade, qualquer vocação, mesmo a de mendigo, tende a assumir o caráter de profissão, e a disciplina que em qualquer vocação o sucesso impõe, junto com as associações a que dá força, acentua essa tendência — a tendência, explicitamente, não apenas de especializar, mas de racionalizar a ocupação de alguém e de desenvolver uma técnica consciente e específica de levá-la a termo.

⁷ Adam Smith, *The Wealth of Nations*, pp. 28-29.

O efeito das vocações e da divisão do trabalho é o de produzir, em primeira instância, não grupos sociais, mas tipos vocacionais: o ator, o bombeiro e o madeireiro. As organizações, tais como os sindicatos de profissionais e de ofícios, que homens do mesmo ofício ou profissão formam, estão baseadas em interesses comuns. Neste aspecto diferem das formas de associação tais como a vizinhança, que se baseiam na contigüidade, na associação pessoal e nos laços comuns à natureza humana. Os diferentes ofícios e profissões parecem dispostos a se agrupar em classes, isto é, classes profissionais, artesanais e de negócios. Contudo, no Estado democrático moderno as classes ainda não atingiram uma organização efetiva. O socialismo, fundado no esforço de criar uma organização baseada na “consciência de classe”, jamais conseguiu, exceto talvez na Rússia, criar algo mais do que um partido político.

Os efeitos da divisão do trabalho enquanto disciplina, isto é, enquanto meios de moldar o caráter, podem portanto ser melhor estudados nos tipos vocacionais que a divisão do trabalho produziu. Entre os tipos cujo estudo poderia interessar estão: a vendedora, o guarda, o camelô, o chofer de táxi, o vigia noturno, a quiromante, o comediante do teatro de revista, o médico charlatão, o balconista de bar, o carcereiro, o furador de greve, o agitador trabalhista, o professor de escola, o repórter, o corretor de fundos públicos, o prestamista; todos estes são produtos característicos das condições da vida citadina; cada um, com sua experiência, perspectiva e ponto de vista específicos, determina sua individualidade para cada grupo vocacional e para a cidade como um todo.

Até que ponto o grau de inteligência, representado nos diferentes ofícios e profissões, depende de capacidade natural?

Até que ponto o caráter da ocupação e as condições sob as quais é praticada determinam a inteligência?

Até que ponto o sucesso nas ocupações depende de julgamento ponderado e de senso comum; até que ponto depende de capacidade técnica?

Capacidade inata ou treinamento especial determinam o sucesso nas diferentes vocações?

Qual o prestígio e quais os preconceitos associados a diferentes ofícios e profissões? Por quê?

A escolha da ocupação é determinada por considerações sentimentais, econômicas ou temperamentais?

Em que ocupações os homens se saem melhor? Por quê? E as mulheres? Por quê?

Em que medida a ocupação, mais do que a associação, é responsável pelas predileções morais e atitude mental? Homens da mesma profissão ou ofício, mas representando nacionalidades diferentes e grupos culturais diferentes, sustentam opiniões características e idênticas?

Até que ponto o credo social ou político, isto é, socialismo, anarquismo, sindicalismo etc... é determinado pela ocupação? Pelo temperamento?

Até que ponto a doutrina social ou o idealismo social invalidaram e substituíram a fé religiosa nas diferentes ocupações, e por quê?

As classes sociais tendem a assumir o caráter de grupos culturais? Vale dizer, as classes tendem a adquirir a exclusividade e independência de uma casta ou nacionalidade; ou cada classe é sempre dependente da existência de outra classe correspondente?

Em que medida os filhos seguem as vocações dos pais, e por quê?

Em que medida os indivíduos passam de uma classe à outra, e de que maneira este fato modifica o caráter das relações de classe?

As notícias e a mobilidade do grupo social. — A divisão do trabalho, ao fazer o sucesso individual depender da concentração de uma tarefa específica, teve o efeito de aumentar a interdependência das diversas vocações. Cria-se dessa forma uma organização social na qual o indivíduo passa cada vez mais a depender da comunidade de que é uma parte integrante. O efeito dessa crescente interdependência das partes, sob condições de competição pessoal, é criar na organização industrial como um todo um certo tipo de solidariedade social, mas solidariedade fundada não sobre sentimentos e o hábito, mas sobre uma comunidade de interesses.

No sentido em que os termos estão usados aqui, sentimento é o termo mais concreto, interesse o mais abstrato. Podemos acalentar um sentimento por uma pessoa, um lugar ou um objeto qualquer. Pode ser um sentimento de aversão ou um sentimento de posse. Mas possuir ou estar possuído de um sentimento por, ou em relação a, qualquer coisa, significa que somos incapazes de agir com relação a esse algo de uma maneira completamente racional. Significa que o objeto de nosso sentimento corresponde de algum modo especial a alguma disposição herdada ou adquirida. Tal disposição é a afeição da mãe por seu filho,

que é instintiva. Ou mesmo o sentimento que ela pode ter para com o berço da criança vazio, que é adquirido.

A existência de uma atitude sentimental indica que existem motivos para a ação, dos quais o indivíduo por eles movido não tem consciência plena; motivos sobre os quais ele apenas tem um controle parcial. Todo sentimento tem uma história, seja na experiência do indivíduo, ou na experiência da raça, mas a pessoa que age por esse sentimento pode não estar ciente de sua história.

Os interesses dirigem-se menos a objetos específicos do que aos fins que em um ou outro momento este ou aquele objeto particular encarna. Assim, os interesses implicam a existência de meios e de uma consciência da distinção entre meios e fins. Nossos sentimentos se relacionam a nossos preconceitos, e os preconceitos podem estar associados a qualquer coisa — pessoas, raças, bem como a coisas inanimadas. Os preconceitos estão relacionados também com os tabus, e assim tendem a manter “distâncias sociais” e a organização social existente. Sentimento e preconceito são formas elementares de conservadorismo. Nossos interesses são racionais e móveis, e provocam mudança.

O dinheiro é o principal artifício pelo qual os valores foram racionalizados e os sentimentos substituídos pelos interesses. É justamente porque não temos nenhuma atitude sentimental ou pessoal por nosso dinheiro, como acontece com relação a, por exemplo, nossa casa, que o dinheiro se torna um meio de troca valioso. Estaremos interessados em adquirir certa quantidade de dinheiro a fim de atingirmos certo propósito, mas se pudermos atingir esse propósito por qualquer outra forma somos capazes de ficar satisfeitos do mesmo jeito. Somente o avarento se torna sentimental pelo dinheiro, mas neste caso ele é capaz de preferir um tipo de dinheiro, digamos ouro, a outro, indiferentemente de seu valor. Neste caso o valor do ouro é mais determinado por sentimentos pessoais do que pela razão.

Uma organização, que se compõe de indivíduos em competição, e de grupos de indivíduos em competição, acha-se em um estado de equilíbrio instável, e esse equilíbrio somente pode ser mantido por um processo de contínuo reajustamento. Esse aspecto de vida social e este tipo de organização social estão melhor representados no mundo de negócios que é o objeto específico de investigação da Economia Política.

A extensão da organização industrial, que se baseia nas relações impessoais definidas pelo dinheiro, tem avançado passo a passo com uma crescente mobilidade da população. O

trabalhador e o artesão apropriados para realizar uma tarefa específica são levados, sob as condições criadas pela vida citadina, a se mudar de uma região para outra à procura de um determinado tipo de emprego que estão capacitados a realizar. O fluxo de imigração que se movimenta para frente e para trás entre a Europa e a América é, até certo ponto, uma medida dessa mesma mobilidade.⁸

Por outro lado, o negociante, o proprietário de manufaturas, o profissional, o especialista em cada atividade, procuram seus clientes na medida em que as dificuldades de viagem e comunicação decrescem numa área de território sempre maior. Essa é outra maneira pela qual se pode medir a mobilidade da população. Entretanto, mede-se mobilidade num indivíduo ou numa população não apenas pela mudança de localidade, mas antes pelo número e variedades dos estímulos a que o indivíduo ou a população respondem. A educação e a capacidade de ler, a extensão da economia monetária a um número de interesses da vida sempre crescente, na medida em que tende a despersonalizar as relações sociais, vêm ao mesmo tempo aumentando amplamente a mobilidade dos povos modernos.

O termo “mobilidade” da mesma forma que seu correlativo “isolamento” cobre uma ampla gama de fenômenos. Pode ao mesmo tempo representar um caráter e uma condição. Assim como o isolamento pode ser devido à existência de barreiras puramente físicas à comunicação ou à peculiaridade de temperamento e a uma carência de educação, também a mobilidade pode ser uma consequência de meios naturais de comunicação ou de maneiras apropriadas e de educação superior.

Hoje em dia reconhece-se claramente que o que normalmente chamamos de falta de inteligência em indivíduos, raças e comunidades freqüentemente é um resultado do isolamento. Por outro lado, a mobilidade da população é inquestionavelmente um fator muito importante de seu desenvolvimento intelectual.

Existe uma intensa conexão entre a imobilidade do homem primitivo e sua chamada incapacidade para usar idéias abstratas. O conhecimento que um camponês normalmente possui é, pela própria natureza de sua ocupação, concreto e pessoal. Ele conhece individualmente e pessoalmente cada membro do rebanho que tange. No decorrer dos anos ele se torna tão preso à terra que cultiva que sua mera transposição da faixa de terra onde cresceu para outra com a qual não está tão intimamente acostumado é sentida por ele como

⁸ Walter Bagehot, *The Postulates of Political Economy* (Londres, 1885), pp. 7-8.

uma perda pessoal. Para este homem o vale vizinho ou mesmo a faixa de terra no outro lado da aldeia é, num certo sentido, território estranho. Grande parte da eficiência do camponês como trabalhador agrícola depende desse relacionamento pessoal e íntimo com as idiossincrasias de um só pedaço de terra no cuidado do qual tem crescido. Parece que, sob condições tais como estas, muito pouco do conhecimento prático do camponês tomará as formas abstratas da generalização científica. Ele pensa em termos concretos porque não conhece nem precisa de outros.

Por outro lado, as características intelectuais do judeu e seu geralmente reconhecido interesse em idéias abstratas e radicais estão inquestionavelmente ligados ao fato de que os judeus são, antes de mais nada, uma cultura cidadina. O “judeu errante” adquire termos abstratos com os quais descreve as várias cenas que visita. Seu conhecimento do mundo está baseado em identidades e diferenças, isto é, em análise e classificação. Criado em íntima associação com o alvoroço e negócio da praça do mercado, constantemente atento ao fascinante e sagaz jogo de compra e venda, no qual emprega a mais interessante das abstrações, o dinheiro, não tem nem oportunidade nem inclinação a cultivar aquele íntimo apegar-se a lugares e pessoas que é característico da pessoa imóvel.

A concentração das populações em cidades, os mercados maiores, a divisão do trabalho, a concentração de indivíduos e grupos em tarefas específicas têm continuamente mudado as condições materiais de vida, e assim fazendo têm realizado reajustamentos a novas condições cada vez mais necessários. A partir dessa necessidade têm-se desenvolvido numerosas organizações específicas que existem para o propósito específico de facilitar esses reajustes. O mercado que deu existência à cidade moderna é um desses dispositivos. Entretanto, mais interessantes são as trocas, especialmente a bolsa de valores e a junta de comércio, onde os preços estão constantemente sendo fixados em resposta às mudanças, ou melhor, aos relatórios de mudanças nas condições econômicas através de todo o mundo.

Esses relatórios, na medida em que são calculados para causar reajustes, têm o caráter do que chamamos notícia. É a existência de uma situação crítica que converte em notícia o que, de outra forma, seriam meras informações. Onde exista uma possibilidade em jogo, onde, em suma, exista crise, aí a informação, que de uma forma ou de outra poderia afetar a solução, se torna “matéria viva”, como dizem os jornalistas. Matéria viva é notícia; matéria morta é mera informação.

Qual é a relação entre mobilidade e sugestão, imitação etc.? Quais são os dispositivos práticos pelos quais a sugestibilidade e a mobilidade são aumentadas em uma comunidade ou em um indivíduo?

Existem condições patológicas correspondentes nas comunidades à histeria nos indivíduos? Se assim for, como se produzem e como são controladas?

Até que ponto a moda é uma indicação de mobilidade?

Qual é a diferença na maneira pela qual as modas e os costumes são transmitidos?

O que é inquietação social e quais as condições sob as quais se manifesta?

Quais são as características de uma comunidade progressiva, e quais as de uma comunidade estática, com referência à sua resistência a sugestões novas?

Que características mentais do cigano, do biscateiro e do nômade podem geralmente ser relacionadas a estes hábitos nômades?

A bolsa de valores e a multidão. — Os valores, sobre cujas bases podemos observar a flutuação de preços em resposta às notícias das condições econômicas nas diferentes partes do mundo, são típicos. Reajustes similares estão ocorrendo em cada departamento da vida social, onde, entretanto, os mecanismos para se fazer esses reajustes não são tão completos e perfeitos. Por exemplo, os jornais profissionais e comerciais, que mantêm as profissões e o comércio informados a respeito de novos métodos, experiências e esquemas, servem para manter os membros dessas profissões e do comércio a par dos tempos, o que significa que eles facilitam os reajustes das condições em mudança.

Há, entretanto, uma importante distinção a ser feita: A competição na bolsa é mais intensa; as mudanças são mais rápidas e, com relação aos indivíduos diretamente interessados, mais importantes. Em contraste com tal constelação de forças como as que encontramos na Bolsa, onde negociadores em competição se encontram para comprar e vender, uma forma de organização social tão móvel, como a multidão e a turba, exibe uma estabilidade relativa.

É lugar-comum dizer-se que os fatores decisivos nas movimentações da multidão, como nas flutuações do mercado, são psicológicos. Isso significa que entre os indivíduos que constituem uma multidão, ou que compõem o público que participa dos movimentos refletidos no mercado, existe uma condição de instabilidade que corresponde ao que em outro ponto foi definido como crise. É verdade a respeito da Bolsa, como o é a respeito das

multidões, que a situação por elas representada é sempre crítica, isto é, as tensões são tais que uma ligeira causa pode precipitar um efeito enorme. O eufemismo corrente “o momento psicológico” define tal condição crítica.

Momentos psicológicos podem surgir em qualquer situação social, mas ocorrem mais freqüentemente numa sociedade que tenha adquirido um alto estágio de mobilidade. Ocorrem mais freqüentemente numa sociedade em que a educação é generalizada, onde estradas de ferro, telégrafo e imprensa se tornaram parte indispensável da economia social. Ocorrem mais freqüentemente em cidades do que em comunidades menores. Na multidão e no público pode-se dizer que cada momento seja “psicológico”.

Pode-se dizer que a crise é a condição normal das variações do câmbio. O que se chama de crises financeiras é meramente uma extensão dessa condição crítica à comunidade de negócios mais ampla. Pânicos financeiros que algumas vezes seguem as crises financeiras são uma precipitação dessa condição crítica.

O que é fascinante no estudo de crises, como no de multidões, é que elas podem ser controladas na medida em que são de fato devidas a causas psicológicas, isto é, na medida em que são o resultado da mobilidade das comunidades em que ocorrem. A prova disso é o fato de que podem ser manipuladas, e há provas abundantes de manipulação nas transações da bolsa de valores. A prova da manipulação de multidões é menos acessível. Contudo, as organizações trabalhistas têm sabido como desenvolver uma técnica bastante definida para a instigação e controle de greves. O Exército da Salvação elaborou um livro de táticas que é largamente devotado ao manejo de multidões de rua; e pregadores profissionais, como Billy Sunday, têm uma técnica elaborada para a condução de suas campanhas religiosas.

Sob o título de Psicologia Coletiva, muito tem sido escrito nos últimos anos com referência a multidões e fenômenos de vida social similares. A maior parte do que se tem escrito até agora se baseia em observação geral, e quase inexitem métodos sistemáticos para o estudo desse tipo de organização social. Os métodos práticos que homens práticos como o chefe político, o agitador trabalhista, o especulador da Bolsa e outros têm elaborado para o controle e manipulação do público e da multidão fornecem um conjunto de material de que é possível fazer-se um estudo mais detalhado e profundo do que se poderia chamar de comportamento coletivo, a fim de distingui-lo do estudo de grupos mais altamente organizados.

A cidade, e especialmente a grande cidade, onde mais do que em qualquer outro lugar as relações humanas tendem a ser impessoais e racionais, definidas em termos de interesse e em termos de dinheiro, é num sentido bem real um laboratório para a investigação do comportamento coletivo. As greves e movimentos revolucionários menores são endêmicos no meio urbano. As cidades, e especialmente as cidades grandes, estão em equilíbrio instável. O resultado é que os enormes agregados casuais e móveis, que constituem nossas populações urbanas, estão em estado de perpétua agitação, varridos por todo novo vento de doutrina, sujeitos a alarmas constantes e, em consequência, a comunidade está numa condição de crise crônica.

O que tem sido dito sugere, primeiro que tudo, a importância de um estudo do comportamento coletivo mais detalhado e fundamental. As perguntas que seguem irão talvez sugerir linhas de investigação que poderiam ser seguidas com proveito por estudiosos da vida urbana.

Qual é a psicologia da crise? Qual é o ciclo de acontecimentos envolvidos na evolução de uma crise política ou econômica?

Até que ponto o sistema parlamentar, o sistema eleitoral inclusive, pode ser considerado uma tentativa de regularizar a revolução, e de enfrentar e controlar crises?

Até que ponto a violência da turba, as greves e os movimentos políticos radicais são os resultados das mesmas condições gerais que geralmente provocam na população pânico financeiro, grandes especulações imobiliárias e movimentos de massa?

Até que ponto o equilíbrio instável e a fermentação social existentes são devidos à extensão e rapidez das mudanças econômicas refletidas na bolsa de valores?

Quais são os efeitos do incremento da comunicação e notícias sobre as flutuações da bolsa de valores e as mudanças econômicas em geral?

O volume de ações movimentadas tende a exagerar as flutuações na Bolsa ou a estabilizá-las?

As reportagens dos jornais, na medida em que representam os fatos, tendem a acelerar mudanças sociais ou a estabilizar um movimento já em curso?

Qual é o efeito da propaganda e dos rumores nos casos em que as fontes de informações acuradas estão cortadas?

Até que ponto as flutuações da Bolsa podem ser controladas por regulamentação formal?

Até que ponto as mudanças sociais, greves e movimentos revolucionários podem ser controlados pela censura?

Até que ponto a previsão científica de mudanças econômicas e sociais pode exercer um controle útil sobre a tendência dos preços e dos acontecimentos?

Até que ponto os preços registrados pela Bolsa são comparáveis com a opinião pública registrada pelo jornal?

Até que ponto a cidade, que responde mais rápida e mais decisivamente aos acontecimentos em mudança, pode ser considerada o centro nervoso do organismo social?

III. RELAÇÕES SECUNDÁRIAS E CONTRÔLE SOCIAL

Os métodos modernos de transporte e comunicação urbanos — o trem elétrico, o automóvel, o telefone e o rádio — têm mudado rápida e silenciosamente nos últimos anos a organização social e industrial da cidade moderna. Multiplicando os subúrbios residenciais e tornando possíveis os grandes magazines, eles têm sido os meios de concentração do comércio em determinadas zonas, tendo mudado todo o caráter do comércio varejista. Essas mudanças na organização industrial e na distribuição da população têm sido acompanhadas pelas mudanças correspondentes nos hábitos, sentimentos e caráter da população urbana.

A natureza geral dessas mudanças é indicada pelo fato de que o crescimento das cidades foi acompanhado pela substituição de relações diretas, face a face, “primárias”, por relações indiretas, “secundárias”, nas associações de indivíduos na comunidade.

Entendo por grupos primários aqueles caracterizados por associação e cooperação íntimas face a face. Eles são em vários sentidos primários, mas principalmente no de que são fundamentais na formação da natureza social e dos ideais de cada indivíduo. Psicologicamente, o resultado da associação íntima é uma certa fusão de individualidades em um todo comum, de tal forma que o próprio ser individual, pelo menos para muitos fins, é a vida e o propósito comuns do grupo. Talvez a mais simples forma de se descrever essa totalidade é dizer que é um “nós”; ela envolve esse tipo de simpatia e identificação mútua para as quais “nós” é a expressão natural. Cada um vive no sentimento do todo e encontra os objetivos primordiais de sua vontade nesse sentimento. . .⁹

⁹ Charles Horton Cooley, *Social Organization*, p. 15.

Tocar e ver, o contato físico, são as bases para a primeira e mais elementar inter-relação humana. Mãe e filho, marido e mulher, pai e filho, mestre e servo, parente e vizinho, sacerdote, médico e professor — estas são as mais íntimas e reais inter-relações da vida, e na comunidade pequena são praticamente inclusivas.

As interações que têm lugar entre os membros de uma comunidade assim constituída são imediatas e não reflexivas. O intercurso é desenvolvido amplamente dentro da região do instinto e do sentimento. O controle social surge, em sua maior parte, espontaneamente, em resposta direta a influências pessoais e ao sentimento público. É mais o resultado de uma acomodação pessoal do que a formulação de um princípio racional e abstrato.

A igreja, a escola e a família. — Numa cidade grande, onde a população é instável, onde pais e filhos estão empregados fora de casa e muitas vezes em partes da cidade distantes, onde milhares de pessoas vivem lado a lado durante anos sem nem ao menos um conhecimento de cumprimentar, essas relações íntimas do grupo primário se enfraquecem, e a ordem moral que sobre elas repousava dissolve-se gradativamente.

A maioria de nossas instituições tradicionais, a igreja, a escola e a família, tem sido, sob as influências desintegrantes da vida citadina, grandemente modificada. A escola, por exemplo, tem assumido algumas das funções da família. Algo como um novo espírito de vizinhança e comunidade tende a se organizar em volta da escola e de sua solicitude pelo bem-estar físico e moral das crianças.

Por outro lado, a igreja, que tem perdido muito de sua influência desde que as páginas impressas vêm tão amplamente tomando o lugar do púlpito na interpretação da vida, parece estar presentemente em processo de reajustamento às novas condições.

É importante que a igreja, a escola e a família sejam estudadas sob o ponto de vista desse reajustamento às condições da vida citadina.

Que mudanças ocorreram nos últimos anos nos sentimentos familiares?; nas atitudes dos maridos com relação às esposas?; das esposas com relação aos maridos?; dos filhos com relação aos pais?

O que indicam os registros dos tribunais de juventude e moral com referência a esse assunto?

Em que regiões da vida social os *mores* relacionados à vida familiar mais mudaram?

Até que ponto essas mudanças ocorreram em resposta às influências do meio citadino?

Similarmente, devem-se realizar investigações com referência à escola e à igreja. Também aí, há uma atitude mudada e uma política mudada em resposta a um meio mudado. Isso é importante porque, em última análise, é sobre essas instituições, onde os interesses imediatos e vitais da vida encontram uma expressão corporificada, que a organização social repousa em última análise.

Provavelmente é a ruptura das uniões locais e o enfraquecimento das restrições e inibições do grupo primário, sob a influência do meio urbano, que são grandemente responsáveis pelo aumento do vício e do crime nas grandes cidades. Seria interessante determinar por investigação até que ponto o aumento de crimes se equipara à crescente mobilidade da população, e até onde essa mobilidade é uma função do crescimento da população. É desse ponto de vista que deveríamos procurar interpretar todas essas estatísticas de divórcio, vadiagem e crime.

Qual é o efeito da posse de propriedade, especialmente da casa, sobre a vadiagem, o divórcio e o crime?

Em que regiões e classes são endêmicos certos tipos de crime?

Em que classes o divórcio ocorre mais freqüentemente? Qual é a diferença neste aspecto entre fazendeiros e, digamos, atores?

Até que ponto em qualquer grupo racial dado, por exemplo os italianos em Nova York ou os poloneses em Chicago, pais e filhos vivem no mesmo mundo, falam a mesma língua e partilham as mesmas idéias, e até onde as condições encontra das respondem pela delinqüência em cada grupo particular?

Até que ponto os *mores* de casa são responsáveis pelas manifestações criminosas de um grupo imigrante?

A crise e os tribunais. — É característico da vida citadina que todos os tipos de gente, que jamais se compreendem totalmente, se encontrem e se misturem. O anarquista e o clubista, o sacerdote e o levita, o ator e o missionário, cujos ombros se tocam nas ruas, vivem ainda em mundos completamente diferentes. A segregação de classes vocacionais é tão completa que é possível viver, dentro dos limites da cidade, num isolamento quase tão completo quanto o de algumas comunidades rurais antigas.

Walter Besant conta a seguinte anedota de sua experiência como diretor do *People's Palace Journal*:

“Nessa qualidade eu buscava encorajar os esforços literários na esperança de deparar com algum gênio latente desconhecido. Os leitores do jornal eram membros de várias classes, ligados ao setor educacional do lugar. Eram principalmente jovens empregados — alguns dos quais muito bons sujeitos. Tinham um grupo de debates ao qual eu comparecia de vez em quando. Infelizmente, conduziam seus debates na mais profunda, mais incôscia e satisfeita ignorância. Procurei persuadi-los que era desejável que eles ao menos dominassem os fatos acerca do caso antes de falar. Em vão. Propus então temas de ensaios e ofereci prêmios para versos. Descobri, para meu estupor, que dentre todos os milhares de jovens, moças e rapazes, não havia a possibilidade de descobrir a mais rudimentar indicação de algum poder literário qualquer. Em todas as outras cidades havia jovens que alimentavam ambições literárias com alguma capacidade literária. Como poderia haver algum nesta cidade, onde não havia livros, jornal e, naquele tempo, biblioteca pública de jeito nenhum?”¹⁰

Nas colônias de imigrantes, agora bem estabelecidas em qualquer cidade grande, as populações estrangeiras vivem num isolamento que é diferente do da população de East London, embora em alguns aspectos seja mais completo.

A diferença é que cada uma dessas pequenas colônias tem uma organização social e política própria mais ou menos independente, e é o centro de uma propaganda nacionalista mais ou menos vigorosa.

Por exemplo, cada um desses grupos tem um ou mais jornais impressos em sua própria língua. Havia na cidade de Nova York, há uns poucos anos atrás, 270 publicações, em sua maioria sustentadas pela população local, impressas em 23 línguas diferentes. Havia em Chicago 19 jornais diários publicados em sete línguas estrangeiras e com uma circulação diária conjunta de 368.000 exemplares.

Sob essas condições, o ritual social e a ordem moral, que esses imigrantes trouxeram consigo de seus países de origem, conseguiram manter-se por um tempo considerável sob

¹⁰ Walter Besant, *East London*, p. 13.

as influências do meio americano. O controle social, fundado nos *mores* do lar, se destroça entretanto na segunda geração.

Podemos expressar em termos gerais a relação da cidade com esse fato, dizendo que o efeito do meio urbano é intensificar todos os efeitos de crises.

O termo “crises” não deve ser entendido num sentido violento. Está envolvido em qualquer distúrbio de hábito. Há uma crise na vida do rapaz quando ele deixa o lar. A emancipação do negro e a imigração do camponês europeu são crises de grupo. Qualquer tensão de crise envolve três possíveis mudanças: maior adaptação, eficiência reduzida ou morte. Em termos biológicos, “sobrevivência” significa ajustamento bem sucedido a crise, tipicamente acompanhado por uma modificação de estrutura. Significa no homem estímulo mental e maior discernimento ou, no caso de fracasso, depressão mental.¹¹

Sob as condições impostas pela vida de cidade, na qual os indivíduos e os grupos de indivíduos, extremamente distantes em simpatia e compreensão, vivem juntos sob condições de interdependência, se não de intimidade, as condições de controle social são grandemente alteradas e as dificuldades aumentadas.

O problema assim criado é usualmente caracterizado como um problema de “assimilação”. Supõe-se que o motivo do rápido aumento do crime em nossas grandes cidades é devido ao fato de que o elemento estrangeiro de nossa população não tenha conseguido assimilar a cultura americana nem se conformado aos *mores* americanos. Se verdade, isto seria interessante, mas os fatos parecem sugerir que a verdade talvez devesse ser procurada na direção oposta.

Um dos mais importantes fatos estabelecidos pela investigação diz respeito aos filhos nascidos na América de pais imigrantes — a “segunda geração”. Os registros de condenações do Tribunal de Sessões Gerais de Nova York durante o período de 1.º de outubro de 1908 a 30 de junho de 1909, e os de todas as transgressões às instituições penais de Massachusetts, exceto as transgressões à fazenda estadual, durante o período anual terminado a 30 de setembro de 1909, formam a base dessa análise das tendências criminosas da segunda geração.

¹¹ William I. Thomas, “Race Psychology: Standpoint and Questionnaire with Particular Reference to the Immigrant and Negro”, *American Journal of Sociology*, XVII (maio de 1912), 736.

A partir desses registros, parece que existe uma tendência nítida por parte da segunda geração a diferir da primeira, ou geração imigrante, no caráter de sua criminalidade. Parece também que essa diferença é muito mais freqüentemente no sentido de aproximar-se da criminalidade típica da descendência nascida na América ou não-imigrante do que no sentido oposto. Isso significa que o movimento de crime da segunda geração se distancia dos crimes peculiares a imigrantes, aproximando-se daqueles peculiares ao americano de descendência nativa. Algumas vezes, esse movimento tem levado a criminalidade da segunda geração ainda além da dos nativos de descendência nativa. Um dos grupos da segunda geração, submetidos a essa comparação, mantém uma aderência constante à regra geral acima referida, enquanto todos os outros deixam de segui-la em algum ponto. Este único grupo é a segunda geração irlandesa.¹²

O que nós observamos, como um resultado da crise, é que o controle, anteriormente baseado nos *mores*, foi substituído pelo controle baseado na lei positiva. Essa mudança segue paralela ao movimento pelo qual as relações secundárias substituíram as relações primárias na associação de indivíduos no meio citadino.

É característico dos Estados Unidos que grandes mudanças políticas devessem efetuar-se experimentalmente sob a pressão de agitação ou pela iniciativa de minorias pequenas, porém militantes. Provavelmente não há nenhum outro país no mundo no qual tantas “reformas” estejam em curso como nos Estados Unidos no momento presente. Na verdade, a reforma se tornou um tipo de “esporte caseiro” popular. As reformas assim efetuadas envolvem, quase sem exceção, algum tipo de restrição ou controle governamental sobre atividades que até então eram “livres” ou apenas controladas pelos *mores* e pela opinião pública.

O efeito dessa expansão do que se chama poder judicial tem sido produzir uma mudança não apenas na diretriz política fundamental da lei, mas no caráter e posição dos tribunais.

Os tribunais de juventude e moral ilustram uma mudança que talvez esteja ocorrendo em outro lugar. Nestes tribunais os juízes assumiram algo nas funções dos oficiais administrativos, consistindo seus deveres menos na interpretação da lei do que em

¹² *Reports of the United States Immigration Commission*, VI, 14-16.

prescrever remédios e dar conselhos com a intenção de reencaminhar a seu lugar normal na sociedade os delinquentes trazidos à sua frente.

Uma tendência similar de dar aos juízes ampla discricção e impor-lhes uma responsabilidade adicional é manifesta nos tribunais que têm de dar com casos técnicos do mundo dos negócios, e no aumento da popularidade de comissões nas quais se combinam funções administrativas e judiciais como, por exemplo, a Comissão de Comércio Interestadual.

A fim de interpretar de modo fundamental os fatos referentes ao controle social, é importante começar-se com uma concepção clara da natureza da ação corporativa.

A ação corporativa começa quando há algum tipo de comunicação entre os indivíduos que constituem um grupo. A comunicação pode ocorrer em diferentes níveis; isto é, as sugestões podem ser emitidas e respondidas nos níveis instintivo, sensomotor ou ideomotor. O mecanismo da comunicação é muito sutil, tão sutil, na verdade, que várias vezes é difícil conceber como as sugestões são transportadas de uma mente a outra. Isso não implica que haja qualquer forma de consciência, qualquer sentimento especial de parentesco ou consciência de espécie, necessários para explicar a ação corporativa.

Na verdade, foi recentemente demonstrado que no caso de certas sociedades altamente organizadas e estáticas, como a da bastante conhecida formiga, provavelmente nada do que se chamaria comunicação ocorre.

É um fato bastante conhecido que se uma formiga for retirada de um formigueiro e mais tarde for recolocada ela não será atacada, enquanto uma formiga que pertença a outro formigueiro será quase invariavelmente atacada. Tem sido costumeiro usar-se para a descrição desse fato as palavras memória, inimizade, amizade. Agora Bethe fez o seguinte experimento. Colocou uma formiga nos líquidos (sangue e linfa) extraídos dos corpos de companheiros de formigueiro, sendo então recolocada em seu formigueiro, sem que houvesse sido atacada. Colocada então no líquido tirado de moradores de um formigueiro “hostil”, foi imediatamente atacada e morta.¹³

Outro exemplo do modo pelo qual as formigas se comunicam ilustrará quão simples e automática a comunicação se pode tornar no nível instintivo.

¹³ Jacques Loeb, *Comparative Physiology of the Brain*, pp. 220-21.

Uma formiga, quando pela primeira vez toma uma direção nova ao sair do formigueiro, volta sempre pelo mesmo caminho. Isso demonstra que algum rastro deve ser deixado atrás para seguir como guia de volta ao formigueiro. Se uma formiga ao retornar por esse caminho não traz nenhuma presa, Bethe descobriu que nenhuma outra formiga tenta essa direção. Mas se ela traz de volta mel ou açúcar, outras formigas certamente tentarão o caminho. E, por isso, algo das substâncias carregadas por este caminho pelas formigas deve permanecer no caminho. Essas substâncias devem ser suficientemente fortes para afetar as formigas quimicamente.¹⁴

O fato importante é que por meio desse artifício comparativamente simples a ação corporativa se torna possível.

Os indivíduos não só reagem um em relação ao outro dessa maneira reflexa, mas inevitavelmente comunicam seus sentimentos, atitudes e excitações orgânicas, e assim fazendo necessariamente reagem não apenas ao que cada indivíduo efetivamente faz, mas ao que ele pretende, deseja ou espera fazer. O fato de que os indivíduos traem outros sentimentos e atitudes dos quais eles mesmos apenas obscuramente são conscientes, possibilita o indivíduo *A*, por exemplo, a agir em função de motivos e tensões de *B* no momento, ou mesmo antes, de *B* ser capaz de fazê-lo. Ainda, *A* pode agir sobre as sugestões que emanam de *B* sem que ele mesmo esteja claramente cômico da fonte de que surgem suas motivações. As reações que controlam indivíduos unidos em um processo sócio-psicológico podem ser a tal ponto sutis e íntimas.

É sobre a base desse tipo de controle instintivo e espontâneo que qualquer tipo de controle mais formal se deve fundar a fim de ser efetivo.

As mudanças na forma de controle social podem ser agrupadas para fins de investigação sob os títulos gerais:

1. A substituição do costume pela lei positiva e a extensão do controle municipal a atividades até então deixadas à discrição e iniciativa individuais.

2. A disposição dos juízes dos tribunais municipais e criminais para assumirem função administrativa de tal forma que a administração da lei criminal deixa de ser uma mera aplicação do ritual social e se torna uma aplicação de métodos racionais e técnicos, que

¹⁴ Ibid., p. 221.

requerem conhecimento ou conselho especializado, a fim de se reencaminhar o indivíduo à sociedade e reparar o mal que sua delinquência causou.

3. As mudanças e divergências nos *mores* de diferentes grupos segregados e isolados na cidade. Quais são, por exemplo, os *mores* da vendedora de loja?; do imigrante?; do político?; e do agitador trabalhista?

O objetivo dessas investigações deveria ser não apenas distinguir as causas dessas mudanças, a direção em que seguem, mas também as forças capazes de minimizá-las ou neutralizá-las. Por exemplo, é importante saber se os motivos que atualmente multiplicam as restrições positivas à vontade individual irão necessariamente tão longe neste país quanto já foram na Alemanha. Ocasionalmente, eventualmente, uma condição próxima do socialismo?

Vício comercializado e tráfico de bebidas. — O controle social sob as condições da vida citadina talvez possa ser melhor estudado nas suas tentativas de eliminar o vício e de controlar o tráfico de bebidas.

O bar e os estabelecimentos de vício surgiram como um meio de explorar os instintos e apetites fundamentais da natureza humana. Isto torna interessantes e importantes como objetos de investigação os esforços realizados para regulamentar e suprimir essas formas de exploração e tráfico.

Uma investigação desse tipo deveria basear-se no estudo exaustivo: 1) da natureza humana sobre a qual se erigiu o comércio; 2) das condições sociais que tendem a converter apetites normais em vícios sociais; 3) dos efeitos práticos dos esforços de limitação, controle e eliminação do tráfico do vício e para acabar com o uso e venda de bebidas.

Entre as coisas que desejaríamos saber estão:

Até que ponto o apetite para o estímulo alcoólico é uma disposição pré-natal?

Até que ponto tal apetite pode ser transferido de uma para outra forma de estímulo, isto é, do uísque para a cocaína etc.?

Até que ponto é possível substituir estímulos patológicos e viciosos por estímulos normais e saudáveis?

Quais são os efeitos sociais e morais da bebida em segredo?

Quando se estabelece o tabu cedo na vida, ele tem o efeito de idealizar os prazeres da satisfação do vício? Isso acontece em alguns casos e em outros não? Se assim é, quais as

circunstâncias que contribuem para isso? As pessoas perdem repentinamente o gosto por bebidas e outros estímulos? Quais são as condições em que isso acontece?

Muitas destas perguntas podem ser respondidas apenas por um estudo de experiências individuais. Indubitavelmente os vícios, como certas formas de doença, têm sua história natural. Podem, portanto, ser considerados como entidades independentes que encontram seu *habitat* no meio urbano, são estimulados por certas condições, inibidos por outras, mas exibem invariavelmente, através de todas as mudanças, um caráter que é típico.

Em seus primeiros dias, o movimento de temperança tinha algo do caráter de uma campanha religiosa, e os efeitos eram altamente pitorescos. Nos últimos anos, os líderes desenvolveram uma estratégia mais estudada, mas a luta contra o tráfico de bebidas ainda tem todas as características de um grande movimento popular, um movimento que, tendo inicialmente conquistado os distritos rurais, está agora procurando impor-se nas cidades.

Por outro lado, a cruzada contra o vício começou na cidade, de onde, na verdade, o vício comercializado é originário. A simples discussão em público sobre este assunto significou uma enorme mudança nos *mores* sexuais. É significativo o fato de coincidir este movimento, em toda parte, com a ascensão das mulheres e uma liberdade maior na indústria, nas profissões e nos partidos políticos.

Há condições peculiares à vida das grandes cidades (referidas sob o título “Mobilidade da População das Grandes Cidades”) que tornam o controle do vício especialmente difícil. Por exemplo, cruzadas e movimentos geralmente não têm no meio citadino o mesmo sucesso que alcançam em comunidades menores e menos heterogêneas. Quais as condições que fazem com que isso aconteça?

Talvez os fatos mais merecedores de estudo com relação ao movimento para a suspensão do vício são aqueles que indicam as mudanças nos *mores* sexuais ocorridas nos últimos cinquenta anos, especialmente com referência ao que é considerado modesto ou imodesto no vestuário e no comportamento, e com referência à liberdade com que os assuntos sexuais são agora discutidos por jovens, moças e rapazes.

Parece, na verdade, como se estivéssemos em presença de duas mudanças demarcadoras de épocas, uma que parece estar definitivamente destinada a colocar as bebidas alcoólicas na categoria de drogas venenosas, e a outra a levantar o tabu que, especialmente entre os

povos anglo-saxões, tem efetivamente impedido até o momento presente a discussão franca dos fatos do sexo.

Política partidária e publicidade. — Existe atualmente em toda parte uma disposição para aumentar o poder do ramo executivo do Governo às custas do ramo legislativo. A influência dos Legislativos estaduais e dos conselhos citadinos tem diminuído em alguns casos pela introdução do referendo e pela revogação. Em outros, tem sido amplamente substituída pela forma de Governo por comissão. A razão ostensiva para essas mudanças é que elas oferecem um meio de derrubar o poder dos políticos profissionais. A base real parece-me ser o reconhecimento do fato de que a forma de Governo que tinha sua origem na assembléia da cidade, e que bem se adaptava às necessidades de uma comunidade pequena baseada em relações primárias, não é apropriada para o Governo das populações heterogêneas e em mudança de cidades de três ou quatro milhões de habitantes.

Muito, é claro, depende do caráter e do tamanho da população. Onde ela é de origem americana e o número de cidadãos eleitores não é grande demais para uma discussão calma e completa, não se pode imaginar melhor escola de política nem mais acertado método de controle dos negócios para evitar a corrupção e o desperdício, para estimular a vigilância e criar satisfação. Quando, porém, a assembléia citadina cresceu além de setecentas ou oitocentas pessoas e, mais ainda, quando alguma seção considerável é constituída por estrangeiros, tais como irlandeses ou canadenses-franceses, ultimamente vindos para a Nova Inglaterra, a instituição trabalha menos perfeitamente por que a multidão é grande demais para o debate, as facções tendem a surgir, e os imigrantes, não-treinados em autogoverno, se tornam presa de demagogos mesquinhos e de indivíduos que manobram por trás dos bastidores.¹⁵

Por um lado, os problemas do Governo citadino tornaram-se tão complicados com o crescimento e a organização da vida citadina que não é mais desejável deixá-los ao controle de homens cuja única qualificação para orientá-los consiste no fato de haverem conseguido ganhar o Governo através da maquinaria comum da política de bairro.

¹⁵ James Bryce, *The American Commonwealth*, I, 566.

Outra circunstância que tornou pouco prática, sob as condições da vida citadina, a seleção dos funcionários citadinos por voto popular é o fato de que, exceto em casos especiais, o eleitor pouco ou nada sabe sobre o funcionário por quem vota; pouco ou nada sabe sobre as funções do cargo para o qual aquele funcionário se elege; e, além de tudo o mais, está muito ocupado em outra coisa para se informar das condições e necessidades da cidade como um todo.

Numa recente eleição em Chicago, por exemplo, convocaram-se os eleitores para selecionarem candidatos de um quadro contendo 250 nomes, a maioria dos quais desconhecida para o eleitor. Sob essas circunstâncias, o cidadão que deseja votar inteligentemente confia em alguma organização ou em algum conselheiro mais ou menos interessados para lhe dizerem como votar.

Para responder a essa emergência, primariamente criada por condições impostas pela vida citadina, surgiram dois tipos de organização para controlar aquelas crises artificiais que chamamos eleições. Uma delas é a organização representada pelo chefe político e pela máquina política. A outra é a representada pelas ligas dos eleitores independentes, pelas associações dos contribuintes e por organizações como os escritórios de pesquisa municipal.

Uma indicação das condições bastante primitivas em que se formaram nossos partidos políticos é que eles procuraram governar o país com o princípio de que o remédio para todos os tipos de males administrativos era uma mudança de Governo, expressa numa frase popular — “expulsar os velhacos”. A máquina política e o chefe político surgiram no interesse da política partidária. Os partidos eram necessariamente organizados para vencer as eleições. A máquina política é apenas um instrumento técnico inventado com o propósito de atingir este fim. O chefe é o perito que opera a máquina. Ele é tão necessário para a vitória nas eleições quanto um treinador profissional é necessário para o sucesso no futebol.

É característico dos dois tipos de organização, que se desenvolveram com o propósito de controlar o voto popular, que o primeiro, a máquina política, baseia-se em última análise em relações locais e pessoais, isto é, primárias. O segundo, as organizações por um bom Governo, faz seu apelo ao público, e o público, como normalmente entendemos esta expressão, é um grupo baseado em relações secundárias. Os membros de um público, em regra, não se conhecem pessoalmente.

A máquina política é, de fato, uma tentativa de manter, dentro da organização administrativa formal da cidade, o controle de um grupo primário. As organizações assim constituídas, das quais o *Tammany Hall* é a ilustração clássica, parecem ser profundamente feudais em seu caráter. As relações entre o chefe e seu cabo eleitoral parecem ser exatamente as envolvidas na relação feudal: por um lado, de lealdade pessoal, e, por outro, de proteção pessoal. As virtudes que tal organização demonstra são aquelas velhas virtudes tribais de fidelidade, lealdade e devoção aos interesses do chefe e do clã. As pessoas internas à organização, seus amigos e sustentadores, constituem um grupo “nós”, enquanto o resto da cidade é meramente o mundo exterior, que não está propriamente vivo, nem é propriamente humano, no sentido em que os membros do grupo “nós” é e está. Temos aqui algo que se aproxima das condições sociais da sociedade primitiva.

A concepção de “sociedade primitiva” que devemos formar é a de pequenos grupos espalhados por um território. O tamanho dos grupos é determinado pelas condições da luta pela existência. A organização interna de cada grupo corresponde a seu tamanho. Um grupo de grupos pode ter alguma relação um com o outro (parentesco, vizinhança, aliança, *connubium* e *commercium*) que os reúne e os diferencia de outros. Assim surge uma diferenciação entre nós mesmos, o grupo “nós”, ou grupo interno, * e todo mundo mais, ou os grupos dos outros, ou grupos externos. ** Os que estão dentro de um grupo “nós” estão numa relação um com o outro de paz, ordem, lei, Governo e indústria. Sua relação com todos os forasteiros, ou grupos dos outros, é de guerra e saque, exceto na medida em que os acordos a tem modificado.

A relação de camaradagem e paz no grupo “nós” e a de hostilidade e guerra contra os grupos dos outros são correlativas uma com a outra. As exigências de guerra com os forasteiros são o que garante a paz no interior, ou a discórdia interna enfraqueceria o grupo “nós” para a guerra. Essas exigências também garantem o Governo e a Lei no grupo interno, a fim de evitar rixas e impor a disciplina.¹⁶

A política da maioria das cidades grandes oferece material abundante para o estudo do tipo representado pelo chefe político, bem como dos mecanismos sociais criados e

* N. do T. — No original: *we-group e in-group*.

** N. do T. — No original: *others-groups e out-groups*.

¹⁶ Sumner, *Folkways*, p. 12.

incorporados pela máquina política. É necessário, contudo, que os estudemos desapaixonadamente. Algumas das perguntas que devemos procurar responder são:

O que é, na realidade, a organização política em um ponto qualquer da cidade? Quais os sentimentos, as atitudes e os interesses que encontram expressão por seu intermédio?

Quais os dispositivos práticos que emprega para a mobilização de suas forças e para colocá-las em ação?

Qual o caráter da atração exercida pelo partido nas diferentes regiões morais de que é feita a cidade?

Até onde o interesse na política é prático e até onde é mero esporte?

Que parcela do custo das eleições constitui a publicidade? Que quantidade dela pode ser classificada como “publicidade educacional”, e quanto é pura demagogia?

Até que ponto, nas condições existentes, e especialmente como as encontramos nas cidades grandes, as eleições podem ser controladas praticamente por artifícios puramente técnicos, fichário de endereços, passeatas à luz de tochas, maquinaria discursiva?

Que efeito terá a introdução do referendo e da revogação sobre os métodos atuais de conduzir eleições nas cidades?

Propaganda e controle social. Em contraste com a máquina política, que fundou sua ação organizada sobre os interesses imediatos, locais e pessoais, representados pelas diferentes vizinhanças e localidades, as organizações para um bom Governo, os escritórios de pesquisa municipal e similares tentaram representar os interesses da cidade como um todo, fazendo apelo a um sentimento que nem é local nem pessoal. Essas agências procuraram assegurar a eficiência e o bom Governo pela educação do eleitor, isto é, investigando e publicando os fatos referentes ao Governo.

Nesse sentido a publicidade passou a ser uma forma de controle social reconhecida, e a propaganda — “propaganda social” — se tornou uma profissão com uma técnica elaborada sustentada por um corpo de conhecimentos específicos.

Um dos fenômenos característicos da vida citadina e da sociedade baseada em relações secundárias é que a propaganda viesse a ocupar um lugar tão importante em sua categoria.

Nos últimos anos, todo indivíduo e toda organização, que tenha de lidar com o público, isto é, com o público fora das comunidades da aldeia e da cidade pequena, menores e mais

íntimas, veio a ter seu agente de publicidade, que cada vez é menos um publicista do que um diplomata acreditado junto aos jornais, e através deles junto ao mundo. Instituições como a Russell Sage Foundation e, num âmbito menor, a Junta de Educação Geral, procuraram influenciar diretamente a opinião pública por intermédio da publicidade. O Relatório Carnegie sobre Educação Médica, o Levantamento de Pittsburgh, o Relatório da Russell Sage Foundation sobre Custos Comparativos da Educação Escolar Pública nos vários estados são algo mais do que relatórios científicos. São antes uma forma elevada de jornalismo, lidando criticamente com condições existentes e procurando provocar reformas radicais através da agência de publicidade. O trabalho do Escritório de Pesquisa Municipal de Nova York teve um objetivo prático similar. Acrescente-se a estes o trabalho realizado pelos relatórios do bem-estar infantil, pelos levantamentos sociais empreendidos em diferentes partes do país, e por propaganda similar em prol da saúde pública.

A opinião pública torna-se importante como uma fonte de controle social em sociedades baseadas em relações secundárias, de que as cidades grandes são típicas. Na cidade, todo grupo social tende a criar seu meio próprio e, na medida em que essas condições se fixam, os *mores* tendem a se acomodar às condições assim criadas. Nos grupos secundários e na cidade, a moda tende a substituir o costume, e a opinião pública, mais do que os *mores*, se torna a força dominante do controle social.

Em qualquer tentativa de compreensão da natureza da opinião pública e de sua relação com o controle social é importante investigar, antes de mais nada, as medidas e os mecanismos que passaram a ser utilizados praticamente no esforço de controlar, esclarecer e explorá-la.

Destes o primeiro e o mais importante é a imprensa, isto é, o jornal diário e outras formas de literatura usuais, inclusive livros considerados de ampla circulação.¹⁷

Depois do jornal, os escritórios de pesquisa, atualmente surgindo em todas as cidades grandes, são os mecanismos para o uso da publicidade como meio de controle social mais interessantes e promissores.

Os frutos dessas investigações não atingem o público diretamente, mas são disseminados por intermédio da imprensa, do púlpito e de outras fontes de esclarecimento popular.

¹⁷ Cf. Bryce, *The American Commonwealth*, p. 267.

Além desses, existem as campanhas educacionais em prol de melhores condições de saúde, relatórios do bem-estar infantil e os numerosos artifícios de “propaganda social” atualmente empregados, algumas vezes por iniciativa de sociedades privadas, outras por iniciativa de jornais ou revistas populares, a fim de educar o público e alistar a massa do povo no movimento para a melhoria das condições da vida comunitária.

O jornal é o grande meio de comunicação dentro da cidade, e é na base da informação fornecida por ele que se baseia a opinião pública. A primeira função que um jornal preenche é a que anteriormente o falatório desempenhava na aldeia.

Entretanto, apesar da diligência com que os jornais procuram fatos de informação pessoal e de interesse humano, não podem competir com o falatório da aldeia como meio de controle social. Uma das razões é que o jornal mantém algumas reservas não-reconhecidas pelo falatório em assuntos de informação pessoal. Por exemplo, até o momento em que se candidatam a um cargo ou cometem algum outro ato manifesto, que os traz nitidamente diante do público, a vida privada de homens ou mulheres é um assunto-tabu para os jornais. Isso não acontece com o falatório, em parte porque numa comunidade pequena, indivíduo algum é tão obscuro que seus negócios privados escapem à observação e discussão; e em parte porque o campo é menor. Em comunidades pequenas há uma quantidade verdadeiramente espantosa de informação pessoal à tona entre os indivíduos que as compõem.

A ausência disso na cidade é que, em grande parte, faz da cidade o que ela é.

Algumas das perguntas que surgem com relação à natureza e função do jornal e da publicidade são em geral:

O que é notícia?

Quais os métodos e motivações do jornalista? São os de um artista?; os de um historiador?; ou apenas os de um comerciante?

Até que ponto o jornal controla e até que ponto é controlado pelo sentimento público?

O que é uma “nota falsa” e por quê?

O que é jornalismo amarelo e por que é amarelo?

Qual seria o efeito de fazer do jornal um monopólio municipal?

Qual é a diferença entre propaganda e notícia?

IV. O TEMPERAMENTO E O MEIO URBANO

As cidades grandes sempre foram o cadinho de raças e de culturas. A partir das interações sutis e vívidas de que têm sido os centros, surgem as novas variedades e os novos tipos sociais. As cidades grandes dos Estados Unidos, por exemplo, tiraram do isolamento de suas aldeias natais grandes massas de populações rurais da Europa e da América. Sob o impacto de novos contatos, as energias latentes desses povos primitivos se libertam, e os processos mais sutis de interação trouxeram a existência não apenas de tipos vocacionais, mas de tipos temperamentais.

A mobilização do homem individual. — O transporte e a comunicação efetuaram, entre muitas outras mudanças silenciosas mas penetrantes, o que chamei de “mobilização do homem individual”. Multiplicaram as oportunidades do homem individual quanto ao contato e associação com seus semelhantes, mas tornaram esses contatos e associações mais transitórios e menos estáveis. Uma parcela bem grande das populações das cidades grandes, inclusive as que constituem seu lar em casas de cômodo ou apartamentos, vivem em boa parte como as pessoas em algum grande hotel, encontrando-se, mas sem se conhecer umas às outras. O efeito disso é substituir as associações mais íntimas e permanentes da comunidade menor por uma relação casual e fortuita.

Sob essas circunstâncias o *status* do indivíduo é determinada do num grau considerável por sinais convencionais — por moda e “aparência” — e a arte da vida reduz-se em grande parte a espiar sobre superfícies finas e a um escrupuloso estudo de estilos e maneiras.

Não somente o transporte e a comunicação, mas também a segregação da população urbana tendem a facilitar a mobilidade do homem individual. Os processos de segregação estabelecem distâncias morais que fazem da cidade um mosaico de pequenos mundos que se tocam, mas não se interpenetram.

Isso possibilita ao indivíduo passar rápida e facilmente de um meio moral a outro, e encoraja a experiência fascinante, mas perigosa, de viver ao mesmo tempo em vários mundos diferentes e contíguos, mas de outras formas amplamente separados. Tudo isso tende a dar à vida citadina um caráter superficial e adventício; tende a complicar as relações sociais e a produzir tipos individuais novos e divergentes. Introduz, ao mesmo tempo, um elemento de acaso e aventura que se acrescenta ao estímulo da vida citadina e lhe confere

uma atração especial para nervos jovens e frescos. O atrativo das cidades grandes é tal vez uma conseqüência de estímulos que agem diretamente sobre os reflexos. Enquanto tipo de comportamento humano, pode ser explicado, numa espécie de tropismo, como a atração de uma mariposa pela chama.

Entretanto, a atração da metrópole é em parte devida ao fato de que a longo prazo cada indivíduo encontra em algum lugar entre as variadas manifestações da vida citadina o tipo de ambiente no qual se expande e se sente à vontade; encontra, em suma, o clima moral em que sua natureza peculiar obtém os estímulos que dão livre e total expressão a suas disposições inatas. São motivações desse tipo, suspeito eu, que têm suas bases não no interesse, nem mesmo no sentimento, mas em algo mais fundamental e primitivo, que trazem muitos, se não a maioria de jovens e mulheres, da segurança de suas casas no interior para a grande e atordoante confusão e excitação da vida citadina. Na comunidade pequena, o homem normal, o homem sem excentricidade ou gênio, é o que parece mais tendente a se realizar. Poucas vezes a comunidade pequena tolera a excentricidade. A cidade, pelo contrário, a recompensa. Nem o criminoso, nem o defeituoso, nem o gênio, tem na cidade pequena a mesma oportunidade de desenvolver sua disposição inata que invariavelmente encontra na cidade grande.

Há cinqüenta anos atrás, toda aldeia tinha um ou dois tipos excêntricos que eram normalmente tratados com uma tolerância benevolente, mas que eram entrementes considerados esquisitos e intratáveis. Esses indivíduos excepcionais viveram uma existência isolada, separados do intercurso genuinamente íntimo com seus colegas, por suas próprias excentricidades, quer de gênio, quer de deficiência. Se tinham a potencialidade de criminosos, as restrições e inibições da comunidade pequena os faziam inofensivos. Se tinham em si a substância do gênio, permaneciam estéreis por falta de apreciação ou oportunidade. A estória de Mark Twain *Pudd'n Head Wilson* é uma descrição de um desses gênios obscuros e não apreciados. Como

*Muita é a flor que nasce rósea sem ser vista
Desperdiçando seu perfume no ar deserto*

Gray escreveu a “Elegia no Pátio de uma Igreja do Campo” antes do surgimento da metrópole moderna.

Na cidade, muitos desses tipos divergentes encontram um meio no qual, para o bem ou para o mal, suas disposições e ta lentos dão frutos.

Na investigação desses tipos excepcionais e temperamentais que a cidade produz, deveríamos procurar distinguir, na medida do possível, entre as qualidades mentais abstratas em que se baseia a excelência técnica e as características inatas mais fundamentais que encontram expressão no temperamento. Podemos portanto perguntar:

Até que ponto as qualidades morais dos indivíduos estão baseadas no caráter inato? Até que ponto são hábitos convencionalizados do grupo, impostos a eles ou por eles assumidos?

Quais as qualidades e as características inatas sobre as quais se baseia o caráter moral ou imoral aceito e convencionalizado pelo grupo?

Que conexão ou que dissociação parece existir entre as qualidades morais e mentais dos grupos e dos indivíduos que os compõem?

Os criminosos são em regra de ordem de inteligência mais baixa que os não-criminosos? Se assim é, que tipos de inteligência se associam a diferentes tipos de crime? Por exemplo, ladrões profissionais e homens de confiança profissionais representam tipos mentais diferentes?

Quais os efeitos sobre esses diferentes tipos (mentais) do estímulo e da repressão, do isolamento e da mobilidade?

Até que ponto os pátios de recreio e outros tipos de recreação podem fornecer o estímulo que, de outra forma, é procurado em prazeres viciosos?

Até que ponto a orientação vocacional pode auxiliar os indivíduos a encontrar vocações em que serão capazes de obter uma expressão livre de suas qualidades temperamentais?

A região moral. — É inevitável que indivíduos que buscam as mesmas formas de diversão, quer sejam proporcionadas por corridas de cavalos ou pela ópera, devam de tempos em tempos se encontrar nos mesmos lugares. O resultado disso é que, dentro da organização que a vida cidadina assume espontaneamente, a população tende a se segregar não apenas de acordo com seus interesses, mas de acordo com seus gostos e seus temperamentos. A distribuição da população resultante tende a ser bastante diferente daquela ocasionada por interesses ocupacionais ou por condições econômicas.

Cada vizinhança, sob as influências que tendem a distribuir e a segregar as populações cidadinas, pode assumir o caráter de uma “região moral”. Assim são, por exemplo, as zonas do vício encontradas na maioria das cidades. Uma região moral não é necessariamente um lugar de domicílio. Pode ser apenas um ponto de encontro, um local de reunião.

Com o intuito de entender as forças que em toda cidade grande tendem a desenvolver esses ambientes isolados nos quais os impulsos, as paixões e os ideais vagos e reprimidos se emancipam da ordem moral dominante, é necessário referir-se ao fato ou teoria dos impulsos latentes dos homens.

A verdade parece ser que os homens são trazidos ao mundo com todas as paixões, instintos e apetites, incontrolados e indisciplinados. A civilização, no interesse do bem-estar comum, requer algumas vezes a repressão, e sempre o controle, dessas disposições naturais. No processo de impor sua disciplina ao indivíduo, de refazer o indivíduo de acordo com o modelo comunitário aceito, grande parte é completamente reprimida, e uma parte maior encontra uma expressão substituta nas formas socialmente valorizadas ou pelo menos inócuas. É nesse ponto que funcionam o esporte, a diversão e a arte. Permitem ao indivíduo se purgar desses impulsos selvagens e reprimidos por meio de expressão simbólica. É esta a catarse de que Aristóteles escreve em sua *Poética*, e à qual têm sido dadas significações novas e mais positivas pelas investigações de Sigmund Freud e dos psicanalistas.

Não há dúvida de que muitos outros fenômenos sociais como greves, guerras, eleições populares e movimentos religiosos desempenham uma função similar ao libertar as tensões subconscientes. Mas há, no interior de comunidades pequenas, onde as relações sociais são mais íntimas e as inibições mais imperativas, muitos indivíduos excepcionais que não encontram dentro dos limites da atividade comunal nenhuma expressão normal e saudável de suas aptidões e temperamentos individuais.

As causas que fazem surgir o que aqui descrevemos como “regiões morais” são devidas em parte às restrições que a vida urbana impõe; e em parte à permissibilidade que essas mesmas condições oferecem. Temos dado muita atenção, até bem recentemente, às tentações da vida citadina, mas não temos dedicado a mesma consideração aos efeitos das inibições e repressões de impulsos e instintos naturais sob as condições transformadas da vida metropolitana. Por um lado, as crianças que no campo são consideradas uma vantagem se tornam na cidade uma responsabilidade. Afora isso, é muito mais difícil criar uma família na cidade do que na fazenda. Na cidade, o casamento acontece mais tarde, e algumas vezes não acontece de jeito nenhum. Esses fatos têm conseqüências cuja significância somos ainda totalmente incapazes de estimar.

A investigação dos problemas envolvidos bem poderia começar por um estudo e comparação dos tipos característicos de organização social existentes nas regiões referidas.

Quais os fatos externos referentes à vida boêmia, ao submundo, à zona proibida, e a outras “regiões morais” de caráter menos pronunciado?

Qual a natureza das vocações ligadas à vida comum dessas regiões? Quais os tipos mentais característicos atraídos pela liberdade que oferecem?

Como os indivíduos se orientam nessas regiões? Como escapam delas?

Até que ponto as regiões referidas são o produto da licenciosidade; até que ponto são devidas às restrições impostas ao homem natural pela vida cidadina?

Temperamento e contágio social. — O que concede uma importância especial à segregação do pobre, do viciado, do criminoso e das pessoas excepcionais em geral é o fato, uma dimensão tão característica da vida cidadina, de que o contágio social tende a estimular em tipos divergentes as diferenças temperamentais comuns, e a suprimir os caracteres que os unem aos tipos normais à sua volta. A associação com outros de sua laia proporciona não apenas um estímulo, mas também um suporte moral para os traços que têm em comum, suporte que não encontrariam em uma sociedade menos selecionada. Na cidade grande, o pobre, o viciado e o delinqüente, comprimidos um contra o outro numa intimidade mútua doentia e contagiosa, vão-se cruzando exclusivamente entre si, corpo e alma, de um modo que muitas vezes me faz pensar que aquelas extensas genealogias dos Jukes e das tribos de Ismael não teriam demonstrado uma uniformidade de vício, crime e pobreza tão persistente e tão angustiante a menos que estivessem adequadas da maneira peculiar ao meio em que foram condenadas a existir.

Devemos então aceitar essas “regiões morais” e a gente mais ou menos excepcional e excêntrica que as habita, num sentido, ao menos, como parte da vida natural, se não normal, de uma cidade.

Não é preciso entender-se pela expressão “região moral” um lugar ou uma sociedade que é necessariamente ou criminoso ou anormal. Antes, ela foi proposta para se aplicar a regiões onde prevaleça um código moral divergente, por ser uma região em que as pessoas que a habitam são dominadas, de uma maneira que as pessoas normalmente não o são, por um gosto, por uma paixão, ou por algum interesse que tem suas raízes diretamente na natureza original do indivíduo. Pode ser uma arte, como a música, ou um esporte, como a

corrida de cavalos. Tal região diferiria de outros grupos sociais pelo fato de seus interesses serem mais imediatos e mais fundamentais. Por essa razão, suas diferenças tendem a ser devidas mais a um isolamento intelectual.

Devido à oportunidade que oferece, especialmente aos tipos de homens excepcionais e anormais, a cidade grande tende a dissecar e a desvendar à vista pública e de maneira maciça todos os traços e caracteres humanos normalmente obscurecidos e reprimidos nas comunidades menores. Em suma, a cidade mostra em excesso o bem e o mal da natureza humana. Talvez seja este fato, mais do que qualquer outro, que justifica a perspectiva que faz da cidade um laboratório ou clínica onde a natureza humana e os processos sociais podem ser estudados conveniente e proveitosamente.

CONCEITO E CATEGORIAS DA CIDADE⁷

MAX WEBER

Tradução de ANTÔNIO CARLOS PINTO PEIXOTO

Pode-se tentar definir de diversas formas a “cidade”. Porém é comum a todas representá-la por um estabelecimento compacto (ao menos relativamente); uma localidade e não casarios mais ou menos dispersos. Nas cidades, as casas estão em geral muito juntas, atualmente, via de regra, com as paredes encostadas. A idéia corrente traz, além disso, para a palavra cidade outras características puramente quantitativas, quando diz, por exemplo, que se trata de uma *grande* localidade. Essa caracterização não é em si mesma imprecisa.

A localidade considerada sociologicamente significaria um estabelecimento de casas pegadas umas às outras ou muito juntas, que representam, portanto, um estabelecimento amplo, porém conexo, pois do contrário *faltaria* o conhecimento pessoal mútuo dos habitantes, que é específico da associação de vizinhança. Nesse caso só localidades relativamente grandes seriam cidades, e dependeria das condições culturais gerais o ponto a partir do qual se deveria começar a considerá-las como tais. Porém para aquelas localidades que no passado possuíam caráter *jurídico* de cidades não se aplica de forma alguma essa característica. E na Rússia atual existem “aldeias” com vários milhares de habitantes, maiores que muitas “cidades” antigas (por exemplo, no território de estabelecimentos polacos da Prússia Oriental), que não possuíam mais que algumas centenas de vizinhos. O tamanho por si só não pode decidir. Se tentássemos definir a cidade do ponto de vista econômico, então teríamos de fixar um estabelecimento cuja maioria dos habitantes vive do produto da indústria ou do comércio, e não da agricultura. Porém, não seria adequado designar com o nome de “cidade” todas as localidades desse tipo. Assim, não poderiam chamar-se “cidade” aqueles estabelecimentos que se compõem de membros de um clã com um só tipo de ocupação industrial, hereditariamente fixado, por exemplo, as “aldeias

* Publicado pela primeira vez no *Archiv für Sozialwissenschaft und Sozial politik*, T. 47, 1921, pp. 621 ss. [Primeira parte do trabalho intitulado “Die Stadt”.] Traduzido de *Economia y Sociedad-II*, Fondo de Cultura Económica, México, 1964, trad. por José Medina Echevarría e outros, cotejado com *The City*, op. cit.

industriais” da Ásia e da Rússia. Teríamos que acrescentar como outra característica certa “diversidade” de ocupações industriais. Porém, nem mesmo com isso teríamos uma caracterização decisiva. Uma cidade pode fundar-se de dois modos. Seja, *a*) existindo previamente algum domínio territorial ou, sobretudo, uma sede de principado como centro de um lugar em que exista uma indústria em regime de especialização, para satisfazer suas necessidades econômicas ou políticas, e onde, por isso, se comerciem mercadorias. Porém, um *oikos* senhorial ou principesco, com um estabelecimento de artesãos e comerciantes submetidos a serviços obrigatórios e a tributos, mesmo grande, não pode ser denominado de cidade, apesar de que historicamente uma grande quantidade de cidades muito importantes surgiu de tais estabelecimentos e a produção para a corte do príncipe constituiu para muitas delas (“cidades principescas”) uma fonte de rendas muito importante, se não a mais importante com que contavam seus habitantes. Outra característica que se teria que acrescentar para poder falar de “cidade” seria a existência de um *intercâmbio* regular e não ocasional de *mercadorias* na localidade, como elemento essencial da atividade lucrativa e do abastecimento de seus habitantes, portanto um mercado. Porém, não é qualquer mercado que transforma a localidade na qual ele existe em “cidade”. Mercados periódicos e feiras anuais, nos quais em épocas determinadas se encontravam comerciantes de regiões distantes para trocar entre si suas mercadorias, ou colocá-las diretamente em mãos do consumidor, tinham lugar freqüentemente em locais que hoje reconhecemos serem “aldeias”. Falaremos de “cidade” no sentido *econômico* quando a população *local* satisfaz uma parte economicamente essencial de sua demanda diária no mercado local e, outra parte essencial também, mediante produtos que os habitantes da *localidade* e a povoação dos arredores produzem ou adquirem para *colocá-los* no mercado. Toda cidade no sentido que aqui damos a essa palavra é um “local de mercado”, quer dizer, conta como centro econômico do estabelecimento com um mercado local e no qual em virtude de uma especialização permanente da produção econômica, também a população não-urbana se abastece de produtos industriais ou de artigos de comércio ou de ambos e, como é natural, os habitantes da cidade trocam os produtos especiais de suas economias respectivas e satisfazem desse modo suas necessidades. É normal que a cidade, tão logo se apresenta com uma estrutura diferente do campo, seja por sua vez sede de um senhor, ou de um príncipe, e lugar de mercado, ou possua centros econômicos de ambas as espécies — *oikos* e mercado

—, e também é freqüente que tenham lugar periodicamente na localidade, além do mercado local regular, feiras de comerciantes em trânsito. Porém a cidade — no sentido que usamos o vocábulo aqui — é um *estabelecimento* de mercado.

A existência do mercado repousa, freqüentemente, numa concessão ou garantia de proteção do senhor do domínio ou do príncipe, o qual tem interesse, por um lado, na oferta regular de artigos mercantis e de produtos industriais estrangeiros que lhe oferece a feira, direitos alfandegários, direitos de escolta e proteção, direitos de mercado, de justiça etc.... que geralmente traz consigo e, por outro lado, no estabelecimento local de industriais e comerciantes que possam pagar impostos, e, na medida em que o mercado traz consigo um estabelecimento geral, também espera tirar lucros com as rendas do solo.

Essas probabilidades têm tanto maior importância para ele na medida em que se trata de rendas monetárias que aumentam seu tesouro de metais preciosos. Pode ocorrer que uma cidade careça desse apoio, até mesmo espacial, numa se de senhorial ou principesca e que se localize num determinado local em virtude da concessão de um senhor ou príncipe que não resida na localidade, ou que nasça por usurpação dos interessados como um estabelecimento de mercado. Ou também se pode outorgar uma concessão a um empreendedor para que estabeleça um mercado e habitantes neste local. Esse fenômeno era bastante freqüente na Idade Média, especialmente na Europa nórdica, oriental e central, nas zonas onde se fundaram cidades, e se apresenta também ao longo de toda a história, e do planeta, ainda que não seja o normal. Porém a cidade podia nascer também; *b*) sem esse apoio na corte do príncipe ou da concessão do príncipe, mediante a reunião de intrusos, piratas ou comerciantes colonizadores ou nativos, dedicados ao comércio intermediário, e esse fenômeno foi bastante freqüente nas costas mediterrâneas nos primeiros tempos da Antiguidade e também, por vezes, nos primeiros tempos da Idade Média. Tal cidade podia ser um puro local de mercado. Porém, de qualquer maneira, era mais freqüente a existência de grandes propriedades patrimoniais, senhoriais ou de príncipes, de um lado, e o mercado, de outro. A corte senhorial ou do príncipe, como ponto de apoio da cidade, podia cobrir suas necessidades pela via mais comum da economia natural, mediante serviços obrigatórios e tributos em espécie dos artesãos ou comerciantes dependentes dela, ou podia fazê-lo pela troca no mercado urbano, como seu cliente de maior capacidade aquisitiva. Quanto mais dominasse esse último aspecto, tanto mais sobressaía a base de mercado da

cidade e essa deixava de ser um puro apêndice, um mero estabelecimento de mercado junto ao *oikos* e, apesar de apoiar-se nas grandes propriedades, se convertia em uma “cidade de mercado”. Em geral, a expansão quantitativa das cidades de principados e sua importância econômica marcharam paralelamente a um incremento do abastecimento no mercado da propriedade do príncipe de outras propriedades dos vassallos ou de grandes funcionários que formavam sua corte.

Aproximam-se do tipo de “cidade de principado”, quer dizer, daquela cidade cujos habitantes dependem em suas probabilidades aquisitivas de maneira dominante, direta ou indiretamente, do poder aquisitivo da grande propriedade do príncipe e de outras grandes propriedades; aquelas cidades nas quais o poder aquisitivo de outros grandes consumidores, quer dizer, os que vivem de rendas, determina de modo decisivo as possibilidades de lucro dos artesãos e comerciantes que a habitam.

Porém esses grandes consumidores podem ser de tipos muito diversos, segundo a classe e a origem de suas rendas. Podem ser: 1) funcionários que gastam nela suas rendas legais ou ilegais, ou 2) proprietários territoriais e chefes políticos que fazem o mesmo com suas rendas imobiliárias de fora da cidade ou com outras rendas, de caráter político. Em ambos os casos a cidade se aproxima do tipo de “cidade de principado”, repousa em rendas patrimoniais e políticas que constituem a base do poder aquisitivo dos grandes consumidores (exemplo de cidade de funcionários é Pequim; de cidade de elementos que vivem de rendas, Moscou antes da supressão da servidão). Deve-se distinguir, inicialmente, desses casos, outro que lhe é semelhante: aquele no qual as rendas de terra urbana são determinadas pela “situação de monopólio do intercâmbio” de propriedades de terra que tem suas fontes indiretamente na indústria e no comércio da cidade concentrando-se nas mãos de uma aristocracia urbana (esse tipo se estendeu por toda as épocas, e muito especialmente pela Antiguidade, desde os primeiros tempos até Bizâncio, e também na Idade Média). A cidade não é então, economicamente falando, uma cidade de comerciantes ou de artesãos, e essas rendas significam o tributo das pessoas laboriosas aos donos das casas. A separação conceptual entre esse caso e o outro em que o determinante são as rendas não-urbanas não impede que na realidade ambos os tipos se confundissem bastante no passado. Ou, também, os grandes consumidores podem ser capitalistas que dependem na cidade de receitas de tipo lucrativo, atualmente sobretudo receitas por valores e dividendos:

o poder aquisitivo repousa, sobretudo, em fontes de ingressos condicionadas por uma economia monetária, especialmente capitalista. Ou repousa, ainda, em pensões do Estado ou outras rendas públicas (como a cidade de Wiesbaden, uma verdadeira Pensionópolis). Em todos esses casos e outros parecidos, a cidade vem a ser, em maior ou menor grau, segundo as circunstâncias, uma *cidade de consumidores*. Pois é decisivo para as possibilidades aquisitivas de seus artesãos e comerciantes o domicílio urbano desses grandes consumidores, de natureza econômica tão diversa.

Ou temos ainda o oposto: a *cidade é de produtores*, e o crescimento de sua população e de seu poder aquisitivo repousa em que — como ocorre em Essen ou em Bochum — estão localizadas nela fábricas, manufaturas ou indústrias domiciliares que abastecem o exterior (tipo moderno); ou existem na localidade indústrias artesanais cujos produtos são enviados para fora (tipo asiático, antigo e medieval). Os consumidores do mercado local são, de um lado, os grandes consumidores: empresários — se é que residem na localidade, o que nem sempre se dá — e, de outro lado, a massa de consumidores, trabalhadores e artesãos; porém, em parte também, e como grandes consumidores, os consumidores e capitalistas indiretamente alimentados por eles. Porém, a *cidade industrial*, assim como a cidade de consumidores, se opõe à *cidade mercantil*, quer dizer, aquela em que o poder aquisitivo de seus grandes consumidores repousa na venda varejista de produtos estrangeiros no mercado local (como os cortadores de panos da Idade Média) ou na venda para fora de produtos naturais ou de artigos produzidos por pessoas da localidade — como a Hansa com os arenques — ou na aquisição de produtos estrangeiros para colocá-los fora, com ou sem armazenamento na cidade (cidades de comércio intermediário). Ou também — e este é, naturalmente, um caso muito freqüente combinam-se todas essas coisas: a *commenda* e a *societas maris* dos países mediterrâneos significavam em grande parte que um *tractator* (mercador viajante) conduzia para os mercados do Levante, com o capital que lhe haviam emprestado no todo ou em parte os capitalistas da localidade, os produtos da mesma, ou adquiridos em seu mercado, para vendê-los lá; comprar com o produto da venda mercadorias orientais e trazê-las ao mercado nativo, onde as vendia, repartindo o produto da venda segundo o que fora acertado entre o *tractator* e os capitalistas. Frequentemente também se dirigia ao Oriente sem nenhuma mercadoria. Portanto, também o poder aquisitivo e a capacidade tributária da cidade mercantil repousam, assim como os de toda

cidade de produtores, em oposição à de consumidores, em explorações *industriais* locais. Às possibilidades aquisitivas dos comerciantes, juntam-se as dos expedidores, encarregados do frete e outros numerosos encargos da indústria maior e menor. Entre tanto, os negócios que compõem a vida desses empreendimentos só no caso da venda no varejo têm lugar no mercado local, enquanto no caso do comércio exterior, em parte considerável ou preponderante ocorrem no exterior. Algo semelhante leva a que uma grande cidade moderna (Londres, Paris, Berlim) se converta em sede dos financistas nacionais ou internacionais e de grandes bancos, ou em sede de grandes sociedades anônimas (Dusseldorf). A maior parte dos juros que procedem da indústria fluem, em maior grau que antes, para um lugar diferente daquele no qual são obtidos. E, por outro lado, somas crescentes dos juros não são consumidas por seus beneficiários nos grandes centros urbanos onde residem, porém fora, nos arredores, no campo, nos hotéis internacionais etc.... Paralelamente a isso surge a parte da cidade que se compõe quase exclusivamente, ou exclusivamente, de casas de negócios, a *City*, que mais que uma cidade vem a ser um bairro da mesma. Não nos propomos oferecer uma casuística mais detalhada, como a que corresponderia a uma teoria rigorosamente econômica da cidade. Apenas cabe dizer que as cidades representam, quase sempre, tipos mistos e que, portanto, não podem ser classificadas em cada caso senão tendo-se em conta seus componentes predominantes.

A relação das cidades com o *campo* não tem sido de modo algum unívoca. Existiram e existem cidades agrárias, quer dizer, lugares que, como sedes do intercâmbio de mercado e de típicas indústrias urbanas, se distanciam muito do tipo médio de aldeia, porém nelas um amplo setor de seus habitantes cobre suas necessidades com economia própria e até produzem para o mercado. O normal é, certamente, que quanto maior seja uma cidade, menos seus habitantes disponham de uma terra de cultivo que guarde alguma proporção com suas necessidades de sustento e que lhes sirva de meio de obtenção de produtos alimentícios; e tampouco disponham, na maioria dos casos, do aproveitamento de pastos e bosques suficientes para suas necessidades, como sucede na “aldeia”. A maior cidade alemã da Idade Média, Colônia, carecia por completo ao que parece da *almenda* da qual não carecia nenhuma aldeia normal de então. Porém outras cidades medievais alemãs e estrangeiras dispunham, entretanto, de prados e bosques importantes à disposição de seus habitantes. E à medida que descemos para o sul e retrocedemos em direção ao passado é

mais freqüente o caso de cidades que dispunham de grandes campos de cultivo. Se na atualidade consideramos que o típico habitante da cidade é um homem que não cobre suas próprias necessidades com o cultivo próprio, na maior parte das cidades típicas da Antiguidade (*polis*) ocorria precisamente o contrário. Já veremos como o pleno direito do antigo *cidadão*, diferentemente do burguês medieval, caracterizou-se em sua origem precisamente por que era proprietário de um *kleros*, *fundus* (em Israel *chclek*), quer dizer, de um lote do qual vivia. Assim, o cidadão completo da Antiguidade é um “cidadão lavrador”.

Encontramos propriedade agrária sobretudo nas mãos das camadas urbanas privilegiadas, tanto na Idade Média — e, também, mais no sul que no norte — como na Antiguidade. Propriedade agrária em largas dimensões, encontramos na cidade-Estado medieval ou antiga, quer em mãos das autoridades de cidades poderosas, que exerciam sobre elas um domínio político territorial, como quer sob o domínio senhorial de alguns cidadãos ilustres: exemplos disso encontramos no domínio de Milcíades no Quersoneso ou as possessões políticas e senhoriais de famílias aristocráticas urbanas da Idade Média, como os genoveses Grimaldi na Provença e em outros domínios ultramarinos. Porém essas possessões e direitos senhoriais inter-locais de *cidadãos* isolados não eram, em geral, objeto da política econômica da cidade, se bem que ocorra um caso muito singular quando a propriedade do indivíduo, que pertence ao poderoso grupo dos notáveis, é protegida pela cidade, e a cidade chega mesmo a participar de seu rendimento econômico ou político, coisas que não eram raras no passado.

O tipo de relação da cidade, suporte da indústria ou do comércio, como o campo, fornecedor dos meios de subsistência, constitui parte de um complexo de fenômenos que se denominou de “economia urbana” e que se opôs, como uma determinada “etapa da economia”, à “economia autárquica”, por um lado, e à economia nacional, por outro (ou a uma diversidade de outras etapas que se constituíram de forma semelhante). Porém nesse conceito se confundem medidas de *política* econômica com categorias puramente econômicas. A razão está em que o *mero* fato da coexistência de comerciantes ou industriais e o abastecimento das necessidades quotidianas regulado pelo mercado não esgotam o conceito de “cidade”. Quando isso ocorre, quer dizer, quando dentro dos estabelecimentos autárquicos tomamos como diferença *unicamente* o grau da própria

satisfação das necessidades por meio da agricultura ou — o que não é a mesma (coisa) — o grau de produção agrária em relação à atividade lucrativa não-agrária, e a ausência ou presença de mercados, falaremos de “localidades” industriais e mercantis e de “zonas de mercado”, porém não de “cidade”. O fato de a cidade ser não só um conjunto de casas, mas também uma associação econômica com propriedade territorial própria, com economia de receitas e despesas, não a diferencia da aldeia, que conhece as mesmas coisas, ainda que qualitativamente a diferença possa ser muito grande. Também não é peculiar à cidade o fato de que além de associação econômica seja, no passado pelo menos, associação *reguladora*. A aldeia também conhece os ofícios, a regulamentação dos pastos, a proibição da exportação de madeira e palha e outras regulamentações econômicas semelhantes, portanto, uma *política* econômica da associação enquanto tal. O que tem sido realmente peculiar e o tipo de associação que costumava apresentar-se no passado e, sobretudo, os objetos dessa regulamentação e a amplitude das medidas adotadas. Essa “política econômica urbana” orientava em grande parte suas medidas, de acordo com o fato de que a maioria das cidades do interior com as condições de transportes da época — pois não se pode dizer o mesmo sobre as cidades marítimas, como nos demonstra a política cerealista de Atenas e Roma, — tinha que satisfazer suas necessidades com as possibilidades dos arredores, do campo; e essa zona constituía também o mercado para a maior parte da indústria urbana: não de toda ela —, e o processo de intercâmbio local encontrava seu lugar natural, se não único, no *mercado* urbano, especialmente no que se refere a compra e venda de artigos de subsistência. Também tinha em conta que a maior parte da produção industrial se desenvolvia tecnicamente como artesanato, e, do ponto de vista da organização, como pequena exploração especializada sem capital ou com pouco capital, com um número limitado de oficiais especializados e, economicamente, como trabalho assalariado ou como trabalho de encomenda para o cliente, e que o mercado local dos varejistas era em grande parte mercado de clientes. A “política econômica urbana” em sentido específico se caracterizava, portanto, porque se tratava de fixar essas condições da economia urbana, em grande medida oferecidas pela natureza, com vistas a assegurar uma alimentação constante e barata da massa e a estabilidade das possibilidades aquisitivas dos industriais e comerciantes. Mas essa regulamentação econômica, como veremos, não se constitui no único objeto e sentido da política econômica urbana, nem mesmo se verificou em *todas* as

épocas, ou ao menos em sua plenitude não ocorreu senão em algumas (sob o regime político dos grêmios), nem pode ser caracterizada como uma etapa geral de todas as cidades. De qualquer modo, essa *política* econômica não representa uma etapa universal da *economia*. Só se pode dizer que o *mercado* urbano local representa, com seu intercâmbio entre produtores agrícolas e não agrícolas e comerciantes locais a base das relações com os clientes e a pequena oficina sem capital, uma espécie da república do *oikos* em regime de economia de troca, pois este conhece uma gestão econômica que depende de uma distribuição organizada de serviços e tributos unidos com a acumulação e a cooperação do trabalho na corte do senhor, representando a *regulamentação* das relações de troca e de produção na cidade como réplica da *organização* das contribuições das diversas economias reunidas no *oikos*.

Pela mesma razão que ao fazer essas considerações nos vemos obrigados a falar de “política” econômica urbana, de uma “zona urbana” e de uma “autoridade urbana”, vemos que o conceito de “cidade” tem que ser encaixado em outra série de conceitos, além dos conceitos econômicos usados até agora, quer dizer, em conceitos políticos. Um príncipe também pode ser o sustentáculo de uma política econômica urbana, um príncipe cuja zona de dominação política inclua, como objeto, a cidade com seus habitantes. Se é executada nesse caso uma *política* econômica urbana, ela o será *para* a cidade de seus habitantes, porém não partirá dela. Mas esse não é um caso que nos interessa. No nosso caso, a cidade tem que se apresentar como uma associação autônoma em algum nível, como um aglomerado com instituições políticas e administrativas especiais.

Deve-se ter em mente, de qualquer modo, que é preciso separar o conceito econômico, explicado até agora, do conceito *político-administrativo* da cidade. Só nesse último sentido corresponde-lhe um *âmbito* urbano especial. No sentido político-administrativo, o nome de cidade pode corresponder a uma localidade que economicamente não poderia pretender tal título. Na Idade Média existiram “cidades” no sentido jurídico cujos nove décimos dos habitantes, e por vezes mais, de qualquer forma num nível muito maior que em muitas localidades juridicamente regulamentadas como “aldeias”, viviam do cultivo. A passagem de uma “cidade agrária” desse tipo para uma cidade de consumidores, produtores ou comerciantes, é naturalmente muito fluida. Há, entretanto, um ponto em que um estabelecimento que administrativamente se distingue da aldeia e é tratado como cidade se

diferencia do estabelecimento rural: no modo de regulamentar as relações da propriedade imobiliária. Nas cidades, no sentido econômico da palavra, esse modo de regulamentação se acha condicionado pelo tipo especial das bases de rentabilidade que a propriedade imobiliária urbana oferece: a propriedade das casas, que é como um apêndice da terra agregada. Mas, administrativamente, a situação particular da propriedade urbana depende, sobretudo, de princípios impositivos muito particulares, e também, quase sempre, de uma característica decisiva para o conceito político-administrativo de cidade e que se subtrai à pura análise econômica, na medida em que a cidade, tanto na Antiguidade como na Idade Média, dentro e fora da Europa, constitui uma categoria especial de fortaleza e de guarnição. Atualmente essa característica desapareceu por completo, mas mesmo no passado nem sempre era encontrada. Assim, por exemplo, no Japão não era o caso geral. Do ponto de vista administrativo, pode-se duvidar, pois, com Rathgen, se houve no Japão verdadeiras “cidades”. Pelo contrário, na China cada cidade estava rodeada de muralhas. Mas também localidades que economicamente eram puramente rurais, que não eram cidades do ponto de vista administrativo — quer dizer, no caso da China não são sedes de autoridades políticas — estavam também rodeadas de muralhas. Em muitas zonas do Mediterrâneo, por exemplo, na Sicília, e devido a uma insegurança secular, não se conheceram habitantes que estivessem fora de recintos murados urbanos, nem sequer os camponeses. Na velha Hélade temos o caso da *polis* de Esparta sem muralhas, porém convém nesse caso a característica de “guarnição”, no sentido específico, visto que, por ser aberto o acampamento dos espartanos, desprezavam as muralhas. Se, todavia, se alega quanto tempo esteve Atenas sem muralhas, o certo é que possuía com a Acrópole, igualmente a todas as cidades helênicas, a exceto Esparta, um castelo rochoso; e também Ecbátana e Persépolis eram *burgos* reais com estabelecimentos adjacentes. Porém, de modo geral, tanto a cidade oriental como a do Mediterrâneo antigo e a cidade medieval conhecem o burgo com muralhas.

A cidade não era a única nem a mais antiga fortaleza. Toda aldeia era cercada de muros nas zonas fronteiriças disputadas ou quando havia um estado crônico de guerra. Assim, os estabelecimentos dos eslavos, cuja forma nacional parece ter sido, desde o início, a aldeia em linha reta, adotaram a forma, certamente sob a pressão do perigo constante da guerra na zona do Elba e do Óder, de uma muralha com estaca, e possuindo uma só entrada por onde

fazia passar o gado à noite. Ou então adotou-se por todo o mundo, tanto entre os judeus da Jordânia oriental como na Alemanha, essa outra forma de fortalezas elevadas, onde se refugiavam o gado e as pessoas sem armas. As chamadas “cidades de Henrique I”, da Alemanha oriental, não eram senão fortalezas desse tipo. Na Inglaterra todo condado da época anglo-saxã contava com um “burgo” (*borough*) ao qual devia seu nome, e o serviço de vigilância e guarnição constituía um dos gravames específicos mais antigos das pessoas e terras determinadas. Se em tempos normais não se encontram vazios, mas se mantém uma guarnição constante em troca de soldo ou terra, facilmente se passa ao burgo anglo-saxão, uma “cidade de guarnição”, no sentido da teoria de Maitland, com *burgenses* como habitantes, cujo nome procede nesse caso, como em outros, do fato de que sua posição jurídico-política, assim como a condição jurídica da casa e da terra que possuíam — especificamente *burgenses* — estava determinada pela obrigação de vigiar e defender a fortaleza. Mas, historicamente, nem as aldeias com paliçada nem as fortalezas de emergência foram precedentes importantes da fortaleza urbana, porém, outro tipo, a saber, o *burgo senhorial*, uma fortaleza habitada pelo senhor com seus funcionários patrimoniais ou com os guerreiros de seu séquito, juntamente com as famílias e seus servidores.

A construção militar de fortalezas é muito antiga, certamente mais do que o carro de guerra e até mais do que a utilização guerreira do cavalo. Assim como o carro de guerra de terminou a guerra cavaleiresca e real, também na velha China dos cantos clássicos, na Índia dos Vedas, no Egito e na Mesopotâmia, em Canaã, em Israel do Canto de Débora, na época homérica, entre os etruscos e os celtas e entre os irlandeses, a construção de fortalezas e o principado com fortalezas ou burgos é algo universalmente conhecido. As velhas fontes egípcias conhecem o burgo e o comandante do burgo, e parece certo que os burgos significavam, no início, outros tantos pequenos principados. Segundo os mais velhos documentos, na Mesopotâmia o desenvolvimento da realeza foi precedido por um principado espalhado em burgos, como foi o caso na Índia ocidental da época dos Vedas, como parece provável ter sido no Irã na época dos mais velhos *Gathas*, enquanto no Norte da Índia, no Ganges, imperava, ao que parece, a desagregação política: o velho xátria, que as fontes nos mostram como uma figura intermediária entre o rei e os nobres, é certamente um príncipe desses burgos. Na época da cristianização o encontramos também na Rússia, na Síria ao tempo da dinastia Tutmósis, na época da aliança israelita (Abimeleque), e

também a velha literatura chinesa permite suspeitá-lo em suas origens. Os burgos marítimos helênicos e da Ásia Menor foram seguramente um fenômeno universal até onde alcança a pirataria, e a época em que se levantaram os palácios cretenses sem muralhas, em lugar de burgos, deve ter sido uma época de grande paz. Burgos tão importantes na Guerra do Peloponeso como Deceléia foram no seu tempo fortalezas de linhagens nobres. Também o desenvolvimento medieval do estado senhorial politicamente independente começa na Itália com os *castelli*, e a independência dos vassalos no Norte da Europa com suas numerosas construções de burgos, cuja importância fundamental nos ilustrou muito bem Below, pois na época moderna a residência do indivíduo no campo dependia, na Alemanha, de que a família possuísse um castelo, ainda que fosse uma pobre ruína. Dispor do burgo significava o domínio militar do país, e a questão era quem o tinha em suas mãos, se o castelão ou uma confederação de cavaleiros ou um príncipe que pudesse confiar no feudatário, lugar-tenente ou oficial seu que ali residisse.

A cidade-fortaleza, no primeiro estágio de seu desenvolvimento no sentido de uma estrutura *política* particular, era, continha ou se apoiava no burgo de um rei ou de um senhor nobre ou de uma associação destes, que ou residiam no burgo ou mantinham nele uma guarnição de mercenários, vassalos ou servidores. Na Inglaterra anglo-saxã o direito de possuir um *haw*, uma casa-fortaleza, em um *burgh*, era um direito que se concedia mediante prerrogativa a determinados proprietários das cercanias, do mesmo modo que na Antiguidade e na Itália medieval encontramos a casa urbana dos nobres junto a seu burgo rural. Os habitantes interiores ou adjacentes do burgo, todos eles ou determinadas camadas, estão obrigados diante do governador militar da cidade a determinadas tarefas militares, especialmente à construção e reparação de muralhas, sentinela e defesa, e, às vezes, a outros serviços militares importantes (por exemplo, de mensageiro) ou de abastecimento. Na medida e no grau em que participa da associação defensiva urbana, o burguês é membro de um estamento. Isso foi demonstrado com especial clareza por Maitland no caso da Inglaterra: as casas do *burgh* são, ao contrário do que ocorre na aldeia, propriedade de pessoas cuja obrigação primordial é defender a fortaleza. A paz militar burguesa encontra-se, como a paz do mercado, garantida pelo rei ou pelo senhor em favor do mercado da cidade. O burgo pacificado e o mercado político-militar da cidade, lugar de exercício e de reunião do exército e da assembléia dos *burgenses*, de um lado, e de outro o mercado

econômico pacificado da cidade, se encontram freqüentemente um próximo ao outro num dualismo plástico. Nem sempre separados localmente. Assim, a *panyx* Ática era muito mais moderna que a *agora* que, originalmente, serviu ao tráfico econômico tanto quanto aos atos políticos e religiosos. E em Roma temos desde há muito o *comitium* e o *campus Martius* junto dos *fora* econômicos. Na Idade Média temos, em Siena, a *Piazza del Campo* (praça de torneios e, ainda, pista de corridas do bairro), adiante do palácio municipal, junto ao mercado, que está atrás; e, analogamente, nas cidades islâmicas o Kasbeh, acampamento fortificado dos guerreiros, localmente separado do bazar, e na Índia meridional a cidade (política) dos notáveis junto à cidade econômica. O problema da relação entre a guarnição, os *burgenses* da fortaleza, de um lado, e a população burguesa dedica da às atividades lucrativas, do outro, é muito complicado, porém *decisivo* nas questões fundamentais da história constitucional urbana. Onde quer que exista um burgo estabelecem-se ou são estabelecidos artesãos para cobrir as necessidades de fazenda senhorial e as dos guerreiros; por um lado, a capacidade de consumo de uma corte guerreira e a proteção que presta atrai o artesão e, por outro lado, o próprio senhor tem interesse em atrair essa gente, porque assim se encontra em situação de buscar rendimentos em dinheiro, seja participando dessas atividades através de adiantamento de capital, seja exercendo ele mesmo o comércio ou monopolizando-o, ou, ainda, se se trata de burgos marítimos, participando dos juros, como possuidor de barcos ou como senhor dos portos, de forma pacífica ou violenta. Na mesma situação se encontram também as pessoas do séquito ou os vassalos residentes na localidade, se bem que o senhor ou conceda isso voluntariamente ou não tenha outro remédio senão fazê-lo dessa forma para contar com sua boa vontade. Nas velhas cidades helênicas, como Cirene, vemos nos vasos como o rei assiste à pesagem da mercadoria; no Egito, quando começam as notícias históricas sobre o país encontramos a frota comercial do faraó do baixo Egito. E muito espalhado por todas as regiões (mas não somente nas “cidades”), especialmente na costa (ainda que não só nela), porque é na costa que se pode controlar mais facilmente o comércio, temos o seguinte fenômeno: junto ao monopólio do príncipe do burgo, cresceu o interesse dos guerreiros da localidade em participar dos lucros do comércio, e isso acabou por quebrar o monopólio do príncipe, se é que existia. Se tal acontecia, então o príncipe não era mais que um *primus inter pares*, ou, simplesmente, acabava incorporado ao círculo das linhagens urbanas paritárias, e participava de alguma

forma do comércio pacífico através de capital, que na Idade Média era sobretudo capital de *commenda*, ou da pirataria e da guerra marítima com sua própria pessoa; era eleito por pouco tempo e nesse caso seu poder se encontrava muito limitado. Esse é um fenômeno que se desenvolveu igualmente nas cidades marítimas da Antiguidade, desde a época homérica, com o trânsito gradual à magistratura anual, como na baixa Idade Média, assim como em Veneza com respeito aos doges e — com uma repartição de forças diferente segundo se tratasse de um conde ou visconde real ou de um bispo ou de qualquer outro senhor da cidade — em outras cidades mercantis típicas. Mas deve-se distinguir — e é o mesmo nos primeiros tempos da Antiguidade e na Idade Média — entre capitalistas urbanos, interessados no tráfico, que dão o dinheiro para o comércio, e notáveis específicos da cidade, autênticos “profissionais” do comércio que residem nela, verdadeiros comerciantes, ainda que ambas as camadas se entrelacem com frequência. Porém, com isso nos adiantamos às explicações que virão depois.

No interior, os pontos de nascimento, foz ou confluência de rios, pontos semelhantes em uma rota de caravanas (por exemplo, Babilônia), podem converter-se em cenários de desenvolvimentos semelhantes. O príncipe que habita o burgo da cidade pode encontrar um competidor, por vezes, no sacerdote do templo ou no senhor sacerdotal da cidade. Pois os pertences do templo, quando se tratam de deuses muitos conhecidos, oferecem uma proteção sagrada ao comércio intertribal, quer dizer, não-protégido politicamente, e podem dar origem, portanto, a um estabelecimento de tipo urbano que será sustentado economicamente pelas receitas do templo, como a cidade principesca é sustentada pelas receitas do príncipe.

Apresenta-se de forma muito diferente em cada caso o fato de o interesse nas receitas pecuniárias que lhe proporciona a concessão de vantagens aos industriais e comerciantes que se dedicam a suas atividades lucrativas *independentemente* da Corte do senhor, porém, contribuindo com os impostos para ela, pesar mais ou menos que o interesse de que suas próprias necessidades sejam cobertas com as forças de trabalho próprias de que disponha e com o monopólio do comércio; assim como também varia muito o tipo de privilégios concedidos no primeiro caso. É claro que ao atrair forasteiros mediante tais vantagens o senhor tinha que levar em conta os interesses e a capacidade aquisitiva, que o afetava economicamente, dos residentes que dependiam dele, quer senhorial, quer politicamente. A

todas essas diferenças da possível evolução se soma a estrutura *político-militar*, que também podia ser muito diferente daquela associação de dominação dentro da qual ocorria a fundação ou o desenvolvimento da cidade. Consideremos as antíteses principais que decorrem desse desenvolvimento urbano.

Nem toda “cidade” no sentido econômico, nem toda fortaleza que, no sentido político-administrativo, supunha um direito particular dos habitantes, constitui uma “comunidade”. A comunidade urbana, no sentido pleno da palavra, existe como fenômeno extenso unicamente no Ocidente. Além disso existe em uma parte do Oriente Próximo (Síria, Fenícia, talvez Mesopotâmia), porém só eventualmente e em embrião. Para isso seria necessário que encontrássemos estabelecimentos de caráter industrial-mercantil bastante pronunciado, a que correspondes sem estas características: 1) a fortaleza, 2) o mercado, 3) tribunal próprio e direito ao menos parcialmente próprio, 4) caráter de associação, e, unido a isso, 5) ao menos uma autonomia e autocefalia parcial, portanto, administração a cargo de autoridade em cuja escolha os burgueses participassem de alguma forma. Esses direitos se revestiram no passado da forma de *privilégios estamentais*. Portanto, um *estamento* de burgueses, como titular desses privilégios, constitui a característica da cidade no sentido político. Avaliadas por esse padrão, só em parte as cidades da Idade Média ocidental eram “comunidades urbanas”, e as do século XVIII numa parte mínima. Porém as da Ásia, talvez com exceções isoladas, não o foram, ou só embrionariamente. Todas tinham mercados e eram também fortalezas. As grandes sedes da indústria e do comércio chinês estavam todas fortificadas, e as pequenas na sua maioria também, a contrário do que ocorre no Japão. O mesmo se passa no Egito, Oriente Próximo e Índia. Também não é raro que as sedes industriais desses países constituam distritos judiciais especiais. Na China, Egito, Oriente Próximo e Índia, foram também sede das autoridades centrais, enquanto isso *não ocorria* nas cidades ocidentais dos começos da Idade Média, principalmente no Norte. Mas as cidades asiáticas não conheceram um direito material ou processual que fosse próprio de seus habitantes *como tais*, nem conheceram também tribunais autônomos. Puderam conhecê-los unicamente na medida em que as guildas e as castas (na Índia), que em geral tinham seu assento em uma cidade, eram portadoras de tais privilégios e tribunais especiais.

* N. do Org. — a propósito do conceito de *estamento* ver *Estrutura de Classes e Estratificação Social*, org. por A. R. Bertelli, M. Palmeira e O. G. Velho, Textos Básicos de Ciências Sociais, Zahar Ed., Rio, 1966.

Porém essa sede de fato dessas associações era algo *juridicamente* acidental. Era-lhes totalmente desconhecida, ou só conhecida em seus vestígios, a administração autônoma e, sobre tudo, e isto é o mais importante, o caráter de *associação* da cidade e o conceito de “cidadão” em oposição a “rústico”. Disso também não havia mais do que embriões. Na China, o habitante da cidade correspondia juridicamente a seu clã e, através desse, à sua aldeia nativa, onde se encontrava o templo de seus antepassados e com a qual mantinha cuidadosamente relações, assim como o russo que habitava a cidade e ganhava nela seu sustento continuava a ser juridicamente camponês. No que diz respeito ao habitante hindu da cidade acontecia, além de tudo, que era membro de sua casta. Os habitantes da cidade eram também eventualmente, e até geralmente, membros de associações profissionais locais, de guildas e grêmios, que tinham seu assento específico na cidade. Pertenciam, além disso, aos distritos administrativos, bairros da cidade, distritos de rua em que a polícia oficial dividia a cidade, e correspondiam a eles dentro dessas demarcações algumas obrigações especiais e também, por vezes, alguns direitos. Principalmente os bairros ou distritos urbanos podiam ser responsáveis solidários de serviços litúrgicos, para a garantia da paz, em benefício da segurança das pessoas ou outras finalidades policiais. Por essas razões podiam constituir-se em associações com funcionários eleitos ou com anciãos hereditários, como ocorria no Japão, onde acima dessas associações, com sua administração autônoma, havia como instância superior um ou vários corpos de administração civil (*mashibugyo*). Mas não existia um direito *urbano* no sentido da Antiguidade e da Idade Média, nem o caráter corporativo da cidade. De qualquer modo, ficava sendo um distrito administrativo especial, como ocorreu também no reino dos merovíngios e dos carolíngios. E muito distante do que ocorria no Ocidente medieval e antigo, onde a autonomia e a participação dos habitantes da cidade nos assuntos da administração local, em uma localidade, portanto, relativamente grande e de tipo industrial-mercantil, era fenômeno mais extenso que no campo, nesse caso ocorria exatamente o contrário. Por exemplo, na China, ocorria que a confederação dos mais idosos era nesses casos quase onipotente, e desse modo o *taotai* se via obrigado de fato a contar com sua cooperação, ainda que a lei a desconhecesse. A comunidade de aldeia da Índia e o *mir* russo tinham atribuições muito efetivas, que exerceram com plena autonomia até os tempos mais recentes, na Rússia até a

burocratização introduzida por Alexandre III. Em todo o Oriente Próximo foram os “mais idosos” (em Israel, *sekenim*), quer dizer, originariamente os anciãos do clã, mais tarde os chefes das linhagens de notáveis, representantes e administradores da localidade e dos tribunais locais. Nada disso encontramos na cidade asiática, porque regularmente ela era a sede dos altos funcionários ou dos príncipes do país e se achava diretamente sob a vigilância de sua guarda pessoal. Porém era uma *fortaleza* principesca e, portanto, administrada por funcionários do príncipe (em Israel, *sarim*) e oficiais que dispunham também do poder judicial. Em Israel pode-se acompanhar muito bem o dualismo de funcionários e anciãos na época dos reis. Nos reinos burocráticos chineses triunfou, por toda parte, o funcionário real. É verdade que não era todo-poderoso. Ao contrário, tinha que levar em conta a voz do povo com uma freqüência que nos surpreende. O funcionário chinês se tornava absolutamente impotente frente às associações locais, profissionais e de clã, *quando* estas faziam uma frente comum em circunstâncias particulares, e perdia seu cargo nos casos em que se fazia uma séria resistência comum. A obstrução, o boicote, o fechamento das oficinas e o abandono do trabalho por parte dos artesãos e comerciantes em caso de pressão eram coisas diárias e limitavam o poder do funcionário. Porém, essas limitações foram do tipo muito indeterminado. Por outro lado, encontramos na China e na Índia certas atribuições concretas das *guildas* ou de outras associações profissionais pela necessidade de fato que tem o funcionário de colocar-se de acordo com elas. Também ocorria que os chefes dessas associações aplicavam amplas medidas coatoras contra terceiros. Mas, em tudo isso, não se trata senão do poder de fato de determina das associações em determinados casos, que afetam seus interesses concretos de grupo. Em geral, não existe nenhuma associação comum representando uma comunidade dos *habitantes da cidade* como tais. Esse conceito não existe de nenhuma forma. Mais que tudo, falta a qualificação especificamente estamental dos habitantes da cidade. Nada disso pode ser encontrado na China, no Japão e na Índia, sendo que no Oriente Próximo só se encontram germes.

No Japão a organização estamental é puramente feudal: os *samurais* (cavaleiros) e os kasi ministeriais (sem cavalo) enfrentavam os comerciantes e artesãos grupados, parcialmente, em associações profissionais. Mas faltava o conceito de “cidadania” assim como o de “comunidade urbana”. Na China, na época feudal, a situação era a mesma, porém desde a

época burocrática o letrado que passasse nos exames se achava frente aos diversos níveis de gente iletrada e, além disso, encontramos as guildas de artesãos dotadas de privilégios econômicos. Mas faltava, igualmente, o conceito de “comunidade” e de burguesia urbana. Na China e no Japão, as associações profissionais gozavam de “autonomia administrativa”, mas não ocorria o mesmo com as cidades, ao contrário das aldeias. Na China, a cidade era fortaleza e sede administrativa das autoridades imperiais e, no Japão, não havia “cidades” nesse sentido. Na Índia, as cidades eram sedes reais ou oficiais da administração real, fortalezas e mercados. Além disso, também encontramos guildas de comerciantes e castas, que coincidem amplamente com as associações profissionais, ambas com uma grande autonomia no estabelecimento e na aplicação do direito próprio. Mas a articulação hereditária em castas da sociedade na Índia, com sua separação ritual dos ofícios, exclui o nascimento de uma burguesia urbana, assim como de uma “comunidade”. Havia e há entretanto muitas castas de comerciantes e de artesãos com um grande número de subcastas. Porém não era possível equiparar qualquer uma delas à burguesia urbana ocidental, ao estamento burguês, nem se poderiam agrupar em algo que correspondesse à cidade gremial da Idade Média, porque a segregação das castas entre si impedia qualquer irmandade. É verdade que na época das grandes “religiões de salvação” as guildas constituem em muitas cidades uma associação com seus anciãos hereditários à frente (*schreschth*) e ficam como vestígio de então algumas cidades (*allahabad*) com um *schreschth* comum no Governo, que corresponde ao prefeito ou burgomestre ocidental. Também na época anterior aos grandes reinos burocráticos existiram algumas cidades politicamente autônomas e regidas por um patrício recrutado entre os clãs que equipam o exército de elefantes. Porém esta situação desapareceu completamente depois. O advento da segregação ritual entre as castas rompeu a associação das guildas, e a burocracia real, unida aos brâmanes, limpou esses embriões e aqueles restos do Noroeste da Índia.

Na Antiguidade egípcia e no Oriente Próximo, as cidades são fortalezas ou sedes reais ou oficiais com privilégios de mercado concedidos pelos reis. Mas na época dos grandes reinos, elas não possuem autonomia, regime municipal e uma burguesia privilegiada como estamento. No Egito, durante o Médio Império havia um feudalismo oficial ou administrativo e no Novo uma administração burocrática de escribas. Os “privilégios das cidades” não eram senão concessões aos titulares dos feudos ou das prebendas do poder

oficial nas localidades correspondentes (como os velhos privilégios episcopais na Alemanha). Mas não em favor de uma burguesia autônoma. Pelo menos até agora não se pode assinalar nenhum embrião sequer de um “patriciado urbano”. Na Mesopotâmia e na Síria, principal mente na Fenícia, encontramos, ao contrário, nos primeiros tempos, a típica realeza urbana das praças de comércio marítimo ou de caravanas, parte de caráter sacerdotal, e parte, com maior freqüência, de caráter secular, e também encontramos o poder, tipicamente em ascensão, das linhagens patrícias na “casa-aglomerado” (*bitu* nas tabuletas de Tell-el-Amarna) na época dos combates de carros. A confederação Cananéia de cidades não era outra coisa senão um agrupamento constituído pelos cavaleiros que combatiam em carros, residentes nas cidades, que mantinham os camponeses na servidão por dívidas e na clientela, assim como nos primeiros tempos da *polis* grega. Algo semelhante ocorre, sem dúvida, na Mesopotâmia, onde o “patrício”, quer dizer, o grande burguês possuidor de terras, capaz de armar-se, se distingue do camponês, e as capitais recebem imunidades e liberdades outorgadas pelos reis. Porém na medida em que cresceu o poderio da realeza militar isso também desapareceu. Mais tarde, não encontramos na Mesopotâmia nada que se assemelhasse a cidades politicamente autônomas, a um estamento burguês como encontramos no Ocidente, um direito especial urbano junto ao direito real. Somente os fenícios mantiveram a cidade-Estado com o domínio do patriciado proprietário de terras que participava com seu capital no comércio, As moedas de Tiro e Cartago com o seu *cam Zor* e o *cam Karthechdeschoth* dificilmente mencionam um proprietário do *demos*, e, se isto ocorre, corresponde a uma época posterior. Em Israel, a Judéia foi uma cidade-Estado, mas os *sekenim* (anciãos) que dirigiam a administração nas cidades daquela época, como chefes das linhagens patrícias, perdem seu poder na época dos reis; os *gibborim* (cavaleiros) foram integrantes do séqüito real e soldados, e nas grandes cidades, em contraposição ao campo, dirigiam os funcionários reais (*sarim*). Só depois do cativo surge a “comunidade” (*kahal*) ou a “corporação” (*cheber*) como instituição sobre bases confessionais, mas sob o domínio das linhagens sacerdotais.

De qualquer maneira, encontramos aqui, nas margens do Mediterrâneo e no Eufrates, as primeiras analogias reais com a *polis* antiga, algo assim como o estado em que se encontrava Roma na época da admissão da *gens Claudia*. Sempre ocupa o poder um patriciado urbano, cujo poder se assenta economicamente nos lucros do comércio e, em

segundo lugar, na propriedade da terra e nos escravos por dívidas, e em seus investimentos em escravos, e militarmente na sua preparação guerreira a cavalo: freqüentemente lutavam entre si e, todavia, conheciam associações interlocais com um rei como *primus inter pares* ou com *schofet*as ou *sekenim* — como a nobreza romana com seus cônsules — no Governo, e estavam por vezes ameaçados pela tirania de heróis guerreiros carismáticos que se apoiavam em sua guarda pessoal (Abimeleque, Jefté, Davi). Antes do período helenístico, esse estágio não foi superado em nenhum lugar ou não foi superado de forma duradoura.

Também prevaleceu certamente a mesma situação nas cidades da costa arábica na época de Maomé, e subsistiu nas cidades islâmicas onde, ao contrário do que ocorreu nas grandes cidades, não se destruiu por completo a autonomia das cidades e seu patriciado. Parece, pelo menos, que sob o domínio islâmico persistiu muito da velha situação oriental. Encontramos então uma autonomia bastante frágil das linhagens urbanas frente aos funcionários do príncipe. A riqueza das linhagens urbanas, que repousava na participação nas possibilidades de lucro que a cidade oferecia e que se achava investida na sua maior parte em terras e escravos, era o que servia de base à sua posição no poder, com a qual tinham que contar o príncipe e seus funcionários, independente de qualquer reconhecimento jurídico formal, para a execução de suas disposições, tão freqüentemente como o *taotai* chinês tinha que contar com a possível obstrução dos anciãos do clã das aldeias e das corporações de comerciantes e outras associações profissionais das cidades. Porém a “cidade” nem por isso se enquadrava em algo que se pudesse considerar como uma associação autônoma. Freqüentemente ocorria o contrário. Tomemos um exemplo. As cidades árabes, como Meca, oferecem na Idade Média e até os umbrais do presente o quadro típico de um estabelecimento de linhagens. A cidade de Meca, como nos faz ver a descrição de Snouck Hurgronjes, estava cercada de *bilad*: quer dizer, de domínios territoriais dos *dewis*, dos clãs hassânidas de Ali e outros clãs nobres, ocupados por camponeses, clientes e beduínos em situação de protegidos. Os *bilad* se encontravam aglomerados. Era *dewis* todo clã no qual algum antepassado havia sido *cherif*. O *cherif*, por sua vez, pertencia desde o ano 1200 à família Katadahs de Ali, e segundo o direito oficial tinha que ser nomeado pelo governador representante do Califa (que freqüentemente não era um homem livre e no tempo de Harum-al-Raschid era um escravo berbere), porém de

fato era eleito dentre as famílias qualificadas pelos chefes dos *dewis* estabelecidos em Meca. Por esta razão, e porque a residência em Meca oferecia oportunidades para tomar parte na exploração dos peregrinos, os chefes de clã ou emires viviam na cidade. Existiam entre eles “acordos” acerca da paz e da divisão de todas as possibilidades de lucro, mas esses acordos eram revogáveis a qualquer momento e sua revogação significava o reativamento da luta fora e dentro da cidade, servindo-se de suas tropas de escravos. Os vencidos em cada ocasião tinham que abandonar a cidade e, todavia, em virtude da subsistente comunidade de interesses das linhagens inimigas diante das pessoas de fora, existia a “cortesia”, mantida pela ameaça da indignação geral, incluída a dos próprios partidários, de respeitar os bens e as vidas dos familiares e clientes dos desterrados. Na época moderna, encontramos em Meca como autoridades oficiais: 1) um conselho administrativo de tipo colegiado instituído pelos turcos, mas que existia só no papel (*medschlis*); 2) como autoridade efetiva: o governador turco que representava o papel de “senhor protetor” (antes esse cargo era exercido quase sempre pelos governantes do Egito); 3) os quatro *cadis* dos ritos ortodoxos, sempre cidadãos proeminentes vindos das famílias (*schfítas*) mais distintas, durante séculos provenientes de uma só família, nomeados pelo *cherif* ou propostos pelo senhor; 4) o *cherif*, ao mesmo tempo chefe da corporação aristocrática da cidade; 5) os grêmios, especialmente os de guia e logo após os de comerciantes de carne, de grãos e outros; 6) o bairro urbano com seus anciãos. Essas autoridades concorrem entre si sem atribuições fixas. Um reclamante procura a autoridade que lhe pareça mais favorável e cujo poder seja mais efetivo frente à parte contrária. O governador da cidade não podia impedir a apelação ao Cádi, que concorria com ele em todos os assuntos em que estava implicado o direito eclesiástico. O *cherif* era a autoridade própria para os nativos; o governador se entregava à sua boa disposição em todos os assuntos que diziam respeito aos beduínos e às caravanas de peregrinos, e a corporação dos nobres era tão importante nessa como em outras cidades e distritos árabes. No século IX, encontramos um desenvolvimento que lembra um pouco as circunstâncias ocidentais nas lutas entre os *tulunidas* e os *dschafaridas* em Meca, com a posição que as guildas mais ricas adquirem, uma vez que as guildas dos comerciantes de carne e de grãos tiveram um peso decisivo, enquanto na época de Maomé não teve importância senão a posição adotada pelas nobres linhagens *coraichitas*. Porém nunca surgiu um governo de guildas; as tropas

de escravos sustentadas com os lucros das estirpes urbanas asseguraram a essas uma posição decisiva, assim como no Ocidente medieval o poder efetivo nas cidades italianas tendia a cair nas mãos das estirpes de cavaleiros representantes do poder militar. Em Meca faltava a associação que converteria a cidade em unidade corporativa, e nisso reside a diferença característica em relação ao *synoikismo* da *polis* antiga e à *commune* dos primórdios da Idade Média na Itália. Porém, quanto ao resto, há motivos suficientes para considerar essa situação da cidade árabe — se não levamos em conta os traços islâmicos assinalados anteriormente ou se os transpomos para termos cristãos — como inteiramente típica, para a *época* anterior às “comunidades”, em relação a outras cidades marítimas mercantis, inclusive as ocidentais.

Até onde alcança o conhecimento seguro dos estabelecimentos asiáticos orientais que tinham as características econômicas da cidade, a situação normal era esta: somente as famílias ilustres e, eventualmente, as associações profissionais, mas não a burguesia urbana enquanto tal, constituíam o sujeito de ação da associação. É evidente que a passagem de um estágio a outro é muito gradual. Mas também os grandes centros que abarcam centenas de milhares, e por vezes milhões de habitantes, oferecem esse quadro. Na Constantinopla bizantina da Idade Média, os representantes dos *bairros* que financiam (como em Siena as corridas de cavalos) as corridas no circo, são os que representam os partidos, e a rebelião de Nica na época de Justiniano originou-se das divisões locais da cidade. Também na Constantinopla da Idade Média islâmica — portanto até o século XIX — junto às associações puramente militares dos janízaros e dos *sipotis* e das organizações dos ulemás e dos dervixes encontraremos somente guildas de comerciantes e grêmios como representantes de interesses burgueses, porém nenhuma representação da cidade. Na Alexandria bizantina dos últimos tempos encontramos algo parecido, já que, junto aos poderes atribuídos aos patriarcas protegidos pelos seus belicosos monges, e ao governador protegido por sua pequena guarnição, não existiam senão as milícias de bairro, dentro das quais os partidos circenses dos “verdes” e “azuis” representavam as principais organizações.

O URBANISMO COMO MODO DE VIDA²

LOUIS WIRTH

Tradução de MARINA CORRÊA TREUHERZ

I. A CIDADE E A CIVILIZAÇÃO CONTEMPORÂNEAS

Da mesma forma como o início da civilização ocidental é assinalado pela fixação permanente de povos anteriormente nômades na bacia do Mediterrâneo, assim também o início do que pode ser considerado marcadamente moderno em nossa civilização é caracterizado pelo crescimento das grandes cidades. Em nenhum lugar do mundo a humanidade se afastou mais da natureza orgânica do que sob as condições de vida características das grandes cidades. O mundo contemporâneo já não mais apresenta o quadro de pequenos grupos humanos isolados, espalhados através de um vasto território, como Sumner descreveu a sociedade primitiva.¹ A característica marcante do modo de vida do homem na idade moderna é a sua concentração em agregados gigantescos em torno dos quais está aglomerado um número menor de centros e de onde irradiam as idéias e as práticas que chamamos de civilização.

O grau em que o mundo contemporâneo poderá ser chamado de “urbano” não é medido inteira ou precisamente pela proporção da população total que habita as cidades. As influências que as cidades exercem sobre a vida social do homem são maiores do que poderia indicar a proporção da população urbana, pois a cidade não somente é, em graus sempre crescentes, a moradia e o local de trabalho do homem moderno, como é o centro iniciador e controlador da vida econômica, política e cultural que atraiu as localidades mais remotas do mundo para dentro de sua órbita e interligou as diversas áreas, os diversos povos e as diversas atividades num universo.

* “Urbanisme as Way of Life”, *The American Journal of Sociology*, vol. XLIV, n.º 1, julho de 1938. Copyright © by The University of Chicago Press.

¹ William Graham Sumner, *Folkways* (Boston, 1906), p. 12.

O crescimento das cidades e a urbanização do mundo é um dos fatos mais notáveis dos tempos modernos. Apesar de ser impossível precisar-se qual a proporção do total estimado da população mundial de aproximadamente 1.800.000.000 que é urbana, 69,2% do total da população dos países que fazem distinção entre áreas urbanas e rurais são urbanos.² Além disso, considerando o fato da população mundial não ser distribuída uniformemente e do crescimento das cidades não ser muito desenvolvido em alguns dos países que só recentemente foram alcançados pela industrialização, essa média superestima a extensão à qual chegou a concentração urbana nos países onde o impacto da revolução industrial foi mais forte e de data menos recente. Essa mudança de uma sociedade rural para uma predominantemente urbana que se verificou no espaço de tempo de uma só geração em áreas industrializadas como nos EUA e no Japão foi acompanhada por alterações profundas e em praticamente todas as fases da vida social. São essas modificações e suas ramificações que solicitam a atenção do sociólogo para o estudo das diferenças entre o modo de vida rural e urbano. O exame dessa questão é um pré-requisito indispensável para a compreensão e o possível domínio de alguns dos problemas contemporâneos mais cruciais da vida social, pois provavelmente fornecerá uma das perspectivas mais reveladoras para a compreensão das alterações que se processam na natureza humana e na ordem social.³

Já que a cidade é o produto do crescimento e não da criação instantânea, deve-se esperar que as influências que ela exerce sobre os modos de vida não sejam capazes de eliminar completamente os modos de associação humana que predominavam anteriormente. Em maior ou menor escala, portanto, a nossa vida social tem a marca de uma sociedade anterior, de *folk*, possuindo os modos característicos da fazenda, da herdade e da vila. A influência histórica é reforçada pela circunstância da população da cidade em si ser recrutada, em larga escala, do campo, onde persiste um modo de vida reminescente dessa forma anterior de existência. Conseqüentemente não devemos esperar encontrar variação abrupta e descontínua entre tipos de personalidades urbana e rural. A cidade e o campo

² S. V. Pearson, *The Growth and Distribution of Population* (Nova York, 1935), p. 211.

³ Embora a vida rural nos EUA tivesse por um longo período de tempo sido sujeita a considerável interesse por parte dos órgãos governamentais, o caso mais notável de um relatório globalizante foi aquele submetido pela *Country Life Commission* ao presidente Theodore Roosevelt em 1909, valendo a pena notar que nenhuma consulta oficial igualmente ampla sobre a vida urbana foi iniciada até o estabelecimento do *Research Committee on Urbanism of the National Resources Committee*. (Cf. *Our Cities: Their Role in the National Economy*, Washington, Government Printing Office, 1937.)

podem ser encarados como dois pólos em relação aos quais todos os aglomerados humanos tendem a se dispor. Visualizando-se a sociedade urbano-industrial e a rural de *folk* como tipos ideais de comunidades, poderemos obter uma perspectiva para análise de modelos básicos de associação humana conforme aparecem na civilização contemporânea.

II. UMA DEFINIÇÃO SOCIOLÓGICA DA CIDADE

Apesar da importância preponderante da cidade em nossa civilização, nosso conhecimento da natureza do urbanismo e do processo de urbanização é insuficiente. Várias tentativas foram na verdade feitas para isolar as características que distinguem a vida urbana. Geógrafos, historiadores, cientistas, economistas e cientistas políticos incorporaram os pontos de vista das suas respectivas disciplinas em definições diferentes da cidade. Embora de nenhum modo se pretenda superá-las, a elaboração sociológica de uma abordagem da cidade poderá casualmente servir para chamar a atenção para as inter-relações entre elas existentes, por meio da ênfase dada às características peculiares da cidade como uma determinada forma da associação humana. Uma definição sociologicamente significativa do que seja cidade procura selecionar aqueles elementos do urbanismo que a marcam como um modo distinto de vida dos agrupamentos humanos.

Caracterizar uma comunidade como sendo urbana, apenas tomando como base o tamanho, é obviamente arbitrário. É difícil defender a presente definição do recenseamento que designa como urbana uma comunidade de 2.500 ou mais habitantes e todas as outras como rurais. A situação seria idêntica se o critério fosse de uma população de 4.000, 8.000, 10.000, 25.000 ou 100.000, pois apesar de nesse último caso podermos sentir que estávamos mais proximamente lidando com um agregado urbano do que seria o caso em comunidades de tamanho menor, nenhuma definição de urbanismo poderá ser considerada satisfatória apenas se considerando os números como único critério. Além do mais, não é difícil demonstrar-se que comunidades cujo número de habitantes se acha abaixo daquele arbitrariamente estabelecido, compreendido dentro da esfera de influência de centros metropolitanos, poderão reivindicar o reconhecimento como comunidades urbanas com muito mais razão do que outras maiores, com existência mais isolada, numa área predominantemente rural. Finalmente, deveria ser reconhecido que as definições do

recenseamento são indevidamente influenciadas pelo fato de que a cidade, em termos estatísticos, é sempre um conceito administrativo no qual os limites legais desempenham um papel decisivo no delineamento da área urbana. Em nenhum lugar nota-se mais claramente esse fato do que nas concentrações de população nas periferias de grandes centros metropolitanos que cruzam limites administrativos arbitrários da cidade, do município, do estado e da nação.

Enquanto identificarmos o urbanismo com a entidade física da cidade, encarando-o meramente como rigidamente delimitado no espaço, e procedermos como se as características urbanas cessassem abruptamente de se manifestarem além da linha fronteira arbitrária, provavelmente não chegaremos a nenhum conceito adequado de urbanismo como um modo de vida. Os desenvolvimentos tecnológicos no transporte e na comunicação, que virtualmente assinalam uma nova época na história humana, acentuaram o papel das cidades como elementos dominantes na nossa civilização e estenderam enormemente o modo de vida urbano para além dos limites da própria cidade.

A predominância da cidade, especialmente da grande cidade, poderá ser encarada como uma conseqüência da concentração, em cidades, de instalações e atividades industriais e comerciais, financeiras e administrativas, de linhas de transporte e comunicação e de equipamento cultural e recreativo como a imprensa, estações de rádio, teatros, bibliotecas, museus, salas de concerto, óperas, hospitais, instituições educacionais superiores, centros de pesquisa e publicação, organizações profissionais e instituições religiosas e beneficentes. Não fosse pela atração e pelas sugestões que a cidade exerce sobre a população rural através desses instrumentos, as diferenças entre os modos de vida rural e urbano seriam ainda maiores do que são. A urbanização já não denota meramente o processo pelo qual as pessoas são atraídas a uma localidade intitulada cidade e incorporadas em seu sistema de vida. Ela se refere também àquela acentuação cumulativa das características que distinguem o modo de vida associado com o crescimento das cidades e, finalmente, com as mudanças de sentido dos modos de vida reconhecidos como urbanos que são aparentes entre os povos, sejam eles quais forem, que tenham ficado sob o encantamento das influências que a cidade exerce por meio do poder de suas instituições e personalidades, através dos meios de comunicação e transporte.

As deficiências que dizem respeito ao número de habitantes como critério de urbanismo se aplicam na sua maioria também à densidade de população. Quer aceitemos a densidade de 10.000 pessoas por milha quadrada, conforme propôs Mark Jefferson,⁴ ou 1.000 que Wilcox⁵ preferiu encarar como critério de agrupamentos urbanos, está claro que, a não ser que a densidade seja correlacionada com características sociais expressivas, ela poderá servir somente como uma base arbitrária na diferenciação entre comunidades urbanas e rurais. Considerando que o nosso recenseamento enumera a população noturna em vez da população diurna de uma área, o local de vida urbana mais intensa — o centro da cidade — geralmente apresenta baixa densidade de população, e as áreas industriais e comerciais da cidade, que contêm as atividades econômicas mais características da sociedade urbana, dificilmente seriam verdadeiramente urbanas em qualquer parte, se a densidade fosse interpretada literalmente como um símbolo de urbanismo. Entretanto, o fato de que a comunidade urbana se distingue por um grande agregado e uma concentração de população relativamente densa, dificilmente poderá ser ignorado ao se definir a cidade. Mas esses critérios devem ser encarados como relativos ao contexto cultural geral no qual as cidades surgem e existem, e somente são sociologicamente relevantes até o ponto em que operam como fatores condicionantes da vida social.

As mesmas críticas se aplicam a tais critérios como a profissão dos habitantes, a existência de certas instalações, instituições e formas de organização política. A questão não reside em se saber se as cidades na nossa civilização ou em outras possuem esses traços característicos, e sim em apurar sua capacidade de moldar o caráter da vida social à sua forma específica urbana. Além disso, não poderemos formular uma definição fértil se esquecermos as grandes variações entre as cidades. Por meio de uma tipologia de cidades baseada no tamanho, localização, idade e função, tal como tentamos estabelecer em nosso recente relatório para o National Research Committee,⁶ achamos possível delinear e classificar comunidades urbanas variando de pequenas cidades que lutam para se manter até os prósperos centros metropolitanos mundiais; de pequenas localidades comerciais isoladas,

⁴ “The Anthropogeography of Some Great Cities”, *Bull. American Geographical Society*, XLI (1909), 537-66.

⁵ Walter F. Wilcox, “A Definition of City in Terms of Density”, em E. W. Burgess, *The Urban Community* (Chicago, 1926), p. 119.

⁶ *Op. cit.*, p. 8.

situadas no meio de regiões agrícolas, a prósperos portos mundiais de movimento comercial e industrial. Diferenças como essas parecem ser cruciais porque as características e influências sociais dessas diferentes “cidades” variam grandemente.

Uma definição útil de urbanismo não deveria somente denotar as características essenciais que todas as cidades — pelo menos as de nossa cultura — têm em comum, mas deveria prestar-se à descoberta das suas variações. Uma cidade industrial diferirá significativamente, em seus aspectos sociais, de uma cidade comercial, de mineração, pesqueira, de estação de águas, universitária ou de uma capital. Uma cidade de uma só indústria apresentará séries diferentes de características de uma que possua uma multiplicidade de indústrias, assim como ocorrerá entre uma cidade industrialmente equilibrada e uma industrialmente desequilibrada; um subúrbio e uma cidade-satélite; um subúrbio residencial e um subúrbio industrial; uma cidade dentro de uma região metropolitana e uma situada fora dela; uma cidade velha e uma nova; uma cidade sulina e uma da Nova Inglaterra; uma cidade do Centro-Oeste e uma da costa do Pacífico; uma cidade em crescimento, uma estável e outra em extinção.

Uma definição sociológica deve, obviamente, ser suficientemente inclusiva para conter quaisquer características essenciais que estes diferentes tipos de cidades têm em comum como entidades sociais, mas, obviamente, não poderá ser tão detalhada a ponto de considerar todas as variáveis implícitas nas múltiplas classes delineadas acima. Presumivelmente algumas das características das cidades são mais expressivas do que outras no condicionamento da natureza da vida urbana, e podemos esperar que os fatores predominantes da cena urbano-social variem de acordo com o tamanho, densidade e diferenças no tipo funcional das cidades. Além do mais, podemos inferir que a vida rural levará a marca do urbanismo, à medida que sofre a influência das cidades através de contato e comunicação. Poderá servir de contribuição para o esclarecimento das declarações que se seguem, repetirmos que, embora o local do urbanismo como um modo de vida deva, evidentemente, ser achado caracteristicamente em localidades que preenchem os requisitos que estabeleceremos para a definição de cidade, o urbanismo não está confinado a tais localidades, mas manifesta-se em graus variáveis onde quer que cheguem as influências das cidades.

Embora o urbanismo, ou aquele complexo de caracteres que formam o modo de vida peculiar das cidades, e a urbanização, que denota o desenvolvimento e as extensões desses fatores, não sejam encontrados exclusivamente em grupamentos considerados como cidades no seu senso físico e demográfico, encontram, não obstante, sua expressão mais pronunciada nessas áreas, especialmente nas cidades metropolitanas. Na formulação da definição de cidade, é necessário sermos cautelosos, a fim de evitarmos que identifiquemos o urbanismo como modo de vida com quaisquer influências culturais local ou historicamente condicionadas, as quais, embora possam afetar expressivamente o caráter específico da comunidade, não são os determinantes essenciais do seu caráter como cidade.

É de capital importância chamar-se a atenção para o perigo de se confundir urbanismo com industrialismo e capitalismo moderno. O surgimento de cidades no mundo moderno sem dúvida não é independente do aparecimento da tecnologia moderna da máquina automotriz, da produção em massa e da empresa capitalista. Todavia, por diferentes que possam ter sido as cidades de épocas anteriores pré-industrial e pré-capitalista, não deixavam de ser cidades.

Para fins sociológicos, uma cidade pode ser definida como um núcleo relativamente grande, denso e permanente, de indivíduos socialmente heterogêneos. Com base nos postulados que essa definição tão pequena sugere, poderá ser formulada uma teoria sobre urbanismo à luz dos conhecimentos existentes, relativos a grupos sociais.

III. UMA TEORIA SÔBRE URBANISMO

Dentre a rica literatura sobre a cidade, procuramos em vão uma teoria sobre urbanismo a qual apresente de forma sistemática o conhecimento disponível referente à cidade como entidade social. Temos, na verdade, excelentes formulações de teorias sobre problemas especiais, como por exemplo o crescimento da cidade encarado como uma tendência histórica e como um processo recorrente,⁷ dispomos de farta literatura que apresenta *insights* de importância sociológica e estudos empíricos oferecendo informações detalhadas

⁷ Vide Robert E. Park, Ernest W Burgess et al., *The City* (Chicago, 1925), esp. caps. II e III; Werner Sombart, "Stadtische Siedlung, Stadt", *Hand wörterbuch der Soziologie*, ed. Alfred Vierkandt (Stuttgart, 1931); vide também bibliografia.

sobre uma variedade de aspectos particulares da vida urbana. Entretanto, apesar da multiplicação da pesquisa e dos livros de texto sobre a cidade, não temos até agora um corpo extenso de hipóteses sucintas que possam ser derivadas de um conjunto de postulados implicitamente contidos numa definição sociológica da cidade e de nosso conhecimento sociológico geral, que possa ser comprovado através da pesquisa científica. As obras que temos que mais se aproximam de uma teoria sistemática sobre urbanismo poderão ser achadas num penetrante ensaio intitulado “Die Stadt”, por Max Weber,⁸ e um memorável folheto por Robert E. Park sobre *The City: Suggestions for the investigation of Human Behavior in the Urban Environment*.⁹ Porém, mesmo essas valiosas contribuições estão longe de constituírem um arcabouço ordenado e coerente de teoria sobre a qual possa ser desenvolvida eficazmente a pesquisa.

Nas páginas que se seguem, tentaremos expor um número limitado de características que identifiquem a cidade. Dadas essas características, tentaremos indicar que conseqüências ou outras características delas se originam à luz da teoria sociológica geral e da pesquisa empírica. Dessa maneira esperamos chegar às proposições essenciais de uma teoria sobre urbanismo. Algumas dessas proposições podem ser apoiadas por um considerável corpo de materiais de pesquisa já existente; outras poderão ser aceitas como hipóteses para as quais existe certa quantidade de provas presumíveis, porém para as quais seria necessária ainda uma verificação mais ampla e exata. Pelo menos, tal procedimento, espera-se, mostrará que conhecimentos sistemáticos temos agora sobre a cidade e quais as hipóteses cruciais e frutíferas para pesquisa futura.

O problema central do sociólogo da cidade é descobrir as formas de ação e organização social que emergem em grupamentos compactos, relativamente permanentes, de grande número de indivíduos heterogêneos. Devemos também inferir que o urbanismo assumirá a sua forma mais característica e extrema à medida que estiverem presentes as condições que lhes são congruentes. Assim, quanto mais densamente habitada, quanto mais heterogênea for a comunidade, tanto mais acentuadas serão as características associadas ao urbanismo. Deve-se reconhecer, contudo, que no mundo social as práticas e instituições poderão ser aceitas e continuadas por razões diferentes daquelas que inicialmente lhes deram origem e

⁸ *Wirtschaft und Gesellschaft* (Tübingen, 1925), Parte II, cap. VIII, pp. 514-601.

⁹ Park, Burgess et. al., *op. cit.*, cap. 1.

que, conseqüentemente, o modo de vida urbano poderá ser perpetuado sob condições bem diferentes daquelas necessárias para a sua origem.

Devemos a esta altura apresentar alguma justificativa para a escolha dos termos principais que formam a nossa definição de cidade. Foi feita a tentativa de fazê-la a mais inclusiva e ao mesmo tempo a mais significativa possível, sem, no entanto, sobrecarregá-la com suposições desnecessárias. Dizer que são necessários grandes números para constituir uma cidade, significa, evidentemente, grandes números em relação a uma área de ocupação restrita ou de alta densidade. Não obstante, há boas razões para se tratar grandes números e densidade como fatores separados, pois cada um deles pode estar ligado a conseqüências sociais significativamente diferentes. Do mesmo modo, a necessidade de se acrescentar homogeneidade à quantidade de população, como um critério necessário e distinto do urbanismo, poderia ser posta em dúvida, porque é de se esperar que a amplitude de diferenças cresça proporcionalmente à quantidade. Em sua defesa, poderíamos dizer que a cidade apresenta uma espécie de grau de heterogeneidade de população que não pode ser de responsabilidade exclusiva da lei dos grandes números ou não pode ser representada adequadamente por meio da curva normal de distribuição. Como a população da cidade não se reproduz a si mesma, ela tem que recrutar seus migrantes de outras cidades, do interior e — até recentemente nos Estados Unidos — de outros países. A cidade tem sido, dessa forma, o cadinho das raças, dos povos e das culturas e o mais favorável campo de criação de novos híbridos biológicos e culturais. Ela não só tolerou como recompensou diferenças individuais. Reuniu povos dos confins da terra porque eles são diferentes e, por isso, úteis uns aos outros e não porque sejam homogêneos e de mesma mentalidade.¹⁰

Há uma quantidade de proposições sociológicas referentes à relação entre: *a*) quantidade de população; *b*) densidade da população; *c*) heterogeneidade de habitantes e vida grupal, que podem ser formuladas com base na observação e pesquisa.

¹⁰ Poderá parecer necessário justificar a inclusão do termo “permanente” na definição. Nossa falha em dar uma justificação extensiva para esta característica do urbano reside no fato óbvio de que, a não ser que os agrupamentos humanos se fixem mais ou menos permanentemente numa localidade, as características da vida urbana não podem surgir, e, concomitantemente, a vida de grandes números de indivíduos heterogêneos reunidos sob condições densas não é possível sem o desenvolvimento de uma estrutura tecnológica.

Tamanho do Agregado Populacional

Desde a Política de Aristóteles,¹¹ tem-se reconhecido que o aumento do número de habitantes de uma comunidade acima de certo limite afetara as relações entre eles e o caráter da cidade. Grandes números envolvem, como já foi dito, uma quantidade maior de variação individual. Além disso, quanto maior o número de indivíduos participando de um processo de interação, tanto maior a diferenciação potencial entre eles. É de se esperar que os traços pessoais, as ocupações, a vida cultural e as idéias dos membros de uma comunidade urbana poderão, por isso, variar entre pólos mais amplamente separados do que aqueles de habitantes rurais.

Pode-se inferir, facilmente, que tais variações dão origem à separação espacial de indivíduos de acordo com a cor, herança étnica, *status* econômico e social, gostos e preferências. Os vínculos de parentesco, de urbanidade e os sentimentos característicos da vida em conjunto durante gerações sob uma tradição de *folk* comum tenderão a desaparecer e, no melhor dos casos, tenderão a ser fracos num agregado cujos membros apresentam origens e formação tão diversas. Sob tais circunstâncias, a concorrência e os mecanismos formais de controle fornecem os substitutivos para os vínculos de solidariedade nos quais se confia para se manter unida uma sociedade de *folk*.

¹¹ Vide esp. VII. 4. 4-14. Traduzido por B. Jowet do qual a seguinte passagem pode ser citada: “Existe um limite para o tamanho dos Estados, assim como há um limite para outras coisas, plantas, animais, implementos; pois nenhum desses conserva seu poder natural quando são demasiadamente grandes ou demasiadamente pequenos, mas ou eles perdem totalmente sua natureza ou são estragados... (Um) Estado, quando composto de muito poucos, não é como um Estado deveria ser, auto-suficiente; quando composto de demais, apesar de auto-suficiente em todas as meras necessidades, é uma nação e não um Estado, sendo praticamente incapaz de Governo constitucional. Pois quem pode ser o general de uma tão vasta multiplicidade, ou quem o arauto, a não ser que ele tenha a voz de um Estentor?”

“Um Estado somente começa a existir quando alcançar uma população que seja suficiente para uma boa vida na comunidade política: poderá, na verdade, exceder esse número. Mas como eu dizia, deve haver um limite. O que deve ser o limite poderá facilmente ser de terminado através da experiência. Porque tanto governantes como governados têm deveres a cumprir; as funções especiais de um governante são comandar e julgar. Mas se são os cidadãos de uma comunidade que devem julgar e distribuir cargos conforme os méritos, então devem conhecer os caracteres uns dos outros; enquanto não possuem esse conhecimento, tanto a eleição aos cargos como as decisões nas causas legais falharão. Quando a população é muito grande, ter-se-á estabelecido manifestamente ao acaso, o que não deveria ocorrer. Além disso, num Estado excessivamente populoso, os estrangeiros e os forasteiros logo adquirirão os direitos de cidadania, pois quem os descobrirá? Claramente, então, o melhor limite para uma população de um Estado é o maior número suficiente para os propósitos da vida e pode ser verificado num relance. E basta no que concerne ao tamanho da cidade.”

O aumento do número de habitantes de uma comunidade para mais de algumas centenas obrigatoriamente limitará a possibilidade de cada um dos membros da comunidade conhecer pessoalmente todos os outros. Max Weber, reconhecendo o significado social desse fato, salientou que, do ponto de vista sociológico, os grandes números de habitantes e a densidade do agrupamento significam que as relações de conhecimento pessoal mútuo entre os habitantes, inerentes a uma vizinhança, estão faltando.¹² O aumento do número, pois, envolve uma modificação no caráter das relações sociais.

Conforme salienta Simmel:

“(Se) o incessante contato externo de uma quantidade de pessoas na cidade devesse ser correspondido pelo mesmo número de reações interiores como numa pequena vila, na qual conhecemos quase todas as pessoas que encontramos e com cada uma das quais temos uma relação positiva, estaríamos completamente atomizados internamente e cairíamos numa condição mental indescritível”. A multiplicação de pessoas num estado de interação sob condições que tornam impossível seu contato como personalidades completas produz aquela segmentação de relações humanas que tem sido utilizada às vezes por estudiosos da vida mental das cidades como uma explicação do caráter “esquizóide” da personalidade urbana. Isso não quer dizer que os habitantes urbanos têm menor número de conhecidos do que os habitantes rurais, pois o inverso pode ser realmente verdadeiro; quer dizer, na verdade, que, em relação ao número de pessoas que eles vêem e com quem se encontram sistematicamente no transcurso da vida diária, eles conhecem uma proporção menor e com esses mantêm relações menos intensivas.¹³

Caracteristicamente, os cidadãos encontram-se uns aos outros em papéis bastante segmentários. Dependem, certamente, de mais pessoas para as satisfações de suas necessidades da vida do que a população rural e por isso são associados a um número maior de grupos organizados, mas dependem menos de pessoas determinadas, e sua dependência de outros confina-se a um aspecto altamente fracionado da esfera de atividades dos outros. Isso é essencialmente o que se quer dizer quando se afirma que a cidade se caracteriza mais por contatos secundários do que primários. Os contatos da cidade podem na verdade ser

¹² *Op. cit.*, p. 514

¹³ Georg Simmel, “Die Grossstädte und das Geistesleben”, *Die Grossstädte* ed. Theodor Petermann (Dresden, 1903), pp. 187-206.

face a face, mas são, não obstante, impessoais, superficiais, transitórios e segmentários. A reserva, a indiferença e o ar *blasé* que os habitantes da cidade manifestam em suas relações podem, pois, ser encarados como instrumentos para se imunizarem contra exigências pessoais e expectativas de outros.

O superficialismo, o anonimato, e o caráter transitório das relações urbano-sociais explicam, também, a sofisticação e a racionalidade geralmente atribuídas ao habitante da cidade. Nossos conhecidos têm a tendência de manter uma relação de utilidade para nós, no sentido de que o papel que cada um desempenha em nossa vida é sobejamente encarado como um meio para alcançar os fins desejados. Embora, portanto, o indivíduo ganhe, por um lado, certo grau de emancipação ou liberdade de controles pessoais e emocionais de grupos íntimos, perde, por outro lado, a espontânea auto-expressão, a moral, e o senso de participação, implícitos na vida numa sociedade integrada. Isso constitui essencialmente o estado de *anomie* ou de vazio social a que se refere Durkheim ao tentar explicar as várias formas de desorganização em sociedade tecnológica.

O caráter segmentário e as feições utilitaristas das relações interpessoais na cidade encontram sua expressão institucional na proliferação de trabalhos especializados que vemos na sua forma mais desenvolvida entre as profissões.

As operações do nexu pecuniário conduzem a relações predatórias, que tendem a obstruir o funcionamento eficiente da ordem social a não ser que sejam fiscalizadas por códigos profissionais e ética ocupacional. O estímulo à utilidade e eficiência sugere a adaptabilidade do mecanismo associativo para a organização de empresas nas quais os indivíduos só se podem engajar em grupos. A vantagem que a companhia tem sobre o empresário individual e a empresa composta de dois sócios no mundo urbano-industrial deriva não só da possibilidade que ela oferece de centralizar os recursos de milhares de indivíduos ou do privilégio legal da responsabilidade limitada e sucessão perpétua, mas do fato de que a companhia é uma entidade ideal.

A especialização dos indivíduos especialmente em suas ocupações só pode continuar, como salientou Adam Smith, com base num mercado ampliado, o que, por sua vez, acentua a divisão do trabalho. Esse mercado ampliado é, somente em parte, suprido pelo interior; em grande parte êle é encontrado entre os grandes números que a própria cidade contém. A dominância da cidade, sobre o interior que a cerca, torna-se explicável em termos da

divisão do trabalho promovida e ocasionada pela cidade. O extremo grau de interdependência e o equilíbrio instável da vida urbana estão intimamente associados com a divisão do trabalho e a especialização das ocupações. Esta interdependência e instabilidade é aumentada pela tendência de cada cidade em se especializar naquelas funções que lhe são mais vantajosas.

Numa comunidade composta de grande número de indivíduos que não se conhecem intimamente e cujo número é excessivo para se reunirem num só lugar, torna-se necessário efetuar a comunicação por meios indiretos e articular interesses individuais por um processo de delegação. Especificamente na cidade, os interesses são efetivados através de representação. O indivíduo pouco conta, mas a voz do representante é ouvida com uma deferência proporcional ao número de indivíduos em nome dos quais êle fala. Embora essa caracterização de urbanismo na medida em que deriva de grandes números não exaure de forma alguma as inferências sociológicas que poderiam ser tiradas do nosso conhecimento das relações do tamanho de um grupo com o comportamento característico dos membros, para não nos alongarmos, as afirmações feitas poderão servir para exemplificarem a espécie de proposições que poderão ser desenvolvidas.

Densidade

Como no caso dos números, assim também no caso da concentração num espaço limitado, emergem certas conseqüências relevantes na análise sociológica das cidades. Dessas, só podem ser indicadas algumas. Conforme Darwin salientou para a flora e a fauna e conforme Durkheim¹⁴ notou no caso das sociedades humanas, um aumento numérico para uma área constante (isto é, um crescimento da densidade) tende a produzir diferenciação e especialização, pois somente dessa forma é que a área poderá suportar o aumento numérico. A densidade, pois, reforça o efeito que os números exercem sobre a diversificação dos homens e de suas atividades e sobre o aumento da complexidade da estrutura social.

Do lado subjetivo, conforme sugeriu Simmel, o contato físico estreito de numerosos indivíduos produz necessariamente a mudança nos meios através dos quais nos orientamos em relação ao meio urbano, especialmente em relação aos nossos concidadãos.

¹⁴ E. Durkheim, *De la Division du Travail Social* (Paris, 1932), p. 248.

Tipicamente, nossos contatos físicos são estreitos, mas nossos contatos sociais são distantes. O mundo urbano tem em alta conta o reconhecimento visual. Vemos o uniforme que denota o papel dos funcionários e esquecemos as excentricidades pessoais que se acham ocultas por trás do uniforme. Temos a tendência de adquirir e desenvolver uma sensibilidade a um mundo de artefatos e somos progressivamente distanciados, cada vez mais, do mundo da natureza.

Estamos expostos a vivos contrastes entre esplendor e miséria, entre riqueza e pobreza, inteligência e ignorância, ordem e caos. A concorrência pelo espaço é grande, de tal forma que cada área geralmente tende a se dedicar à atividade que produza melhor retorno econômico. O local de trabalho tende a se dissociar do local de moradia, pois a proximidade de estabelecimentos industriais e comerciais torna uma área indesejável, econômica e socialmente, para fins residenciais.

A densidade, os valores da terra, os aluguéis, a acessibilidade, a salubridade, o prestígio, considerações estéticas, a ausência de inconvenientes tais como barulho, fumaça e sujeira, determinam a atratividade de várias áreas da cidade como locais para o estabelecimento de diferentes camadas da população. O local e a natureza do trabalho, a renda, as características raciais, étnicas, o *status* social, os costumes, hábitos, gostos, preferências e preconceitos estão entre os fatores significantes de acordo com os quais a população urbana é selecionada e distribuída em locais mais ou menos distintos. Elementos populacionais diversos, habitando localidade compacta, tendem portanto a se separar uns dos outros na medida em que suas necessidades e modos de vida são incompatíveis uns com os outros e na medida em que sejam antagônicos. Do mesmo modo, pessoas de *status* e necessidades homogêneos, consciente ou inconscientemente, se dirigem ou são forçadas para a mesma área.

As diferentes partes da cidade, portanto, adquirem funções especializadas. A cidade, conseqüentemente, tende a parecer um mosaico de mundos sociais nos quais é abrupta a transição de um para o outro. A justaposição de personalidades e modos de vida divergentes tende a produzir uma perspectiva relativista e um senso de tolerância de

diferenças que poderão ser encaradas como pré-requisitos para a racionalidade e que conduzem à secularização da vida.¹⁵

A vida em contato estreito e o trabalho em comum, de indivíduos sem laços sentimentais ou emocionais, desenvolvem um espírito de concorrência, engrandecimento e exploração mútua. Para neutralizar a responsabilidade e a desordem em potencial, surge a tendência de se utilizarem controles formais. Sem a aderência rígida a rotinas previsíveis, uma grande sociedade compacta dificilmente seria capaz de sustentar a si mesma. O relógio e o sinal de trânsito simbolizam a base da nossa ordem social no mundo urbano. Contato físico estreito freqüente, aliado a grande distância social, acentua a reserva de indivíduos não-ligados entre si e, a não ser que seja compensada por outras oportunidades de reação, dá origem à solidão.

O necessário movimento freqüente de um grande número de indivíduos num *habitat* congestionado ocasiona atrito e irritação. As tensões nervosas que derivam dessas frustrações são acentuadas pelo ritmo acelerado e pela complicada tecnologia sob os quais a vida em áreas densas tem de ser vivida.

Heterogeneidade

A interação social entre uma tamanha variedade de tipos de personalidades num ambiente urbano tende a quebrar a rigidez das castas e a complicar a estrutura das classes e portanto induz a um arcabouço mais ramificado e diferenciado de estratificação social do que em sociedades mais integradas. A crescida mobilidade do indivíduo, que o coloca dentro do campo de estímulos recebidos de um grande número de indivíduos diferentes e o sujeita a um *status* flutuante no seio de grupos sociais diferenciados que compõem a estrutura social da cidade, tende para a aceitação da instabilidade e insegurança no mundo como norma geral. Esse fato contribui, também, para a sofisticação e o cosmopolitismo do habitante da cidade. Nenhum grupo isolado é possuidor da fidelidade exclusiva do indivíduo. Os grupos aos quais êle se acha filiado não se prestam rapidamente a um simples

¹⁵ É difícil determinar-se a extensão na qual a separação da população em áreas culturais e ecológicas distintas e a resultante atitude social de tolerância, racionalidade e mentalidade secular são função da densidade em contraposição à heterogeneidade. Muito provavelmente estamos aqui lidando com fenômenos que são consequência das operações simultâneas de ambos os fatores.

arranjo hierárquico. Devido aos seus diferentes interesses emanados de diferentes aspectos da vida social, o indivíduo se torna membro de grupos bastante divergentes, cada um dos quais funciona somente com referência a um segmento da sua personalidade. Nem esses grupos permitem, facilmente, que seja feito um arranjo concêntrico de modo a fazer com que o mais estreito se inclua na circunferência dos mais inclusivos, como é o que se verifica nas comunidades rurais ou em sociedades primitivas. Na verdade, os grupos aos quais a pessoa está tipicamente filiada são tangenciais uns aos outros ou se entrecortam de forma altamente variável.

A substituição dos membros do grupo é, geralmente, rápida, em parte como resultado da liberdade de circulação da população e em parte como resultado de sua mobilidade social. O local de residência, o local e a característica do emprego, a renda e a receita, flutuam, e o trabalho de manter juntas as organizações e de promover relações de amizade íntimas e duradouras entre os membros é difícil. Isso se aplica notavelmente às áreas situadas dentro da cidade, nas quais as pessoas se segregam mais em virtude de diferenças de raça, língua, renda e *status* social do que através de escolha ou atração positiva a pessoas como elas mesmas. Em geral, o habitante da cidade não é o proprietário da sua própria casa e, considerando que uma permanência transitória não gera tradições e sentimentos de união, só raramente ele é um vizinho na verdadeira expressão da palavra. Há poucas oportunidades para o indivíduo conseguir um conceito do que seja cidade como um todo ou para examinar o seu lugar no esquema geral. Conseqüentemente, é difícil para ele determinar o que lhe seja “mais conveniente” e decidir entre os assuntos e os líderes que lhe são apresentados pelas agências de sugestão das massas. Os indivíduos que, dessa maneira, são destacados dos corpos organizados que integram a sociedade compõem as massas fluidas que tornam tão imprevisível e, portanto, tão problemático o comportamento coletivo na comunidade urbana.

Apesar da cidade, através do recrutamento de tipos variados para executar seus diversos trabalhos e da acentuação de seu caráter *sui generis* através da concorrência e do prêmio pela excentricidade, novidade, desempenho eficiente e inventividade, produzir uma população altamente diferenciada, ela também exerce uma influência niveladora. Onde quer que estejam concentradas grandes quantidades de indivíduos de constituições diferentes,

entra também o processo de despersonalização. Essa tendência niveladora é inerente, em parte, à base econômica da cidade. O desenvolvimento das grandes cidades, pelo menos na era moderna, repousa em larga escala sobre a força concentradora do vapor. O crescimento da fábrica possibilitou a produção em massa para um mercado impessoal. A máxima exploração das possibilidades da divisão do trabalho e da produção em massa só é possível, porém, com a padronização de processos e produtos. Uma economia monetária caminha lado a lado com esse sistema de produção. Progressivamente, à medida que as cidades se desenvolveram baseadas nesse sistema de produção, o nexu pecuniário que implica a possibilidade de aquisição de bens e serviços, deslocou as relações pessoais como base de associação. Nessas circunstâncias, a individualidade deve ser substituída por categorias. Quando grandes números de indivíduos têm de fazer uso comum de facilidades e instituições, deve ser feito um arranjo a fim de ajustar as facilidades e instituições às necessidades da média das pessoas e não às de determinados indivíduos. Os serviços de utilidade pública, das instituições recreativas, educacionais e culturais devem ser ajustados às necessidades coletivas. Do mesmo modo, as instituições culturais, tais como as escolas, os cinemas, o rádio e os jornais, em virtude de sua clientela oriunda das massas, devem necessariamente operar como influências niveladoras. O processo político conforme aparece na vida urbana não poderia ser entendido sem levarmos em conta os apelos à massa por meio das modernas técnicas de propaganda. Se o indivíduo participar de qualquer forma na vida social, política e econômica da cidade, deverá subordinar um pouco de sua individualidade às exigências da comunidade maior e nessa medida fazer parte de movimentos coletivos.

IV. A RELAÇÃO ENTRE A TEORIA DO URBANISMO E A PESQUISA SOCIOLÓGICA

Por meio de um corpo teórico como o delineado acima para fins ilustrativos, o complicado e multilateral fenômeno do urbanismo poderá ser analisado em termos de um número limitado de categorias básicas. A abordagem sociológica da cidade adquire, portanto, uma unidade essencial e coerência, possibilitando ao investigador empírico não somente focalizar mais distintamente os problemas e processos que pertencem

apropriadamente ao seu campo, mas também tratar o seu assunto de maneira mais integrada e sistemática. Algumas das verificações típicas da pesquisa empírica no campo do urbanismo, com especial referência aos EUA, poderão ser indicadas para provar as proposições teóricas estabelecidas nas páginas anteriores, podendo-se esboçar alguns dos problemas cruciais para posterior estudo.

Com base nas três variáveis, número, densidade do agrupamento e grau de heterogeneidade da população urbana, parece possível explanarem-se as características da vida urbana e explicarem-se as diferenças entre cidades de vários tamanhos e tipos.

O urbanismo como um modo de vida característico pode ser abordado empiricamente de três perspectivas inter-relacionadas: 1) como uma estrutura física consistindo uma base de população, uma tecnologia e uma ordem ecológica; 2) como um sistema de organização social envolvendo uma estrutura social característica, uma série de instituições sociais e um modelo típico de relações sociais; 3) como um conjunto de atitudes de idéias e uma constelação de personalidades dedicadas a formas típicas do comportamento coletivo e sujeitas a mecanismos característicos de controle social.

O Urbanismo na Perspectiva Ecológica

Considerando que, no caso da estrutura física e dos processos ecológicos, somos capazes de operar com índices bastante objetivos, é possível chegarmos a resultados bem precisos e geralmente quantitativos. A “dominância” da cidade sobre o *hinterland* torna-se explicável através das características funcionais da cidade que derivam em grande parte do efeito dos números e da densidade. Muitas das instalações técnicas e das especializações e organizações que surgem da vida urbana só poderão crescer e prosperar em cidades onde a procura seja suficientemente grande. A natureza e âmbito dos serviços prestados por essas organizações e instituições e as vantagens de que elas gozam sobre as instalações menos desenvolvidas de cidades menores dão margem à dominância das cidades e à dependência de regiões cada vez mais vastas em relação à metrópole central.

A composição da população urbana mostra a atuação de fatores seletivos e diferenciadores. As cidades contêm uma proporção maior de pessoas jovens do que as áreas rurais, onde se nota uma predominância de pessoas de idade e de crianças. Nesse aspecto,

como em muitos outros, quanto maior a cidade, tanto mais aparente é essa característica específica do urbanismo. Com exceção das maiores cidades, que atraíram grande número de estrangeiros homens, e em alguns tipos especiais de cidades, há uma predominância numérica de mulheres sobre os homens. A heterogeneidade da população urbana é também assinalada por linhas raciais e étnicas. Os estrangeiros e seus filhos constituem aproximadamente dois terços de todos os habitantes de cidades com um milhão ou mais de habitantes. Sua proporção na população urbana decresce à medida que diminui o tamanho da cidade, até que nas áreas rurais eles participam somente com um sexto do total da população.*

Da mesma forma, as cidades maiores atraíram mais negros e outros grupos raciais do que as comunidades pequenas. Considerando que a idade, o sexo, a raça e a origem étnica se acham associados com outros fatores como ocupação e interesse, verifica-se claramente que uma das características principais do habitante urbano é a sua dessemelhança dos seus concidadãos. Nunca dantes tantos povos de traços diversos, como é o caso das nossas cidades, foram aglomerados em contato físico tão estreito como nas grandes cidades da América. As cidades, em geral, e as americanas em particular, são formadas de uma gama heterogênea de povos e culturas, de modos de vida altamente diferenciados entre os quais muitas vezes há apenas um mínimo de comunicação, a maior das indiferenças e a maior tolerância, por vezes árdua luta, mas sempre o contraste mais marcante.

A falha da população urbana em se reproduzir parece ser uma conseqüência biológica de uma combinação de fatores no complexo da vida urbana, e o declínio da natalidade pode, geralmente, ser encarado como um dos sinais mais marcantes da urbanização do mundo ocidental. Embora a proporção de óbitos nas cidades se apresente ligeiramente maior do que no campo, a diferença fundamental entre a falha das cidades dos nossos dias e das cidades do passado em manterem a sua população é que no passado o motivo estava na alta taxa de mortalidade nas cidades, enquanto hoje, já que as cidades se tornaram mais habitáveis do ponto de vista de saúde, o fato se deve à baixa natalidade. Essas características biológicas da população urbana são sociologicamente significantes, não somente porque refletem o modo urbano de existência, mas também porque condicionam o

* N. do Org. — É preciso não esquecer que essas observações se referem aos Estados Unidos na década de 30.

crescimento e a futura dominância das cidades e sua organização social básica. Considerando que as cidades são consumidoras e não produtoras de homens, o valor da vida humana e a avaliação social da personalidade não deixarão de ser afetados pelo saldo entre nascimentos e óbitos. O padrão de aproveitamento da terra, de valor da terra, aluguéis e propriedade, a natureza e o funcionamento das estruturas físicas, da habitação, dos meios de transporte e comunicação, das utilidades públicas — essas e muitas outras fases do mecanismo físico das cidades não são fenômenos isolados sem relação com as cidades como entidade social, porém são afetadas e afetam o modo de vida urbano.

O Urbanismo como Forma de Organização Social

Os traços característicos do modo de vida urbano têm sido descritos sociologicamente como consistindo na substituição de contatos primários por secundários, no enfraquecimento dos laços de parentesco e no declínio do significado social da família, no desaparecimento da vizinhança e na corrosão da base tradicional da solidariedade social. Todos esses fenômenos podem ser verificados substancialmente através de índices objetivos. Assim, por exemplo, as baixas e declinantes taxas de reprodução urbana sugerem que a cidade não conduz ao tipo tradicional de vida familiar, inclusive a educação de crianças e a manutenção do lar como local em torno do qual giram as atividades vitais. A transferência de atividades industriais, educacionais e de recreação, para instituições especializadas fora do lar, privou a família de algumas das suas funções históricas mais características. Nas cidades, é mais provável que as mães estejam empregadas, mais freqüentemente há inquilinos nas casas de família, os casamentos tendem a ser retardados e a proporção de pessoas solteiras e não-comprometidas é maior. As famílias são menores e mais freqüentemente sem filhos do que as famílias do campo. A família como unidade social está emancipada do grupo de parentesco maior, característico do campo, e os membros individuais seguem os seus próprios interesses divergentes na sua vida vocacional, educacional, religiosa, recreativa e política.

Funções tais como a preservação da saúde, os métodos de aliviar os sofrimentos associados com a insegurança pessoal e social, provisões para melhoria da educação, da recreação e da cultura, deram origem a instituições altamente especializadas num âmbito

comunitário, estadual e mesmo nacional. Os mesmos fatores que trouxeram maior insegurança pessoal também são responsáveis pelos contrastes cada vez maiores entre indivíduos, existentes no mundo urbano. Embora a cidade tenha derrubado as rígidas linhas de casta da sociedade pré-industrial, aguçou e diferenciou grupos de renda e *status*. Geralmente, há uma proporção maior de adultos da população urbana bem empregados do que adultos da população rural. A classe dos “trabalhadores de gravata”, compreendendo-se como tais os empregados comerciais, bancários, e burocratas, é proporcionalmente mais numerosa nas grandes cidades, nos centros metropolitanos e nas pequenas cidades do que no campo.

Como um todo, a cidade desencoraja uma vida econômica na qual o indivíduo, numa época de crise, tenha uma base de subsistência à qual recorrer, e desencoraja o emprego autônomo. Se bem que as rendas dos habitantes das cidades sejam maiores, em média, do que as do interior, parece que o custo de vida é maior nas cidades maiores. A casa própria envolve maiores ônus e é mais rara. Os aluguéis são maiores e absorvem uma proporção maior da receita. Apesar do habitante da cidade se ver beneficiado com muitos serviços comunais, gasta uma grande proporção da sua renda com itens como recreação e aperfeiçoamento da educação e uma proporção menor com alimentos. Aquilo que os serviços da comunidade não oferecem, o habitante urbano é obrigado a comprar, e pode-se dizer que praticamente não existe nenhuma necessidade humana que deixou de ser explorada pelo comercialismo. Fornecer emoções e meios de escapar ao tédio, à monotonia e à rotina torna-se, pois, uma das principais funções da recreação urbana, a qual, na melhor das hipóteses, fornece meios para a auto-expressão criadora e a associação espontânea dos grupos, mas que, mais tipicamente no mundo urbano, resulta em contemplação passiva, por um lado, ou sensacionais façanhas inéditas, por outro.

Reduzido a um estágio de virtual impotência como indivíduo, o habitante urbano esforça-se para fazer parte de grupos organizados de interesses semelhantes para obter seus fins. Isso resulta numa enorme multiplicação de organizações voluntárias com um número de objetivos tão variados quanto as necessidades e interesses humanos. Embora de um lado os laços de associação humana estejam enfraquecidos, a existência urbana envolve um grau de interdependência maior entre os homens e uma forma mais complicada, frágil e volátil de inter-relações mútuas sobre muitas fases das quais o indivíduo como tal não consegue

exercer quase nenhum controle. Frequentemente há apenas uma relação muito tênue entre a posição econômica ou outros fatores básicos que determinam a existência do indivíduo no mundo urbano e os grupos voluntários aos quais êle se acha filiado. Enquanto numa sociedade primitiva e rural é geralmente possível, com base em alguns fatores conhecidos, prever quem pertencerá ao que, e quem se associará a quem em quase todas as relações da vida, na cidade só podemos projetar o padrão geral de formação e filiação do grupo, e esse padrão mostrará muitas incongruências e contradições.

A Personalidade Urbana e o Comportamento Coletivo

É em grande parte por meio de atividades de grupos voluntários, sejam seus objetivos econômicos, políticos, educacionais, religiosos, recreativos ou culturais, que o habitante da cidade exprime e desenvolve sua personalidade, adquire *status* e consegue desempenhar a quantidade de atividades que constitui sua carreira na vida. Podemos facilmente inferir, entretanto, que o arcabouço organizacional que essas funções altamente diferenciadas fazem surgir não assegura por si só a consistência e integridade das personalidades cujos interesses engloba. A desorganização pessoal, o esgotamento nervoso, o suicídio, a delinqüência, o crime, a corrupção e a desordem poderão, nessas circunstâncias, prevalecer mais na comunidade urbana do que na rural. Isso tem-se confirmado na medida da disponibilidade de índices comparáveis; mas os mecanismos subjacentes a esses fenômenos necessitam mais análise.

Considerando que, para os propósitos da maioria dos grupos, é impossível, na cidade, atrair individualmente o grande número de indivíduos isolados e diferenciados, e, considerando que, somente através de organizações às quais os homens pertencem, seus interesses e recursos podem ser recrutados para uma causa coletiva, pode-se inferir que o controle social na cidade deve tipicamente processar-se por meio de grupos formalmente organizados. Segue-se, também, que as massas de homens na cidade estão sujeitas à manipulação por símbolos e estereótipos comandados por indivíduos operando de longe, ou invisivelmente por trás dos bastidores, através do controle dos meios de comunicação. O autogoverno, quer seja no reino econômico, político ou cultural, está nessas circunstâncias

reduzido a uma simples figura de retórica, ou na melhor das hipóteses está sujeito ao equilíbrio instável de grupos de pressão.

Em virtude da ineficácia de laços reais de parentesco, criamos grupos fictícios de parentesco. Em face do desaparecimento da unidade territorial como base de solidariedade social, criamos unidades de interesse. Enquanto isso, a cidade como comunidade decompõe-se numa série de relações segmentárias tênues, sobrepostas a uma base territorial com um centro definido, mas sem uma periferia definida, e a uma divisão do trabalho que transcende bastante a localidade contígua, e é universal em extensão. Quanto maior o número de pessoas num estado de interação umas com as outras, tanto menor é o nível de comunicação e tanto maior é a tendência da comunicação proceder num nível elementar, isto é, na base daquelas coisas que se supõem serem comuns ou de interesse de todos.

Obviamente, portanto, é nas tendências emergentes no sistema de comunicação e na tecnologia de produção e distribuição surgidas na civilização moderna que devemos procurar os sintomas que irão indicar o provável desenvolvimento futuro do urbanismo como modo de vida. O sentido das atuais modificações no urbanismo transformarão, para o bem ou para o mal, não somente as cidades, mas o mundo. Alguns dos mais básicos desses fatores ou processos e as possibilidades de direção e controle deles são um convite para estudo mais detalhado.

Somente na medida em que o sociólogo tiver uma compreensão clara do que seja a cidade como entidade social e possuir uma teoria razoável sobre urbanismo, poderá êle desenvolver um corpo unificado de conhecimentos, pois aquilo que passa por “Sociologia Urbana” certamente não o é atualmente. Se se tomar como ponto de partida uma teoria sobre urbanismo como a delineada nas páginas anteriores, a ser elaborada, testada e revista à luz de mais análises e pesquisa empírica, pode-se esperar que seja determinado o critério de relevância e validade de dados concretos. Esse sortimento heterogêneo de informações separadas que foram incorporadas em tratados de Sociologia sobre a cidade poderá, assim, ser filtrado e incorporado num corpo coerente de conhecimentos. A propósito, somente por meio de uma teoria desse tipo, o sociólogo escapará da fútil prática de enunciar, em nome da ciência sociológica, uma variedade de julgamentos, às vezes insuscitáveis, relativos a problemas tais como pobreza, habitação, planejamento urbano, higiene, administração municipal, policiamento, mercadologia, transporte e outros itens técnicos. Embora o

sociólogo não possa solucionar qualquer desses problemas práticos — pelo menos não por si só — êle poderá, se descobrir sua função apropriada, contribuir para a sua compreensão e solução. As perspectivas de fazê-lo são mais claras através de uma abordagem geral, teórica, do que por uma abordagem *ad hoc*.

SUMÁRIO

A urbanização do mundo, que é um dos fatos mais notáveis dos tempos modernos, trouxe modificações profundas em praticamente todas as fases da vida social. A recente e rápida urbanização nos Estados Unidos é responsável pela agudeza dos nossos problemas urbanos e pela nossa falta de consciência deles. Apesar do predomínio do urbanismo no mundo moderno, ainda sentimos falta de uma definição sociológica do que seja cidade, a qual levaria em conta, adequadamente, o fato de que, enquanto a cidade é o local característico do urbanismo, o modo de vida urbano não se confina às cidades. Para finalidades sociológicas, uma cidade é uma fixação relativamente grande, densa e permanente de indivíduos heterogêneos. Os grandes números são responsáveis pela variabilidade individual, pela relativa ausência de conhecimento pessoal íntimo, pela segmentação de relações humanas as quais são em grande parte anônimas, superficiais e transitórias e por características correlatas. A densidade envolve diversificação e especialização, a coincidência de contato físico estreito e relações sociais distantes, contrastes berrantes, um padrão complexo de segregação, a predominância do controle social formal, e atrito acentuado, entre outros fenômenos. A heterogeneidade tende a quebrar estruturas sociais rígidas e a produzir maior mobilidade, instabilidade e insegurança, e a filiação de indivíduos a uma variedade de grupos sociais opostos e tangenciais com um alto grau de renovação dos seus componentes. O nexos pecuniário tende a deslocar as relações pessoais, e as instituições tendem a atender às necessidades das massas em vez do indivíduo. O indivíduo, portanto, somente se torna eficaz agindo através de grupos organizados. O complexo fenômeno do urbanismo poderá apresentar unidade e coerência se a análise sociológica se fizer à luz de tal corpo teórico. A evidência empírica referente à Ecologia, à Organização Social e à Psicologia Social do modo de vida urbano confirma a eficácia dessa abordagem.

A ORGANIZAÇÃO SOCIAL NO MEIO URBANO¹

PAUL-HENRY CHOMBART DE LAUWE

Tradução de MOACIR PALMEIRA

Em uma pesquisa sobre a evolução da sociedade urbana é necessário distinguir, por um lado, as estruturas sociais que nascem progressivamente em um contexto cultural dado, que se desagregam e se reformam, e, por outro lado, as instituições que respondem a necessidades determinadas. Tais necessidades podem ser estudadas pela observação dos comportamentos e de suas motivações.^{1**} Responder a essas necessidades significa criar instituições e organizações adaptadas a uma população estudada sob uma perspectiva de evolução.

Os grandes estudos de Sociologia Urbana do século XIX e do início do século XX ressaltam certos aspectos permanentes da evolução no quadro das sociedades industriais.^{2,3} Quer se trate das observações de Spencer ou de Durkheim sobre a importância do aumento de volume, densidade e heterogeneidade, retomada por certos autores como Louis Wirth,⁴ ou dos trabalhos de Weber sobre a formação de um novo tipo de homem⁵ e sobre a independência mais e mais acentuada com respeito às condições geográficas, ou ainda dos estudos de Sombart⁶ sobre a evolução das cidades na Idade Média, constatamos progressivamente certa convergência de concepções.

Quando se trata do estudo de países em vias de industrialização, os fenômenos evoluem com tal rapidez que novos métodos de observação devem ser empregados. As transformações, que antes podiam ser acompanhadas durante um período de cinquenta anos, manifestam-se aos nossos olhos em alguns anos, quiçá em alguns meses. Para melhor observá-las, procuraremos fazer um apanhado rápido do estudo das estruturas e das

* “L’Organisation Sociale en Milieu Urbain”, *Manual de Sociologie Urbaine*, UNESCO.

** As chamadas remetem à bibliografia no fim do capítulo, pp. 137 e seguintes.

instituições, dos comportamentos dos grupos, das relações sociais e da personalidade, em suma, da organização voluntária e da planificação.

I. AS ESTRUTURAS E AS INSTITUIÇÕES

Essas transformações sociais que se operam nos diferentes países atingem o conjunto dos grupos sociais e das principais instituições que existem no meio urbano. Mas o seu inventário torna-se cada dia mais difícil de efetuar porque os grupos mudam muito rapidamente de volume e de natureza e vemos aparecer, nos meios urbanos do século XX, conjuntos de homens, menos bem caracterizados que os grupos antigos, ocupando uma faixa cada vez mais larga; demos-lhes o nome de “meios sociais”.^{7,8} A aglomeração industrial representa, ela mesma, cada vez menos, uma estrutura social de conjunto bem definida.

A evolução dos grupos sociais

Uma pesquisa aprofundada, alcançando todos os grupos sociais de uma grande aglomeração, ou mesmo de uma pequena cidade, seria praticamente impossível no atual estado de coisas. Seu número e sua variedade são por demais grandes, seu entrecruzamento por demais complexo, para que uma análise exaustiva cientificamente válida possa ser feita. O essencial para o pesquisador é dar ênfase a certos grupos que têm uma importância particular no conjunto das estruturas sociais, assim como a família, a empresa, certos grupos locais e certas associações.

O estudo da *família* nos meios urbanos foi empreendido por numerosos autores. Trate-se de monografias antigas, como aquelas de Le Play sobre os operários europeus,⁹ ou de estudos recentes, como os dos Lynd sobre Middletown, o de West sobre Plainville^{10,11} ou, mais proximamente ainda, os de Young e Willmott sobre o leste de Londres,¹² o fato é que a família e o parentesco têm sido um lugar importante nas preocupações dos sociólogos. Por um lado, o pequeno grupo conjugal distingue-se cada vez mais nitidamente dos grupos com que estava mesclado antigamente e assume uma posição cada vez mais importante na vida quotidiana dos indivíduos. (Tem-se dito, às vezes,¹³ que as famílias fechadas nas sociedades abertas das grandes cidades substituíram a família aberta das comunidades fechadas dos povoados — o que só em parte é verdadeiro.) Por outro lado, os grupos

extensos de parentesco — trabalhos recentes provam-no — não perderam tão completamente seu papel como o quiseram certos autores.

Nos países em desenvolvimento, os laços de parentesco que se reconstituem ou se mantêm no meio urbano têm uma importância tanto maior quanto eles liguem os indivíduos a seu meio tradicional e quanto lhes dêem na vida um meio de resistir ao esmagamento de um novo quadro de existência que lhes é estranho. Mais tais grupos de parentesco têm graves inconvenientes, na medida em que impedem os indivíduos de se libertarem de certas pressões antigas e impõem-lhes a carga de parentes menos favorecidos, que devem sustentar e ajudar.¹⁴

A *empresa* forma, num certo momento, um verdadeiro grupo social, mas é, ao mesmo tempo, tal como a família, uma instituição. A forma que assume está ligada simultaneamente às necessidades técnicas e econômicas, às regras jurídicas próprias de uma sociedade e aos traços culturais que são característicos de uma cultura. A empresa é um campo de observação que permite precisar como se estabelecem as relações sociais entre os dirigentes e os executantes, uma classe favorecida e classes pobres, operários manuais e empregados. Ela é interessante não somente da perspectiva do estudo do trabalho, mas também para se compreender a sociedade urbana em si, como o mostra, por exemplo, um dos volumes da série *Yankee City*, organizada por Warner.¹⁵ A criação de novas empresas de caráter industrial nos países em transformação econômica implica mudanças radicais no modo de vida e nas relações sociais. Trata-se, sem dúvida, de um dos objetos de estudo dos mais urgentes, nas investigações a serem empreendidas, para a compreensão dos problemas que se colocam para a planificação em países recentemente atingidos pela civilização industrial. Numerosos estudos de Sociologia do Trabalho permitem que se tenha uma idéia disso,¹⁶ se bem que os trabalhos sobre os países em vias de transformação econômica sejam ainda insuficientes.

Do mesmo modo, os *grupos locais*, tais como a comuna ou o pequeno bairro urbano, correspondem a realidades sociais que dificilmente se adaptam às novas condições criadas pelas transformações técnicas. Em algumas grandes aglomerações, vemos comunas ultrapassarem um milhão de habitantes ou, como na aglomeração parisiense, serem fracionadas em circunscrições administrativas sem uma verdadeira personalidade social. A pequena aldeia, de tamanha importância como unidade de base na vida rural (em cujo

interior se estabelecem relações características de uma cultura), não parece ter correspondente nos meios urbanos. Entretanto, não somos os únicos a constatar que o pequeno bairro da grande cidade tende a manter uma vida própria e que os habitantes do meio popular, particularmente, aí permanecem muito ligados.^{17,18} Esse pequeno bairro, que pode ter de 2.000 a 3.000 ou 4.000 habitantes, é definido por suas instalações comerciais, sua composição profissional e alguns outros critérios que podem ser facilmente definidos em uma cultura ou em outra.

A evolução dos grupos locais sublinha a necessidade de encontrar novas realizações correspondentes às necessidades que se transformam constantemente. Voltaremos a este ponto. No seio de tais grupos locais, no conjunto da cidade, vemos nascer e desenvolver-se *associações* de tipos diversos, cada vez mais numerosas, trate-se de associações esportivas ou culturais, de sindicatos, tendo por fim a defesa dos interesses dos trabalhadores, dos inquilinos ou outras categorias de pessoas, de associações familiares ou de grupos políticos. O número e a natureza das associações já esclarecem, de uma maneira interessante, sobre a forma das relações sociais num meio urbano. Algumas monografias de associações, bem situadas nesse quadro geral, permitirão que se faça uma idéia ainda mais nítida das necessidades que se exprimem através dos fins que elas declaram e dos estatutos que se atribuem; mas, ao lado dessas funções claramente definidas, outras menos evidentes devem ser pesquisadas.

Novos meios sociais, classes sociais, grupos étnicos e dinâmica urbana

As antigas classes e corporações, os outros grupos bem caracterizados nos meios urbanos tradicionais, foram substituídos, muitas vezes, por conjuntos de homens, de grande dimensão, cujos limites e estruturas são mal determinados. Sua influência não é menos primordial sobre toda a vida social das grandes cidades.

Os *grupos de idade*, as “classes de idade”, que tiveram nas sociedades não-maquinistas o papel que se conhece pelo trabalho de numerosos antropólogos, não têm mais existência tão ostensiva nas sociedades urbanas. Mas as relações entre gerações, ligadas a toda uma série de condições demográficas, mostram que existem categorias de idade e de sexo cuja importância para a compreensão das relações sociais não pode ser negada.¹⁹ A “juventude”,

enquanto fato social, tem um lugar que tem sido mal definido na maior parte das sociedades industriais ou de países em transformação econômica.²⁰ Daí resultam numerosas dificuldades e numerosos erros na planificação social. Os pequenos grupos espontâneos e os grandes movimentos de juventude podem constituir-se em objeto de estudos reveladores para o sociólogo que quer compreender os mecanismos da evolução de uma sociedade urbana.²¹

Os *grupos étnicos* não são menos difíceis de observar e analisar. Em alguns países, as tensões que existem entre os habitantes de origens diferentes são uma das chaves do equilíbrio dinâmico das relações sociais e da evolução das estruturas do conjunto. A coexistência desses grupos no espaço, o cálculo das distâncias sociais que os separam, podem ser objeto de pesquisas precisas. Em cada cultura, entretanto, esses estudos devem ser conduzidos levando-se em consideração as condições particulares da sociedade de que se trata.²²

Ainda mais características das novas sociedades urbanas, as *categorias sócio-profissionais* e as *faixas do nível de vida* estão à base do aparecimento de “estratos sociais” e de classes sociais. Considerando escalas de prestígio ligadas ao sistema de valores próprio a essa ou àquela cultura, alguns autores americanos mostraram como a sociedade encontra-se dividida em “classes sociais” mais ou menos superpostas umas às outras.²³ A maior ou menor mobilidade social, ou passagem de uma classe para outra, caracteriza as possibilidades de promoção, partindo da base para o vértice.

No entanto, o próprio termo *classe social* não é utilizado da mesma maneira pelos sociólogos americanos e europeus. Na Europa, os pesquisadores, ou os teóricos, insistem preferencialmente sobre a classe estudada como um grupo social e sobre a noção de consistência de classe.²⁴ As teorias marxistas mostraram a importância da ligação entre as transformações econômicas e a aparição da evolução das classes sociais, bem como das oposições e do fato da dominação, que desempenham um papel capital na evolução das estruturas.²⁵ Mas muitos outros autores, partindo de dados teóricos diferentes, mostraram como barreiras sociais, opondo-se ao trânsito de uma classe a outra, provocavam divisões bi ou tripartidas que estavam ligadas às condições econômicas e políticas próprias a tal ou qual sociedade.^{26,27} Uma certa convergência aparece, então, quando os autores americanos limitam o número das classes sociais a três ou quatro, e os pesquisadores europeus, por seu

lado, tornam menos rígido o quadro que haviam apresentado originalmente.^{28,29} De toda maneira, nos países em vias de transformação, a mistura de populações de origens diversas leva, muitas vezes, à criação de amplos conjuntos humanos vivendo em condições muito difíceis e à aparição de minorias dirigentes que têm fatalmente um papel mais ou menos privilegiado. Como evitar nesses países os erros de certas sociedades industriais nas quais as barreiras sociais foram erguidas e assumiram tamanha importância?

Os comportamentos sindicais, políticos, culturais e religiosos e os grupos que lhes correspondem

Progressivamente, nas grandes aglomerações industriais, ou nas cidades em evolução, vemos novos ajuntamentos substituírem as antigas corporações e outros grupos tradicionais. Não são mais grupos de fato, nascendo espontaneamente de uma situação, mas grupos de expressão, criados voluntariamente para exprimir aspirações ou reivindicações. Os sindicatos, no mundo do trabalho e, mais recentemente, na vida residencial, constituem um dos exemplos mais expressivos. Que lugar ocupam numa sociedade urbana, no momento em que ela é estudada? Em que medida estão ligados a movimentos mais profundos, como o “movimento operário” na Europa do século XIX?^{30,31} Qual o seu futuro e qual o seu papel no plano profissional e no plano político? Todas essas questões devem ser levantadas para darem uma idéia justa das transformações sociais.

Do mesmo modo, os partidos políticos, aos quais os sindicatos muitas vezes se vinculam por laços mais ou menos manifestos, são grupos que se opõem entre si por suas concepções diferentes da orientação a dar à evolução da sociedade. Os programas que propõem levam as massas a votarem em tal ou tal representante, candidato às eleições locais ou nacionais. O estudo do voto serve como uma primeira abordagem à análise do comportamento político. Mas a análise das atitudes e das representações que estão por trás de tal comportamento é mais difícil e mais interessante para ser efetuada pelo sociólogo. Da mesma maneira, a evolução dos grupos religiosos, das Igrejas, das seitas, dos grupos messiânicos, que aparecem e se modificam mais rapidamente hoje em dia do que nos séculos precedentes, é um objeto de estudo essencial para os pesquisadores.

Outros grupos, com fins culturais ou de lazer, podem ter um papel importante nas transformações sociais. O lugar concedido às associações esportivas, de viagens, de

repouso de todo tipo, está ligado à necessidade para os cidadãos de saírem da cidade e de encontrarem fora condições passageiras de vida inteiramente diferentes daquelas que suportam habitualmente. Os grupos com objetivos filosóficos ou de pesquisas ideológicas sem uma aplicação política imediata, tais como certas ligas, desempenham também papéis, que são menos ostensivos, mas não menos importantes.

II. AS RELAÇÕES SOCIAIS, A COMUNICAÇÃO, A PERSONALIDADE

Como as relações sociais se estabelecem quotidianamente no conjunto tão complexo dos múltiplos grupos sociais que se entrecruzam na vida urbana? Como a comunicação entre os homens pode ser facilitada ou impedida? Como pode a personalidade se desenvolver?

As relações sociais

Diversos tipos de relações sociais podem ser estudados no trabalho e no lazer, na vizinhança, no parentesco, na família, nos grupos de amigos. Um equilíbrio se estabelece entre a escolha das relações no bairro, a escolha dos parentes e a escolha das amizades. Segundo a importância que se atribua a um ou outro tipo, ou, sobretudo, segundo a possibilidade que se tem de encontrar relações por um desses canais, a comunicação com os outros homens assume uma forma particular. O estudo dos sistemas de relações de uma família ou de uma pessoa, nos diversos setores em que evoluem, pode fornecer indicações úteis, que deverão ser completadas por estudos mais gerais sobre amostras de grandes dimensões. As necessidades mais ou menos manifestas de relações sociais de todo tipo raramente foram assim observadas, levadas em consideração na planificação urbana. São, pois, tanto mais urgentes as análises, para se ter uma idéia clara das intervenções a sugerir.^{32,33,34,35,36}

A comunicação, o isolamento

Pouco a pouco, canais de comunicação aparecem. Trata-se de ver como eles se desenvolvem, se alargam ou, ao contrário, se restringem. Essa evolução dos canais de

comunicação e da maior ou menor possibilidade de intercâmbio com os outros homens por este ou aquele meio deve ocupar um lugar cada vez mais importante nas pesquisas.

Contrariamente ao que se pôde pensar em certos momentos, o desenvolvimento dos meios de comunicação e a aproximação dos homens no espaço urbano nem sempre suprimiram o isolamento social, mas, muitas vezes, desenvolveram-no. O número e a facilidade das trocas não devem ser confundidos com sua qualidade; elas podem ser muito numerosas e, ao mesmo tempo, muito superficiais. Os homens se encontram, então, “isolados na multidão”, sem poderem, na verdade, compreender os outros profundamente e, sobretudo, se fazer compreender por eles.³⁷

Nos países em vias de transformação, as mudanças bruscas de meio cultural, notadamente a passagem da vida rural para a vida urbana, ou de um meio tradicional para um meio em plena evolução industrial e social, provocam dificuldades ainda maiores de expressão e de compreensão.

Esse isolamento social pode, muitas vezes, estar na origem de perturbações mentais mais ou menos graves, cuja ecologia e gênese deram lugar a estudos importantes, embora ainda muito pouco numerosos.^{38,39,40,41} Mas também não é preciso exagerar sua importância. Aqui, como em outros campos, a cidade oferece possibilidades excepcionais. Ela se desenvolve de uma maneira ou de outra. Trata-se sempre de poder controlar o novo quadro de existência para permitir tirar o melhor partido dos novos meios técnicos, sem sofrer as pressões da luta pela vida, cujos inconvenientes foram, muitas vezes, assinalados nas grandes aglomerações.⁴²

A personalidade, a liberdade e a educação

A socialização do indivíduo nos novos meios se opera, sob certos pontos de vista, com maior dificuldade do que nos meios tradicionais fechados. O desenvolvimento da personalidade, observado através do estudo de casos cuidadosamente escolhidos em meios sociais diferentes, pode permitir a compreensão de como os traços culturais novos, as imagens-guias a que estão ligados os indivíduos, atuam sobre sua própria transformação e sobre o grau de liberdade de que podem dispor.⁴³ Se a noção mesma de liberdade é difícil de ser precisada e arrisca sustar discussões entre ideologias diferentes, parece existir uma

aspiração geral a uma liberação cada vez maior das pressões materiais e morais que se exercem sobre os indivíduos.^{43,44} A vida social deveria, então, ser organizada de tal maneira que as comunicações se tornassem cada vez mais fáceis, cada vez mais livres. O papel da educação nesse domínio não é menos importante que o da organização da vida material.

III. A ORGANIZAÇÃO VOLUNTÁRIA E A PLANIFICAÇÃO COMO RESPOSTA ÀS NECESSIDADES EM EVOLUÇÃO

Trate-se da educação, das relações sociais, da comunicação ou da expressão das aspirações e das reivindicações, a aparição de necessidades novas ocupa um lugar cada vez mais importante nas preocupações dos planificadores. A noção de desenvolvimento da produção pela aquisição de bens materiais cada vez mais numerosos é progressivamente substituída por planificações sociais fundadas sobre o estudo de uma hierarquia das necessidades a serem satisfeitas.

A evolução das necessidades, tal como foi estudada por diversos autores, como Halbwachs,⁴⁵ ou em investigações recentes,^{27,1} deve ser observada tendo-se em conta a influência das condições de vida e a influência dos novos modelos culturais, das novas imagens, que modificam as aspirações da população.

Trate-se do inventário das necessidades ou do estudo de sua evolução, os trabalhos de Sociologia Urbana devem permitir precisar-se como as instituições podem ser criadas ou modificadas para responder a essas necessidades, tendo-se sempre em vista as estruturas nascentes a que se devem adaptar as organizações voluntárias.

O Governo e os poderes

O estudo das instituições que respondem às necessidades de direção e de organização da existência ou de regulamentação pode visar as prefeituras, as administrações regionais e todas as formas de poderes locais. É preciso distinguir numa cidade o lugar que ocupam as instituições ligadas às diversas categorias de poderes: legislativo, judiciário, executivo. A história das instituições em períodos recentes, sua transformação sob a influência das mudanças de *status* político, das revoluções, das guerras de libertação etc., devem ocupar

um lugar da maior importância nas análises dos sociólogos. Boas monografias sobre essas mudanças estão ainda, em grande parte, por serem feitas.

Os intermediários entre o poder e o público

O estudo das formas de poder de que acabamos de falar não nos deve fazer perder de vista o interesse de outras instituições que têm por fim representar grupos particulares que de sejam manifestar mais explicitamente suas necessidades e defender seus direitos. O desenvolvimento dos sindicatos, das associações de todos os tipos, corresponde a essas novas formas de expressão e organização intermediárias entre a população e o poder. Instituições tais como as bolsas de trabalho ou as câmaras de comércio têm ocupado uma larga faixa nos países industrializados, mas outras formas de representação podem existir nos países socialistas, por exemplo.

Não se trata de mostrar como funcionam essas instituições. O que é preciso é explicar como, praticamente, as pessoas e os grupos interessados podem-se manifestar e organizar internamente. É preciso também saber como eles fazem valer os seus direitos e quais são os meios de que dispõem para a ação. Os mecanismos de troca, de discussão, de elaboração de textos em comum, devem ser estudados em ligação com as posições doutrinárias valoradas pelas direções de estudos dos diferentes grupos.

As organizações sociais e culturais

A resposta às necessidades da vida quotidiana exige a criação de organismos cada vez mais numerosos. Para que se tenha uma idéia, basta lembrar os centros de seguro social, de assistência, os hospitais etc. Em escala local, os novos centros sociais podem reagrupar os serviços para torná-los mais eficazes. A manutenção das creches e dos jardins de infância, a organização dos jogos, a animação das atividades dos adolescentes levantam uma série de problemas. Do mesmo modo, os centros culturais, as casas de jovens não podem ser organizados senão estudando, desde o primeiro instante, quais as necessidades existentes nesses diferentes domínios.^{46,47,48,36}

Quer se trate de instituições políticas ou jurídicas, de serviço social ou cultural, o papel dos sociólogos parece imenso quando consideramos a amplitude das dificuldades na

orientação das novas reformas, a partir da análise dos comportamentos, das relações sociais e das necessidades das populações. Tal é, por conseguinte, o fim essencial das pesquisas que são propostas.

A harmonização dessas diferentes instituições no quadro do conjunto das estruturas sociais em transformação, na escala da cidade ou do bairro, pode ser também objeto de pesquisas por parte dos representantes das Ciências Humanas. As formas a serem dadas às instituições locais dependem de concepções políticas, filosóficas, a que se vinculam os grupos coexistentes. Segundo a importância que se atribua à vida comunitária ou, ao contrário, à preservação da vida privada, segundo a idéia que se tenha da autoridade ou do controle social, as soluções a serem adotadas mudam por completo. É pois necessário pesquisar, entre as diversas tendências que existem, aquelas que se têm podido exprimir e realizar. A análise da imprensa, ou das publicações dos diversos grupos de expressão, não escapa, pois, a um estudo sociológico. A imprensa tem sido apresentada muitas vezes como o quarto poder. Em que medida ela desempenha um papel importante nos meios urbanos observados? Quais as suas diversas manifestações? Qual a sua penetração em escala local e nacional? Todas estas questões também devem ser colocadas.

IV. EXEMPLOS DE PESQUISAS

É difícil descrever em poucas linhas as pesquisas empreendidas em torno dessas questões nas diferentes partes do mundo. Para expor isso de um modo válido, seria necessário acompanhar os pesquisadores na elaboração de seu plano de trabalho e mostrar os diversos aspectos de seus resultados, o que é impossível em espaço tão limitado. Apenas podemos citar, a título de exemplo, alguns trabalhos. Isto não implica, de forma alguma, que os consideremos os únicos válidos ou os melhores. Trata-se tão-somente de sublinhar diversos aspectos de pesquisas, as dificuldades mais correntemente encontradas e as possibilidades de realização que são divisadas.

Nos países de industrialização mais antiga há numerosos exemplos de monografias. Citemos quatro, empreendidas em cidades de diferentes dimensões. O conjunto dos seis volumes que Lloyd Warner publicou sobre Yankee City apresenta, ao mesmo tempo, a vida residencial, a empresa, as classes sociais, a vida cultural etc., e utiliza dados estatísticos e

observações qualitativas de caráter etnográfico.⁴⁹ A pesquisa de Ruth Glass sobre os recém-chegados em meios urbanos, e sobre a implantação de grupos étnicos numa cidade industrial, traz indicações extremamente sugestivas para resolver os problemas de migração e de contato entre culturas diferentes nos novos meios sociais das aglomerações.⁵⁰ A investigação de P. Clement e N. Xydias sobre Vienne, na França, realizada em vinculação com a UNESCO,⁵¹ fornece uma idéia dos diferentes aspectos da vida social em uma cidade da Europa ocidental. A investigação de O. A. Oeser e S. B. Hammond sobre Melbourne,⁵² conduzidas paralelamente no mesmo programa da UNESCO, compreende também uma dupla abordagem sociológica e psicológica.

Pesquisas como as de Thomas e Znaniecki sobre a transplantação de camponeses poloneses nas cidades industriais da América têm estado na origem de toda uma série de pesquisas sobre a psicossociologia das migrações, e os pesquisadores têm sempre interesse em retorná-las. Os estudos de estruturas sociais das grandes aglomerações são pouco numerosos: a escola de Chicago publicou diversos volumes de que o livro de Park e Burgess sobre “a cidade”³ é um dos primeiros e um dos mais sugestivos. A obra coletiva alemã *Daseinsformen der Grosstadt*⁵⁴ aborda outros aspectos de pesquisas relacionadas aos trabalhos dos pioneiros da Sociologia Urbana alemã. O estudo francês, efetuado pelo Grupo de Etnologia Social, sobre Paris e a aglomeração parisiense é um ensaio cujos primeiros resultados apenas apareceram.¹⁷ As ligações estabelecidas a esse propósito entre os serviços de planificação e os estudos sociológicos podem ser discutidas no momento em que se coloca em questão a constituição de equipes de pesquisa mistas, permitindo aos urbanistas, aos planejadores e aos representantes das Ciências Humanas chegarem a uma melhor coordenação. Os grandes estudos que começam nos países do Leste, como a Polônia,^{55,56,57,58,59} a Tcheco-Eslováquia^{60,61} e a União Soviética,^{62,63,64} vão permitir comparações sugestivas com outras regiões da Europa, notadamente os países escandinavos que têm desenvolvido sobretudo pesquisas em torno da habitação.^{65,65a}

Na África, na América do Sul, na Ásia, os trabalhos estão em começo, mas um imenso campo de pesquisas já está aberto. As recentes investigações dirigidas por G. Germani em um distrito operário de Buenos Aires tratam, por exemplo, das migrações, da organização familiar, das atitudes com respeito ao trabalho, da participação na vida social e nas atividades recreativas, dos problemas de adaptação social e de desorganização etc....⁶⁶

Os estudos ainda inéditos de pesquisadores como Robirosa em Rosário, aqueles que são levados a cabo no Brasil, no Chile e em muitos outros países do continente sul-americano, vão permitir que se faça rapidamente uma idéia das novas formas de vida social que nascem nas grandes aglomerações dessa parte do mundo.^{67,68}

Entre muitos outros, os trabalhos dos sociólogos e antropólogos sobre as cidades da Oceania,^{69,70} os artigos de N. S. Ginsberg⁷¹ e A. B. Wadia⁷² sôbre as grandes aglomerações e sobre a família urbana na Ásia do Sul, os trabalhos dos sociólogos japoneses etc.^{73,74,75} oferecem muitas sugestões. Os volumes publicados pela UNESCO sobre a urbanização na Ásia e no Extremo Oriente podem-nos dar uma primeira idéia do fenômeno.^{76,77}

Na África, a obra coletiva sobre os aspectos sociais da industrialização, publicada sob a direção de D. Forde,¹⁴ contém numerosos estudos sociológicos sérios sôbre as estruturas sociais urbanas, particularmente os de G. Balandier (a quem devemos igualmente a conhecida monografia “Brazzavilles noires”),⁷⁸ Paul Mercier, o de Y. Mersadier sobre níveis de vida, o de A. Hauser sobre a mecanização da agricultura, os de A.W. Sonthalt, C. Sofer etc.... O estudo mais aprofundado desse volume foi empreendido em Stanleyville por uma equipe composta de um etnólogo, um psicólogo e um sociólogo: P. Clement trata das formas e valores da vida social urbana (especialmente, o casamento, as relações de vizinhança, as classes sociais etc.), N. Xydias dos problemas do trabalho, e V. G. Pons da estrutura sócio-demográfica da cidade.⁷⁹

V. OS MÉTODOS

Limitar-nos-emos aqui a relembrar alguns aspectos do trabalho sobre os quais é importante refletir no início das investigações.

Quatro grandes setores de observação devem ser distinguidos, pois cada um deles requer a utilização de métodos e técnicas particulares:

1.º) *A Ecologia*. A Ecologia Urbana, que insiste sobre a análise das variáveis do meio, pode ser muito útil no início dos trabalhos sobre organização social. Os estudos da distribuição das categorias sócio-profissionais e das classes sociais, o estudo das migrações alternantes em ligação com as condições de vida das diferentes categorias da população, os estudos da

segregação, da sucessão, da invasão em diferentes bairros são elementos básicos que não se pode dispensar.

2.º) *O estudo das estruturas sociais* deve ser conduzido sob uma perspectiva de evolução. Os inventários de que falamos não são válidos se não há um mínimo de conhecimento das mudanças que se estão operando. Os estudos de certos grupos escolhidos, em sua evolução, como particularmente representativos da sociedade considerada deverão ser conduzidos como estudos monográficos habituais.

3.º) *Os estudos psicossociológicos do comportamento* poderão ser feitos tanto pela sondagem sobre amostras bastante importantes da população como, sobretudo, e insistimos nesse ponto, por métodos de observação experimental que consistem em escolher amostras restritas observadas sob condições cada vez mais controladas, de modo a estabelecer relações entre variáveis que é possível isolar e reagrupar.

4.º) *O estudo das representações*, das imagens, dos modelos culturais, dos símbolos, dos sistemas de valores, supõe uma ligação entre as investigações de campo e as pesquisas documentais efetuadas a partir dos métodos de análise de conteúdo.

O conjunto desses trabalhos supõe que se tenha um plano bastante amplo de pesquisas no ponto de partida e que cada estudo particular ocupe seu lugar nesse quadro de conjunto. O inventário dos documentos existentes e das fontes de informações deve ser conduzido a par com os primeiros contatos com o campo. Estes permitirão, através de entrevistas, dirigidas ou não, e de observações de caráter etnográfico, anotar progressivamente as características da vida quotidiana próprias à cultura estudada.^{80,81,82,83}

Não é possível descrever as diversas fases da elaboração de hipóteses e da preparação dos instrumentos de trabalho. Igualmente, os problemas que se colocam para a observação das mudanças rápidas não podem ser tratados aqui. Notemos apenas que a presença de observadores em meios diferentes, capazes de anotar as transformações mês a mês, por vezes dia a dia, que se passam em torno deles, durante um período suficientemente longo, deve ser considerada sempre que possível.

Todas as pesquisas sobre a organização social, a evolução das estruturas, a criação de instituições novas, ou a transformação de velhas instituições para responder à evolução das necessidades das populações, supõem que possam ser estabelecidas comparações entre países muito diferentes. Mas, como já assinalamos em outra parte, não acreditamos que

diretrizes muito precisas possam ser dadas, mesmo por uma equipe internacional, para definir um plano de pesquisas uniforme em culturas diferentes. Cada país, êle próprio, deve ter a possibilidade de definir, com a ajuda dos pesquisadores que quiser, as grandes linhas de um plano de trabalho. É conveniente, nesse caso, fazer convergirem progressivamente tais esforços no sentido de comparações cada vez mais precisas. Mas é preciso distinguir uma série de etapas. Querer partir, no domínio da organização social e da evolução das estruturas e dos comportamentos, com diretrizes excessivamente rígidas conduz, quase fatalmente, a fracassos ou erros. Os contatos freqüentes entre equipes de pesquisa trabalhando em contextos culturais diversos é, pois, a única solução possível para se chegar, progressivamente, a uma maior compreensão.

BIBLIOGRAFIA

¹ CHOMBART DE LAUWE, P. H., e M. J.: “L'évolution des besoins et la conception dynamique de la famille”, *Revue française de sociologie*, 1960, 1-4, pp. 403-425.

² BOOTH, CH: *Life and Labour of the People of London*, Londres, MacMillan, 1889-1902, 17 vols., continuado pela London School of Economics como: *The New Survey of London Life and Labour*, Londres, 1930-5, 9 vols., Smith Hubert Llewellyn, org.

³ PARK, R. E., BURGESS, E. W., e MAC KENZIE, R. D.: *The City*, Chicago, University of Chicago Press, 1925, XI-239 pp.

⁴ WIRTH, L.: “Urbanism as a Way of Life”, em *Community life and social policy*, selected papers edited by E. Wirth Marwick and A. J. Reiss Jr., Chicago, University of Chicago Press, 1956, pp. 110-132.

⁵ WEBER, M.: “Die Stadt”, em *Wirtschaft und Gesellschaft*, Tübingen, J. C. B. Mohr, 1947, 3.^a ed., 2 vols., tomo II, pp. 514-601 (em inglês: *The City*, Londres, Heinemann, 1960, 242 pp.).

⁶ SOMBART, W.: *Der moderne Kapitalismus*, Munique e Leipzig, Düncker und Humblot, 1922 (5.^a ed.), 2 tomos em 4 vols., 462 pp., 919 pp., 585 pp., 1229 pp.: cf. t. I, vol. 1, cap. IX, pp. 130 e seguintes.

I. AS ESTRUTURAS E AS INSTITUIÇÕES

⁷ CHOMBART DE LAUWE, P. H.: “Le milieu social et l'étude sociologique des cas individuels”, *Informations Sociales*, fevereiro, 1959, n.º 2, pp. 41-54.

⁸ RETEL, J.: *Les gens de l'hôtellerie*, Paris, Ed. Ouvrières, 1965, 262 pp.

⁹ LE PLAY: *Les ouvriers européens*, Paris, Impr. Impériale, 1855, 301 pp.

¹⁰ LYND, R. S., e H. M.: *Middletown*, Nova York, Harcourt, 1929, X-550 pp. e *Middletown in Transition: a Study in Cultural Conflict*, Nova York, Harcourt, 1937, XVIII-604 pp.

- ¹¹ WEST, J.: *Plainville, USA*, Nova York, Columbia University Press, 1945, 238 pp.
- ¹² YOUNG, M., e WILLMOTT, P.: *Family and Kinship in East London*, Londres, Routledge and Kegan Paul, 1957, XIX-232 pp.
- ¹³ *Recherches sur la famille*, Séminaire international de recherche sur la famille, Institut UNESCO des sciences sociales à Cologne, 1954, Tübingen, J. C. B. Mohr, 1956, 3 vols.
- ¹⁴ FORDE, D. (org.): *Aspects sociaux de l'industrialisation et de l'urbanisation en Afrique au Sud du Sahara*, Paris, UNESCO, 1956, 799 pp.
- ¹⁵ WARNER, W. L., e Low, J. O.: *The Social System of the Modern Factor. The Strike: a Social Analysis*, New Haven, Yale University Press, 1947 (Yankee City Series, vol. 4).
- ¹⁶ FRIEDMANN, G., NAVILLE, P. et al.: *Traité de sociologie da travail*, Paris, A. Colin, 1961-1962, 468 e 440 pp.
- ¹⁷ CHOMBART DE LAUWE, P. H., ANTOINE, S., COUVREUR, L., GAUTHIER, J.: *Paris et l'agglomération parisienne*, Paris, PUF, 1952, 2 vols., t. I, L'espace social dans une grande cité, 262 pp.
- ¹⁸ QUOIST, M.: *La ville et l'homme. Rouen, étude sociologique d'un secteur prolétarien*, Paris, Les Éditions Ouvrières, 1952, 242 pp.
- ¹⁹ EISENSTADT, S. N.: *From Generation to Generation. Age Groups and Social Structure*, Londres, Routledge and Kegan Paul, 1956, 373 pp.
- ²⁰ TARDITS, C., *Porto-Novo. Les nouvelles générations africaines entre leurs traditions et l'occident*, Paris, La Haye, Mouton & Co., 1958, 128 pp. (Collection le Monde l'Outre-Mer passé et présent).
- ²¹ HOLLINGSHEAD, A. B.: *Elmtown's Youth, the Impact of Social Classes on Adolescents*, Nova York, Wiley, 1949, 480 pp.
- ²² GIRARD, A., e STOETZEL, J.: *Français et immigrés: L'attitude française, l'adaptation des Algériens, des Italiens et des Polonais*, Paris, PUF, 2 tomes: 1953, 532 pp., 1954, 296 pp. (INED, travaux et documents, n.° 19 et 20).
- ²³ WARNER, W. L., e LUNT, P. S.: *The Social Life of a Modern Community*, New Haven, Yale University Press, 1941, XX-460 pp. (Yankee City Series, vol. 1).
- ²⁴ GURVITCH, G.: *Le concept de classes sociales de Marx à nos jours*, Paris, C.D.U., 1954, curso roneotipado.
- ²⁵ MARX, K.: *Le 18-Brumaire de Louis Bonaparte*, 1852, Paris, Éditions Sociales, 1956, 122 pp.
- ²⁶ GOBLOT, E.: *La barrière et le niveau, étude sociologique sur la bourgeoisie française moderne*, Paris, 1925.
- ²⁷ CHOMBART DE LAUWE, P. H.: *La vie quotidienne des familles ouvrières*, Paris, CNRS, 1956, 309 pp.
- ²⁸ CENTERS, R.: *The Psychology of Social Classes, A Study of Classe Consciousness*, Nova York, Princeton University Press, 1949.

²⁹ BENDIX, R., e LIPSET, S. M.: *Class, Status and Power: a Reader in Social Stratification*, Glencoe, Illinois, The Free Press, 1953, 725 pp.

³⁰ *Histoire Générale du Travail*, Paris, Nlle. Librairie de France, 1959, 4 vois.

³¹ DUVEAU, G.: *La vie ouvrière en France sous le Second Empire*, Paris, Gallimard, 1946, 593 pp. (La suite des temps n.º 14).

II. AS RELAÇÕES SOCIAIS, A COMUNICAÇÃO, A PERSONALIDADE

³² MERTON, R. K.: “The Social Psychology of Housing”, em DENNIS, W et al.: *Current Trends in Social Psychology*, Pittsburgh, University of Pittsburgh Press, 1948, pp. 153-217.

³³ MEISTER, A.: *Coopération d’habitation et sociologie du voisinage*, Paris, Les Éditions du Minuit, 1957, 176 pp.

³⁴ CHOMBART DE LAUWE, P. H. et al.: *Famille et Habitation*, Paris, C.N.R.S., 2 vois., t. I: Sciences humaines et conception de l’habitation, 1959, 220 p. t. II: Un essai d’observation expérimentale, 1960, 374 p.

³⁵ MOGEY, V. M.: *Family and the Neighbourhood, Two Studies in Oxford*, Londres, Oxford University Press, 1956, 156 pp.

³⁶ CENTRE D’ÉTUDES DES GROUPES SOCIAUX: *L’intégration du citadin à sa ville et à son quartier*, Montrouge GEGS, fasc. I: Les équipements, 1961, 167 pp.; fasc. 2: Les relations sociales et les catégories socio-professionnelles. Le quartier et la ville, 1961, 181 pp.; fasc. 3: La pyramide des âges. La dimension du quartier, 1962, 118 pp., por M. Huguet, B. Lamy, P. Rendu et J. Retel (a aparecer; fasc. 4: la représentation de la ville). *Les citadins et la ville*, Montrouge, CEGS, 1961, 58 pp., por P. H. Chombart de Lauwe.

³⁷ RIESMAN, D. et al.: *The Lonely Crowd: a Study of the Changing American Character*, New Haven, Yale University Press, 1950.

³⁸ HARE, E. H.: “The Ecology of Mental Disease. A Dissertation on the Influence of Environmental Factors in the Distribution, Development and Variation of Mental Disease”, *Journal of Mental Science*, XCVIII, 413, October 1952, 579-594.

³⁹ *Études de socio-psychiatrie*, Paris, Institut National d’Hygiène, 1955, 125 pp. (Monographie n.º 7).

⁴⁰ FARIS, ROBERT E. L., e DUNHAM, H. W.: *Mental Disorders in Urban Areas*, an ecological study of schizophrenia and other psychoses, Chicago, University of Chicago Press, 1939, XXXVIII-270 pp., e Cambridge, Cambridge University Press.

⁴¹ WORLD FEDERATION FOR MENTAL HEALTH: *Mental Health Aspects of Urbanization*, Report of a panel discussion conducted in the Economic and Social Council Chamber, United Nations, Nova York, March II, 1957, by the World Federation for Mental Health. London, World Federation for Mental Health, 1957, 45 pp.

⁴² SHAW, CLIFFORD R., e MCKAY, HENRY D.: *Juvenile Delinquency and Urban Areas*, Chicago, The University of Chicago Press, 1942.

⁴³ KARDINER, A.: *The Psychological Frontiers of Society*, Nova York, 1945.

⁴⁴ MALINOWSKI, BR.: *Freedom and Civilization*, Bloomington, Indiana University Press, 1960, XIV-338 pp.

III. A ORGANIZAÇÃO VOLUNTÁRIA E A PLANIFICAÇÃO COMO RESPOSTA ÀS NECESSIDADES EM EVOLUÇÃO

⁴⁵ HALBWACHS, M.: *L'évolution des besoins dans les classes ouvrières*, Paris, Alcan, 1933, 163 pp.

⁴⁶ DUMAZEDIER, J.: *Loisir et développement socio-culturel d'une agglomération industrielle* (Annecy), a aparecer, CNRS.

⁴⁷ JENNY, J.: *Les équipements socio-culturels pour les jeunes dans le nouveaux groupes d'habitation* (problèmes psycho-socioiologiques), Paris, Éducation et Vie Sociale, 1961, 88 pp.

⁴⁸ FERGUSON, R., e CUNNISON, J.: *In Their Early Twenties: a Study of Glasgow Youth*, Oxford University Press, 1951, 110 pp.

IV. EXEMPLOS DE PESQUISAS

⁴⁹ WARNER, W. L. et al.: *Yankee City Series*, New Haven, Yale University Press, 6 vols., desde 1941.

⁵⁰ GLASS, R.: *New-Comers: The West indians in London*, Londres, Allen and Unwin, 1960, XIII-278 pp. (Center for Urban Studies).

⁵¹ CLEMENT, P., e XYDIAS, N.: *Vienne sur le Rhône, la ville et ses habitants, situation et attitudes*, sociologie d'une cité française, Paris, A. Colin, 1955, 230 pp. (Fondation Nationale des Sciences Politiques, Cahier n.º 71).

⁵² OESER, O. A., e HAMMOND, S. B. (org.): *Social Structure and Personality in an Australian City*, Londres, Routledge and Kegan Paul, 1954, XIII-344 pp.

⁵³ THOMAS, W. I., e ZNANIECKI, F.: *The Polish Peasant in Europe and America*, Nova York, 1918-20, 3 vols., reed. 1927, 2 vols.

⁵⁴ *Daseinformen der Grosstadt, typische Formen sozialer Existenz in Stadmitte, Vorstadt und Gürtel der industriellen Grosstadt*, bearbeitet von R. Mackensen, J. C. Papalekas, E. Pfeil, W. Schutte, L. Burckhardt. Tübingen, J. C. B. Mohr, 1959, XIII-375 pp.

⁵⁵ MATEJKO, A.: "Socjologiczne aspekty budownictwa mieszkaniowego" (Os Aspectos Sociológicos da Construção de Habitação), *Przeglad Socjologiczny*, 1958, n.º 12, pp. 72-120.

⁵⁶ OSSOWSKI, ST.: "Urbanistyka i Socjologia" (Urbanismo e Sociologia), *Problemy*, 1945, n.º 1.

⁵⁷ PIORO, Z.: *Ekologia spoteczna in urbanistyce* (Ecologia Humana no Urbanismo), Warszawa, Arkady, 1962.

⁵⁸ RYBICKI, P.: "Problematyka srodowiska miejskiego" (Problemas do Meio Urbano), *Przeglad Socjologiczny*, 1960, t. XIV, 1, pp. 7-40.

- ⁵⁹ RYCHLINSKI, ST.: “Miasto współczesnes jako srodowisko rozprzezenia społecznego” (A Cidade Moderna como Meio de Desintegração Social), *Droga*, 1933.
- ⁶⁰ KLOFAC, J., e LIBROVA, E.: “La construction de logements en Tchecoslovaquie” (Vyzcum novych sidlist v Ceskoslovenskiu), em *L’homme et la ville*, Recherches Internationales à la Lumière du Marxisme, 20-21, éd. de la Nouvelle Critique, Paris, 1961, 268 pp., pp. 166-195.
- ⁶¹ MUSIL, J.: “Évolution de la structure démographique de la ville de Prague”, *Démographie*, revue pour l’étude de l’évolution démographique, n.º 3, 1960, pp. 234-249 (referência traduzida do tcheco).
- ⁶² ARCHANGIELSKAJA, Z., e BORDANOW, N.: “Organizacja sieti pried prijatij byrowowo obsluziwania” (A Organização da Rede de Equipamentos), *Architektura SSSR*, 1959, n.º 10.
- ⁶³ SOSNOVY, T.: “The Housing Situation Today”, *Soviet Studies*, vol. XI, n.º 1, 1959.
- ⁶⁴ SVETLICHNY, B.: “Les villes de l’avenir”, in *L’homme et la ville*, Recherches Internationales à la Lumière du Marxisme, n.º 20-2 1, éd. de la Nouvelle Critique, Paris, 1961, 268 pp., pp. 208-229.
- ⁶⁵ BROCHMANN, O.: *Livsform og boligform* (Formas de Vida e Formas de Habitação), Oslo Byes vel’s bolingunderskelsler, 1952, Oslo, Johan Grundt Tanum Forlag, 278 pp.
- ^{65a} HOLM, L.: *Familj och bostad* (Família e Habitação), Estocolmo, Hemmens Forskningsinstitut, 1955, 216 pp.
- ⁶⁶ GERMANI, G.: “Enquête sur les effets sociaux de l’urbanisation dans un district ouvrier du grand Buenos-Aires”, em HAUSES, P. M., org.: *L’urbanisation en Amerique Latine*, Actes du stage d’études sur les problèmes de l’urbanisation en Amérique Latine, Santiago du Chili, 6-8 juillet 1959, UNESCO, 1962, 330 pp.
- ⁶⁷ DORSELAER, J., e GREGORY, A.: *La Urbanización en America Latina*, Friburgo, Suíça, Bogotá, Colômbia, Centro Internacional de Investigaciones Sociales de Feres; Bruxelas, Bélgica, Centro de Investigaciones Sócio-Religiosas (CRSR), 1962, 2 vols. (Estudios sociológicos latinoamericanos, 2-3).
- ⁶⁸ CAPLOW, TH.: *The Modern Latin American City*, Chicago, University of Chicago Press, 1952.
- ⁶⁹ BELSHAW, CYRIL S.: *The Great Village. The Economic and Social Welfare of Hanuabada, an Urban Community in Papua*, Londres, Routledge and Kegan Paul, 1957, XVII-302 pp.
- ⁷⁰ METGE, A. J.: *Continuity in Change. Urbanization and Modern Maori Society*, Londres, 1958, University of Londres, Ph. d. thesis, Unpublished MS (Turnbull Library).
- ⁷¹ GINSBERG, N. S.: “The Great City in Southeast Asia”, *American Journal of Sociology*, vol. IX, n.º 5, março de 1955.
- ⁷² WADIA, A. B.: “Some Aspects of Family Welfare India”, *Marriage and Family Living*, vol. XVII, n.º 3, agosto de 1955.
- ⁷³ ISOMURA, EÜCHI, *Tokyo*, Tokio Yühikaku, 1961, V-206 pp.
- ⁷⁴ OOASHI, KAORU: *Toshi no Kasô Shakai* (A vida social do povo da classe baixa na comunidade urbana), Tóquio, Seiskin Shobô, 1962, 393 pp.

⁷⁵ SUZUKI, EITARÔ: *Toshishakaigaku Genri* (Princípios de Sociologia Urbana), Tóquio, Yūhikaku, 1957, VI-463 pp.

⁷⁶ HAUSES, PH. M.: *Le phénomène de l'urbanisation en Asie et en Extrême-Orient*. Compte rendu du stage d'études de l'UNESCO et de l'ONU... Bangkok, 8-18 aüt 1956, Calcutta, UNESCO, 1959, X-320 pp.

⁷⁷ UNESCO: *The Social Implications of Industrialization and Urbanization* (in Asia), Calcutá, 1956.

⁷⁸ BALANDIER, G.: *Sociologie des Brazzavilles noires*, Paris, A. Colin, 1955, 274 pp. (Cahiers de la Fondation de Sciences Politiques n.º 67).

⁷⁹ PONS, V. G., XYDIAS, N., e CLEMENT, P.: "Effets sociaux de l'urbanisation à Stanleyville (Congo-Belge)", rapport préliminaire de l'équipe de recherche, em *Aspects sociaux de l'industrialisation et de l'urbanisation en Afrique au Sud du Sahara*, Paris, UNESCO, 1956, 799 pp., pp. 254-524 (ver também: PONS, V. G.: "Influence changeante de l'origine ethnique.. .", pp. 682-715).

V. OS MÉTODOS

⁸⁰ CHOMBART DE LAUWE, P. H. et al.: *Paris et l'agglomération parisienne*, t. II. Méthodes de recherches pour l'étude d'une grande cité, Paris, P.U.F., 1952, 107 pp., fig.

⁸¹ DUVERGER, M.: *Méthodes des sciences sociales*, Paris, PUF, 1961, VII-501 p.

⁸² GIBBS, J. P.: *Handbook of Urban Research Methods*, introduction by Kingsley Davis, Princeton, Van Nostrand, 1961.

⁸³ HAUSER, PH. M., DUNCAN, O. D., DUNCAN, B. D.: *Methods of Urban Analysis: a Summary Report*, San Antonio (Texas), Air Force personnel and training research center, jan. 1956, IX-178 pp.

VI. ALGUNS ESTUDOS IMPORTANTES DE SOCIOLOGIA URBANA, NÃO CITADOS NO TEXTO

AHLMANN, H. W. -son, EKSTEDT, I., JONSSON, G. och WILLIAM-OLSSON, W.: *Stockholms inre differentiering*, Estocolmo, 1934.

BERGEL, EGON: *Urban Sociology*, Nova York, MacGraw Hill, 1955, 588 pp. (MacGraw Hill Series in Sociology and Anthropology).

DIENA, LÉONE: *Gli Uomi e le masse*, Turim, Einaudi, 1960, 246 pp.

FRIEDMANN, G., org.: *Villes et campagnes. Civilisation urbaine et civilisation rurale en France*, Paris, A. Colin, 1953, XXIV-480 pp.

GIST, N. P., e HALBERT, L. A.: *Urban Society*, Nova York, Thomas Crowel, 4. ed., 1956, XIV-513 pp. (1.ª ed. 1933).

HATT, PAUL K., e REISS, ALBERT, JR., *et al.*: *Cities and Society: The Revised Reader in Urban Sociology*, Glencoe, Illinois, Free Press, 1957, 852 pp. (1. ed. 1951, sob o título *Reader in Urban Sociology*).

HELLPACH, W.: *Mensch und Volk der Grosstadt*, Stuttgart, Ferdinand Enke Verlag, 1952, X-153 pp.

KUPER, LÉO *et al.*: *Living in Towns*, Selected papers in urban sociology, Londres, The Cresser Press, 1953, XI-370 pp.

MUMFORD, LEWIS: *The Culture of Cities*, Nova York, Harcourt and Brace, 1938, e Londres, Secker and Warburg, 1938, XII-586 pp.

PAGANI, ANGELO: *Chassi e dinamica sociale*, Congresso Internazionale di Studio sul Progresso Tecnologico e la Società Italiana. Milão, 28 de junho - 3 de julho de 1960.

PIZZORNO ALESSANDRO: "Développement économique et urbanisation", Actes du Cinquième Congrès Mondial de Sociologie, Washington, D.C. 2-6 de setembro 1962, Louvain, International Sociological Association, 1962, vol. II (La sociologie du développement), pp. 91-115.

PFEIL, ELIZABETH: *Grosstadtforschung*, Bremen-Horn, W. Dom, 1950, 272 pp.

SZABO, DENIS: "L'étude de la société urbaine: synthèse de recherches", *Bulletin de l'Institut de Recherches Économiques et Sociales de Louvain*, n.º 7, nov. 1953, pp. 599-669.
